



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA**

KAYODÊ DA SILVA SILVÉRIO

**ESTUDOS TRANS AFRRREFERENCIADOS:
ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS TRANS NÃO
BINÁRIAS E CIBORGUES, SOB A PERSPECTIVA DO RECONHECIMENTO
DAS IDENTIDADES E INTERSECCIONALIDADES, NOS DIREITOS
HUMANOS**

**Brasília
2025**

KAYODÊ DA SILVA SILVÉRIO

**ESTUDOS TRANS AFROREFERENCIADOS:
ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS TRANS NÃO
BINÁRIAS E CIBORGUES, SOB A PERSPECTIVA DO RECONHECIMENTO
DAS IDENTIDADES E INTERSECIONALIDADES, NOS DIREITOS
HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Orientador: wanderson flor do nascimento

**Brasília
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

ds587e da Silva Silvério, Kayodê
ESTUDOS TRANS AFROREFERENCIADOS: ACESSO ÀS POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA AS PESSOAS TRANS NÃO BINÁRIAS E CIBORGUES, SOB
A PERSPECTIVA DO RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES E
INTERSECCIONALIDADES, NOS DIREITOS HUMANOS / Kayodê da Silva
Silvério; orientador Wanderson Flor do Nascimento. Brasília,
2025.
170 p.

Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)
Universidade de Brasília, 2025.

1. Direitos Humanos. 2. Políticas Públicas. 3. Trans Não
Binário. 4. Ciborgue. 5. Estudos Transafroreferenciados. I.
Flor do Nascimento, Wanderson, orient. II. Título.

KAYODÊ DA SILVA SILVÉRIO

**ESTUDOS TRANS AFROREFERENCIADOS:
ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS TRANS NÃO
BINÁRIAS E CIBORGUES, SOB A PERSPECTIVA DO RECONHECIMENTO
DAS IDENTIDADES E INTERSECCIONALIDADES, NOS DIREITOS
HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Orientador: wanderson flor do nascimento

Brasília, 02 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. wanderson flor do nascimento
Orientador – UnB

Profa. Dra. Vanessa Maria de Castro
Membro interno – UnB

Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus
Membro externo – IFRJ

Prof. Dr. Cristiano Lucas Ferreira
Suplente – SEDF

Discos/Álbuns/Músicas que me acompanharam no processo de escrita desta dissertação

- 1.) African Relaxing Music | Tuko Pamoja (01/02/2020) – link disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Njj4CX4OAMU>
- 2.) Blundetto - Bad Bad Things (2010) [Full Album]
- 3.) Liniker - Clau
- 4.) Pablllo Vittar – Indestrutível
- 5.) Almério - Webshow Aldir Blanc Prefeitura do Recife (24/06/2021) – link disponível em: [Almério - Webshow Aldir Blanc Prefeitura do Recife - YouTube](#)
- 6.) Potiguara Bardô
- 7.) Mc Linn e Liniker
- 8.) Gilsons
- 9.) Cantiga de Oxala Odum Orín

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, às forças que me sustentam e me acompanham. Ao meu pai Oxalá, pela serenidade, pela ética do cuidado e pela insistência na vida mesmo diante das adversidades. À minha mãe Iemanjá, pelo acolhimento, pela coragem e pela capacidade infinita de amar e proteger. Ao Xangô ancestral de minha família, pela justiça, pela retidão e pela força que me guia nos momentos de decisão. É na espiritualidade, na ancestralidade e no axé que encontro chão, sentido e continuidade. Minha Casa de Asê do Engenho Velho – ilê Asé Nasso Okà com nossa Matriarca Mãe Nitinha da Oxum e Meu Pai de Santo Jorge Carneiro, de Aruanda – Ogum IÊ! E como bom Teólogo Canbomblecista Franciscano não podia deixar de agradecer a São Francisco de Assis, Santo Antônio, Meus Anjos da Guarda, Santa Barbara, Nossa Senhora dos Navegantes Negros, Nossa Senhora das Cabeças e à todos os seres encantados que regem meu Orí e meu Okan, ASÊ Ò – Amém.

Agradeço, primeiramente, à minha esposa, Lusa Fontoura Portuguese, companheira de vida e de caminhada. Nosso encontro é também construção cotidiana: de afeto, de parceria, de escuta e de projeto comum. Foi ao seu lado que aprendi, de forma ainda mais profunda, o que significa compartilhar sonhos, enfrentar desafios e sustentar a esperança. A possibilidade de construirmos nossa família — com filhos, filhas e filhas — já em curso, é uma das maiores expressões de amor e futuro que carrego comigo. Nada deste percurso teria sido possível sem o seu apoio, sua presença constante e seu companheirismo incondicional. Dengotinha aprendi com seu Ativismo, e sua escuta e sua forma generosa de estar no mundo permanecem vivas em nossa trajetória e em tudo o que construímos. Lhe amo Sereia Mitológica Voadora, meu Grande Amor: - EU AMO TE AMAR! Dengo – “Prin Prin” eu lhe amo!

Seguindo esse transbordar de afetuosidades e acolhidas não poderia deixar de agradecer a família Fontoura Portuguese, da minha esposa Lusa que me acolheram de uma forma surrealmente matriarcal, fraterna, respeitosa e me sinto totalmente da FAMÍLIA que cresceu um pouquinho sobretudo em nome da Terezinha Portuguese da Cunha (Têkinha Minha Sogritcha espetacular) Minha Cunhada, Cunhados e Sobrinhos do coração – Narinha, Anderson, Arthur, Gabriel, Ana Clara e Leonardo.

À minha mãe Ana Maria da Silva Silvério – Dona Ana “A melhor passista de Escola de Samba das Galáxias, deixo um agradecimento profundo, amoroso e político.

Mulher preta, que esteve sempre à frente da luta antirracista e que, como tantas outras, enfrentou a sobrecarga histórica dos cuidados domésticos em um relacionamento interracial. Mesmo em um contexto de convergência política — sendo ambos sujeitos de esquerda —, sua trajetória é marcada pela resistência cotidiana, pelo cuidado com a família e pela dedicação ao outro. Enfermeira e psicóloga, servidora pública aposentada da Secretaria de Estado de Saúde, minha mãe foi e é uma referência ética, afetiva e intelectual, impulsionando meus estudos e os de minha irmã com firmeza, sensibilidade e compromisso com a justiça social.

Ao meu pai Gilmar Silvério – O perigoso bigodão, comunista, leninista, contador contábil/ economista rural, servidor público e atualmente analista da Embrapa, expressei minha gratidão pelo incentivo constante à formação crítica, pelo compromisso político com a transformação social e pelo rigor intelectual que sempre atravessou sua prática profissional e sua vida. Meus pais, cada um a seu modo e em suas áreas de atuação, foram fundamentais para que o estudo nunca fosse visto apenas como ascensão individual, mas como ferramenta coletiva de luta e emancipação.

À minha irmã – Camila Helena da Silva Silvério – Nossa eterna xerife afetuosa, mas bravinha, meu agradecimento mais sensível e admirado. Presença constante, carinhosa e cuidadosa, sempre esteve atenta às necessidades de nossa família nuclear, mesmo em meio às próprias dores. Sua recente descoberta da esclerose múltipla não diminuiu, em nenhum momento, sua generosidade, sua força e sua capacidade de cuidar de tanta GENTE que nossa família só cresce. Pelo contrário: reafirmou ainda mais sua grandeza. Não sei como agradecer tanto amor, tanta presença e tanto compromisso com todos nós. Ela sempre cuidando também dos nossos seres encantados caninos: Serena Willians, Vênus Willians, Rafael Nadal, Gustavo Kuerten e Andy Moore. Gratidão RIMÃ Eu te amo!

Aos meus avós maternos Jurema Ferreira da Silva Dona Juju (in memoriam) e Heitor Ferreira da Silva – Nosso eterno “Carica Sambista” (in memoriam) e a todos/todas as pessoas ancestrais, deixo meu reconhecimento mais profundo. Suas trajetórias foram marcadas pelas violências do período pós-colonial, pelas experiências concretas do racismo estrutural e pelas estratégias de sobrevivência em uma sociedade que historicamente negou humanidade às populações negras. É dessa ancestralidade que herdo a resistência, a dignidade e a insistência em existir, estudar e produzir conhecimento a partir de um lugar racializado e político.

Aos meus tios, tias, primos e primas e demais familiares espalhados/as pelo Brasil a fora (em especial na Região Sudeste, Sul e Nordeste e demais Países de diversos Continentes, agradeço pelo pertencimento, pelo afeto e pelo sentido ampliado de família.

Em especial, à minha tia, irmã da minha Mãe, e minha madrinha Maria Helena Ferreira da Silva, professora, sindicalista e educadora incansável. Sua atuação na educação, seu compromisso político enquanto mulher de esquerda e sua insistência na importância dos estudos marcaram profundamente minha trajetória. Mesmo aposentada, segue sendo referência de força, amorosidade e coerência. Meu amor e minha gratidão são imensos.

Estendo este agradecimento, em memória, ao meu tio Luiz Antônio Ferreira da Silva (Lula in memoriam), cuja presença amorosa com a família Ferreira da Silva, foram incentivo para que eu e minha irmã Camila seguissemos firmes em nossos estudos.

Agradeço à banca examinadora, ao meu orientador e a todas as pessoas que, no âmbito institucional, contribuíram com cuidado, escuta e compromisso para a realização deste trabalho. Reconheço o valor das trocas acadêmicas, das leituras atentas e das contribuições que fortaleceram esta pesquisa.

Registro, contudo, que minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos foi atravessada por inúmeras barreiras, frequentemente nomeadas como “invisíveis”, mas profundamente concretas. Durante o mestrado, enfrentei o racismo institucional, as LGBTQIA+fobias e o capacitismo, enquanto pessoa autista, nível de suporte 2. Apesar das sinalizações feitas à coordenação do curso, vivenciei sucessivas violações de direitos, como a ausência de tutor, o que comprometeu condições básicas de permanência e equidade acadêmica. Esses atravessamentos não são experiências individuais isoladas, mas expressões de estruturas históricas de exclusão que ainda operam dentro da universidade.

Assim, este trabalho também se inscreve como um chamado à transformação institucional. É urgente que a universidade avance no enfrentamento cotidiano das opressões raciais, de gênero, de sexualidade e capacitistas, garantindo que os direitos humanos não sejam apenas objeto de estudo, mas prática efetiva.

Aos meus colegas de trabalho, aos amigos e amigas da graduação, aos amigos da vida que me acompanharam nessa trajetória acadêmica, deixo meu agradecimento pela escuta, pelo apoio e pela permanência. Em uma sociedade que nos expulsa, que nos nega, que insiste em dizer que não cabemos, seguimos lutando para construir outros mundos

possíveis — mundos onde possamos existir, aprender, amar e produzir conhecimento com dignidade.

Este trabalho é coletivo. Ele carrega muitas vozes, muitos corpos e muitas histórias. Que ele honre todas as pessoas que caminharam comigo até aqui.

No âmbito acadêmico, expresso minha profunda gratidão ao Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento, orientador desta dissertação intitulada Estudos Trans Afrorreferenciados: acesso às políticas públicas para as pessoas trans não binárias e ciborgues, sob a perspectiva do reconhecimento das identidades e interseccionalidades, nos direitos humanos. Sua orientação foi marcada por extremo rigor intelectual, cuidado ético e compromisso político, evidenciados na leitura atenta e minuciosa de cada capítulo, na revisão criteriosa das citações, no acompanhamento rigoroso das normas da ABNT e na permanente interlocução crítica com os conteúdos aqui propostos. Para além da excelência acadêmica, registro meu reconhecimento pelo acolhimento, pelo respeito e pelo enfrentamento firme e responsável das transfobias institucionais, do racismo institucional e dos capacitismos presentes no espaço universitário, especialmente no contexto da Universidade de Brasília, fazendo da orientação um exercício concreto de justiça, dignidade e humanidade no fazer científico.

Agradeço igualmente à Profa. Dra. Vanessa Maria de Castro, pela leitura atenta, pelas contribuições qualificadas e pelo diálogo acadêmico generoso, que fortaleceram este trabalho em sua consistência teórica e metodológica. À Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus, manifesto especial reconhecimento por sua trajetória de repercussão nacional e internacional, enquanto uma das primeiras mulheres trans negras doutoras do Brasil e do mundo, cuja presença nesta banca conferiu não apenas visibilidade, mas também potência simbólica, política e epistemológica a esta dissertação.

Nessa mesma toada acadêmica, agradeço ao Prof. Dr. Cristiano Lucas Ferreira, cujas análises foram de notável profundidade, precisão e sensibilidade crítica. Suas contribuições estabeleceram uma interlocução brilhante entre o texto acadêmico e as experiências concretas vividas no campo social, articulando teoria e prática a partir de sua trajetória enquanto pessoa LGBTQIA+, pessoa não binária, profissional da educação e agente diretamente envolvido na execução de políticas públicas. Suas falas, marcadas por rigor intelectual, afeto e respeito entre pares, revelaram a potência ética e política de servidores e servidoras públicas, gestores e gestoras comprometidos com a efetivação de um Estado verdadeiramente laico, democrático e de direitos, tanto no âmbito do Distrito Federal quanto em nível nacional. Tal intervenção conferiu magnitude e densidade

humana à arguição, emocionando todas as pessoas presentes e encerrando a defesa desta dissertação com elevado brilho acadêmico e profundo sentido coletivo.

No mesmo horizonte ético e metodológico, registro meu profundo agradecimento às pessoas entrevistadas ao longo da pesquisa, compreendidas não como objetos de estudo, mas como co-pesquisadoras, pesquisadores e pesquisadorxs. Este trabalho, bem como o site dele derivado — fruto direto da pesquisa e concebido como instrumento público de memória, incidência política (disponível em: <https://transservicos.info/> — só se tornou possível graças ao compromisso, à generosidade e à confiança de pessoas trans que compartilharam saberes, vivências e estratégias de existência e resistência.

Agradeço, de modo especial, a Jeff Cardoli, Gabriel Santos Nefas, Gustavo Brian e Vinícius Limeira, pelo envolvimento direto enquanto co-pesquisadoras, pesquisadores, pesquisadoras, e pesquisadorxs no processo de construção, sistematização e validação dos dados desta pesquisa. Destaco, ainda, a contribuição fundamental do Jorge Gaia no trabalho de transcrição das entrevistas, bem como no apoio cuidadoso às revisões textuais e à adequação às normas da ABNT, fortalecendo o rigor acadêmico sem jamais perder o compromisso político e humano que atravessa toda a pesquisa.

A todas, todos e todes, minha gratidão pelo trabalho coletivo, ético e comprometido com a produção de conhecimento trans afroreferenciado, situado e socialmente implicado.

Aos professores e professoras que compuseram minha formação ao longo do curso do PPGDH - UnB, trocas intelectuais, pelos atravessamentos teóricos e pela inspiração cotidiana no exercício da docência e da pesquisa.

Aos colegas de turma e de pesquisa, pelas partilhas, pelos afetos, pelas trocas de saberes e pelo caminhar coletivo que tornou o percurso mais leve, potente e possível.

Aos servidores e servidoras técnico-administrativos(as) (es), cujo trabalho, muitas vezes invisibilizado, sustenta a universidade pública e viabiliza cotidianamente o fazer acadêmico.

Ao chegar a este ponto da caminhada, meu coração se expande em gratidão — à vida, que em sua complexidade me atravessou, me desafiou e também me sustentou; à espiritualidade, que me guiou mesmo nos momentos em que eu ainda não sabia nomear meus próprios caminhos; e a todas as pessoas que, de diferentes formas, se fizeram presença desde o Jardim de Infância à Universidade. Agradeço às amigas e amigos do coração, às famílias que escolhi e que me escolheram — sobrinhos, sobrinhas, filhos e filhas do afeto — e a todas/es/os que caminharam comigo nas encruzilhadas da existência.

Estendo essa gratidão, de forma muito especial, às companheiras e companheiros de luta, com quem compartilhei sonhos, enfrentamentos e resistências de mundos possíveis: no movimento hip-hop, nas lutas LGBTQINB+, e nos diversos movimentos em defesa da diversidade sexual, étnico-racial e religiosa – INSTITUCIONAIS DA SOCIEDADE CIVIL E DO ESTADO (FONGES LGBTIQPANB+, ANTRA, FONATRANS, MNU, ANAVTRANS, FORÇA TRANS, COTURNO DE VÊNUS, KLAUS, MOVIMENTO DE HIP HOP DO DF E ENTORNO, COLETIVO SK8, FOAFRO, IBRAT, CREAS DIVERSIDADE – NUDIN, AMBULATÓRIO TRANS, ULTRA, FORUM DE CULTURA DO DF, GRIÔ, CASA AKOTIRENE, FUNPRAV, MOVIMENTO NACIONAL DE ESTUDANTES INDIGENAS LGBTIQPANB+, CRESS, CNAS, CFP, CFESS, CRP, OAB, DPDF, DPU, MINISTÉRIO PÚBLICO, ONU CAMPANHA LIVRES E IGUAIS, CNDHLGBT, FÓRUM NACIONAL DE IGUALDADE RACIAL, COORDENAÇÃO NACIONAL LGBT – PR, MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL, MINISTÉRIO DAS MULHERES, QUARTETO FANTÁSTICO, INSTITUTO CULTURAL LGBT, DISTRITO DRAG, GALERA DO ADVENTISTA, AMIGOS FREIS FRANCISCANOS ASA NORTE, TULIPAS DO CERRADO, DA CAPO, SAMBAS ANCESTRAIS DO RJ, FAMÍLIA DE CAXIAS E REZENDE, E POR AI VAI, é sobretudo foram esses alguns dos territórios de resistência e criação que fizeram meu corpo pulsar, que me lembraram, tantas vezes, quem eu sou — e quem ainda posso vir a ser — na construção de uma vida digna enquanto pessoa trans, não-binária e ciborgue.

Carrego, sim, as marcas do cansaço de quem percorreu caminhos densos, mas também sustento a esperança inquieta de que ainda há muito a ser transformado, reconstruído e sonhado coletivamente. Este trabalho é, portanto, também fruto dessas travessias e dessas alianças que me constituem.

A todas as pessoas que não conseguirei nomear a seguir, talvez pelo receio de “esquecer algo tão profundo que é inexplicável”, deixo minha gratidão profunda por terem estado presentes em momentos cruciais, nevrálgicos e decisivos desta trajetória. E, caso algum nome não esteja aqui registrado, que isso não seja compreendido como ausência de importância, mas como parte dos limites deste recorte no tempo — pois, como bem sabe quem se dedica à memória e à história, nenhuma caminhada se faz só, e nenhuma presença verdadeira se perde.

Finalmente, agradeço às Políticas Públicas de Estado de Educação Brasileiras e *Amefricanas* que garantem por meio de Leis e à defesa da Universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, sem as quais este trabalho não existiria.

RESUMO

As identidades de gênero de pessoas TRANS não Binárias e Ciborgues não têm sido consideradas como uma categoria analítica de destaque nos estudos científicos, na elaboração de políticas públicas, prestações de serviços, relações interpessoais, entre outros, na atual sociedade brasileira. O presente trabalho realizará uma abordagem acerca das identidades TRANS Não Binárias e Ciborgues, sendo realizado um aprofundamento acerca das identidades ciborgues, à luz dos Direitos Humanos. Nesta produção científica, se busca trazer à tona o debate extremamente necessário acerca do direito ao reconhecimento da pluralidade das identidades de gênero, trazendo a perspectiva do ciborgue, compreendendo o ciborguismo como integração entre humano e tecnologia. Será analisado, ainda, como se dão os acessos às políticas públicas no Distrito Federal para pessoas TRANS Não Binárias e Ciborgues, enquanto um direito humano, trazendo perspectiva de humanidade e das interseccionalidades. Foram realizadas entrevistas em videochamadas, conduzidas com a utilização de múltiplos métodos e orientadas pelos apontamentos da sociopoética e da pretagogia sobre o pesquisar. O método escolhido para pesquisa foi qualitativo, ouvindo as percepções de Pessoas Transgêneras Não Binárias; e Pessoas TransAfrorreferenciadas Ciborgues sobre suas vidas e o acesso a políticas públicas, a partir de horizontes da pretagogia e da sociopoética. Esta produção de conhecimento ressalta epistemologias afrorreferenciadas, considerando, no entanto, que as estruturas acadêmicas, calcadas na conservação das estruturas da branquidade, e a escassez de acesso dificultaram a construção de um conhecimento exclusivamente transafrorreferenciado neste momento. Desta forma, esta pesquisa busca priorizar referências afrorreferenciadas, ainda que tenha enfrentado dificuldades de interseccionalizar estudos de raça e gênero e especialmente identidades de gênero. Assim, este trabalho atualmente se trata de um estudo transafrorreferenciado. Busca-se, ainda, identificar as barreiras de acesso às políticas públicas para pessoas TRANS Não Binárias e Ciborgues, com a perspectiva de sugerir estratégias para superar esses obstáculos, com vistas a colaborar para a construção de uma sociedade igualitária e baseada no respeito, na dignidade e no amor a todas as identidades de gênero, como enfrentamento às transfobias afrorrecreativas e demais violências transfóbicas, tais como a institucional e a estrutural.

Palavras-chave: Ciborgue; Trans Não Binário; Estudos TransAfrorreferenciados; Políticas Públicas; Direitos Humanos.

ABSTRACT

The gender identities of TRANS non-binary people and Cyborgs have not been considered as a prominent analytical category in scientific studies, in the development of public policies, provision of services, interpersonal relationships, among others, in current Brazilian society. This work will carry out an approach about the identities TRANS Non-Binary and Cyborgs, with an in-depth exploration about cyborg identities, in light of Human Rights. In this scientific production, it seeks to bring to the forefront the extremely necessary debate about the right to recognition of the plurality of gender identities, bringing the perspective of the cyborg, understanding cyborgism as integration between human and technology. It will also analyze how access to public policies occurs in the Federal District for TRANS Non-Binary people and Cyborgs, as a human right, bringing a perspective of humanity and intersectionalities. Video call interviews were conducted, using multiple methods and guided by the points of sociopoetics and pretagogy about research. The chosen research method was qualitative, listening to the perceptions of Non-Binary Transgender People; and TransAforreferenced Cyborgs about their lives and access to public policies, from horizons of pretagogy and sociopoetics. This production of knowledge emphasizes aforreferenced epistemologies, considering, however, that the academic structures, based on the conservation of the structures of whiteness, and the scarcity of access hindered the construction of exclusively transaforreferenced knowledge at this moment. In this way, this research seeks to prioritize aforreferenced references, even though it has faced difficulties in intersectionalizing race and gender studies and especially gender identities. Thus, this work is currently a transaforreferenced study. It also seeks to identify the barriers to access to public policies for TRANS Non-Binary people and Cyborgs, with the perspective of suggesting strategies to overcome these obstacles, aiming to collaborate in the construction of an egalitarian society based on respect, dignity and love for all gender identities, as a confrontation to afro-recreational transphobias and other transphobic violence, such as institutional and structural.

Keywords: Cyborg; Non-Binary Trans; Aforreferenced; Public policy; Human rights.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AGU - Advocacia-Geral da União

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

APP - Aplicativo

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CID - Classificação Internacional de Doenças

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

COSES - Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DECRIN - Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência

DIV - Diretoria da Diversidade

DPE - Departamento de Polícia Especializada

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FBI - Federal Bureau of Investigation

FONGES LGBT - Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

GDF - Governo do Distrito Federal

GGB - Grupo Gay da Bahia

HMIB - Hospital Materno Infantil de Brasília

HRT - Hospital Regional de Taguatinga

HUB - Hospital Universitário de Brasília

IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidade

IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos

LA - Liberdade Assistida

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

LGBTIQPA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Pansexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e sexualidade

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NED - Núcleo de Enfrentamento à Discriminação

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PPGDH - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania

RADFEM/TERF - Feminismo Radical Trans Excludente

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEDES - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRANS - Termo utilizado para se referir a pessoas transgêneras, travestis e transexuais

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UFG - Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

MEMORIAL	18
INTRODUÇÃO	19
1. A REINVENÇÃO HUMANA: O QUE É SER CIBORGUE TRANS AFRORREFERENCIADO(A)(E)(U).....	28
2. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL – DF, PARA PESSOAS TRANS SOB A PERSPECTIVA AFRORREFERENCIADA.....	50
3. RECONHECIMENTOS DAS IDENTIDADES E INTERSECCIONALIDADES ..	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	134
APÊNDICE 1. ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESSOAS NÃO BINÁRIAS	134
APÊNDICE 2. ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESSOAS NÃO BINÁRIAS	135
APÊNDICE 3. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	136
APÊNDICE 4. TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	137

MEMORIAL

**“... Você não existe, nunca existirá e
sempre será uma aberração...”
Escutei essa frase de um
familiar próximo...
dói demais dizer quem é
(Anônimo)**

((Em DES(construção))

Me chamo Kayodê da Silva Silvério, tenho 42 anos, sou pessoa TRANS¹ não binária, ciborgue e gênero fluido, e vivencio as transmasculinidades; meus pronomes são ELE/DELE, tenho a cor de pele dita parda e, apesar de todos os tribunais coloristas que nos atravessam, vivencio todos os dias o que é ser uma pessoa trans negra em nosso país e no mundo. Sou o filho mais velho, tenho uma irmã. Meus pais estão casados há mais de 40 anos, ambos servidores públicos e filiados a partidos de esquerda. “Graças a deus”, rs, nascemos fruto de uma relação interracial e minha mãe foi e é alvo ao longo de sua trajetória de vida bem como eu, minha avó/avô maternos e meus tios de racismos² institucionais/recreativos/estruturais etc... Tenho muito orgulho de ser filho deles, pois sempre nos incentivaram a leitura, a busca pelo conhecimento e, principalmente, a respeitar todo e qualquer espaço de trocas de sabedorias e aprendizagem seja na universidade ou dentro da nossa própria comunidade, e que as titulações de nada semeariam/serviriam se hierarquizarmos saberes.

Desde criança, sempre me reconheci como trans, sobretudo devido a transfobias diversificadas e extremamente violentas. Tenho conseguido, com uma felicidade sem tamanho, viver como TRANS não binária há quase 08 anos e sepultar meu outro eu, até

¹ Eu, Kayodê, nesse trabalho de dissertação optei academicamente a escolha do termo trans, TRANS, Trans em várias de grafias (para ser mais exato, três formas políticas de escritas plurais) e o objetivo é para demonstrar que nós pessoas TRANS, Trans, trans temos diversidades e intercruzamentos como grafias diversas e dialoga com a diversidade de quem é a população TRANS, trans, Trans hoje no Brasil. Dialogando especialmente com o título proposto na presente dissertação. O uso de Trans ou TRANS como prefixo em algumas palavras e conceitos não tem o objetivo de essencializar a experiência das pessoas trans, mas de marcar uma posição desde a qual percebemos diversos fenômenos sociais.

² “Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. [...] Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ‘ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’” (Almeida, 2018, p. 38).

mesmo porque tenho certeza que não nasci em um corpo errado, mas sim que a sociedade me fez adoecer e acreditar nisso, sendo atravessado por tantos mecanismos violentos, binaristas e de disforias de gênero. Então, estamos em parceria com amigos/as/es, familiares/profissionais/ e demais pessoas queridas ao longo desses quarenta e dois anos de vida, atravessando as consequências das transformações das transgeneridades das conquistas/ e do poder das transaméfricas ladinhas ciborguistas.

Gostaria de iniciar esse memorial refletindo o quão intenso/complexo e desafiador foi esse processo de escrita acadêmica em plena Pandemia mas, ao mesmo tempo, entre medicações psiquiátricas, elucubrações amorosas das nossas existências trans nunca havia me sentido tão inspirado e pensado em espelhar como autor de múltiplos textos futuros. Sinto que há uma trajetória imensa a ser narrada e talvez escrita de forma inédita, por ser um tema muito específico. Inclusive, esse foi um dos motivos complexos que eu e meu querido orientador encontramos em nossa jornada acadêmica de corpos dissidentes trans não binários decoloniais, pois havia uma escassez e dificuldade de encontrar referencial teórico/autores/autoras.

Minha escolha de escrita está diretamente vinculada à minha vivência. Ao longo da minha vida social, política, coletiva, diaspórica, histórica, cultural e identitária, a trajetória acadêmica sempre foi um caminho articulado com o trabalho e o ativismo/autismo junto aos movimentos sociais de diversidades sexual (LGBTIQPA+), étnico-racial e religiosa no Distrito Federal. No trabalho como gestor de política pública e na composição da Coordenação da Região Centro-Oeste do Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para a População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – FONGES LGBT, os desafios e avanços são acompanhados por muitas lutas que perpassam o reconhecimento identitário.

A busca pelo conhecimento e sua aplicação prática para a construção de um ambiente de garantia de direitos, de troca de histórias de vida e de tradução de saberes constituem-se como motivadores para a minha escrita, inclusive como elemento constitutivo e integrativo. A experiência dessa pós-graduação, nesse aspecto, tem aperfeiçoado tanto meu exercício docente em instituições de ensino superior, quanto as minhas competências profissionais como assistente social e historiador, no intuito de contribuir para o desenvolvimento e acompanhamento das Políticas Públicas, como instrumentos de contribuição ativa no enfrentamento às disparidades sociais, na compreensão das suas motivações e na proposta de soluções exequíveis.

Compreendi, portanto, que a minha candidatura ao Mestrado e todo esse engajamento na escrita acadêmica são um passo fundamental para a continuidade do meu trabalho no campo acadêmico, ao me formar para uma atuação mais científica, aprofundando a perspectiva de produção de conhecimento referente à identidade de gênero interseccionada com a diversidade étnico-racial e as questões de classe, com o intuito de sensibilizar e quebrar paradigmas na execução de políticas sociais, públicas e institucionais, e, ainda, contribuir especificamente nas políticas públicas que trabalham diretamente com os direitos humanos. Inicialmente, a perspectiva era de um estudo nacional, mas, com todas as novidades e novos mecanismos, inclusive de busca científica na pandemia, a pesquisa foi realizada apenas no Distrito Federal.

Este estudo busca a possibilidade de, por meio de uma leitura científica político-revolucionária, promover a transformação da realidade humana. Inicialmente, essa necessidade de compreensão da condição das pessoas em situação de discriminação sexual, étnico-racial e religiosa desenvolveu-se sem um vínculo acadêmico e científico, na instituição em que trabalho e da qual sou cofundador: o Centro de Referência Especializado em Diversidade Sexual, Étnico-Racial e Religiosa – CREAS da Diversidade, vinculado ao Governo do Distrito Federal – GDF, o único e inédito serviço no Brasil pertencente ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e que se tornou uma grande referência nacional e internacional.

Sendo assim, como somos serviços públicos essenciais enquanto política pública de assistência social, e devido ao aprofundamento das desigualdades sociais após a pandemia, a quantidade de pessoas que requereram e requerem nossos serviços praticamente quadruplicou, sendo a maioria com quadro grave de saúde mental, desemprego, insegurança habitacional (aumento significativo de pessoas LGBTIQPA+ em situação de rua) e insegurança alimentar e nutricional. Não sei se é de conhecimento geral, mas, infelizmente, o GDF, na época em que entrei no mestrado, em meados de 2019/20, não permitia a liberação de nenhum servidor para gozo de licença para estudos/capacitação (mestrado, doutorado e afins) e/ou licença-prêmio. Então no meio a esse turbilhão, ficou complicado conciliar tempo e planejamento para ter um espaço seguro e saudável para escrever a Dissertação.

Para tanto, avaliei que conseguiria conciliar o Mestrado com o trabalho no CREAS da Diversidade, mas chegava em casa exaurido, exausto e entristecido com o cenário de caos que enfrentamos diariamente enquanto trabalhadores do SUAS-DF. Sem contar o falecimento por COVID-19 de pessoas próximas atendidas pelo CREAS da

Diversidade e de trabalhadores da Rede Socioassistencial e/ou Interinstitucional, além de amigos próximos e familiares. Mas, mesmo assim, ainda consegui qualificar dia 29 de março de 2021 e continuei tentando conciliar o trabalho com as atividades da escrita acadêmica em especial pós as contribuições da banca examinadora da qualificação que teve desdobramentos de trocas acadêmicas e sugestões de alterações no meu texto. Nesse momento também realizei contraposições, que contribuem para a transformação da academia, sociedade e mundo. Contudo, no dia 14 de abril de 2021, tive uma crise de Burnout, que é a condição de esgotamento físico e/ou emocional após realizar um trabalho complicado por um longo período. Essa exaustão da força emocional ou física vem de um estresse prolongado ou frustração normalmente vinculada ao trabalho. Essa síndrome é desencadeada pela dificuldade em administrar a vida ou os problemas que se apresentam, sendo também considerada uma síndrome depressiva.

Desde o dia 15 de abril de 2021, iniciei um período de licença saúde, com diagnóstico de depressão (burnout), estafa mental associada a estresse pós-traumático, crises de ansiedade e um diagnóstico tardio de autismo do espectro. Enfim, vivendo um dia de cada vez; mas confesso não está sendo fácil. Vivenciei diversos períodos de tentativas de retorno ao trabalho e atividades da vida diária, seguidos de indicações de novos afastamentos médicos para os cuidados de saúde. Mas eu consegui retomar as escritas acadêmicas e as leituras propostas pela banca da qualificação e com todo o suporte afetivo do meu orientador e especialmente da minha companheira sereia, o que me causou entusiasmo de finalizar esse ciclo tão delicado mais ao mesmo tempo fortalecedor de ideais de justiça social.

Foi nesse emaranhado institucional que me despertou o desejo de aprofundar cientificamente o retorno à Academia e utilizar a escrita para dar voz aos nossos corpos TRANS dissidentes negros, ciborgues não binários e com outras possibilidades de vivências das TRANSmasculinidades, que é inclusive meu lugar de fala nesse mundo de epistemologias, que por muitas vezes são epistemicidas.

Seguindo essa linha de raciocínio, pondero que este trabalho de dissertação de mestrado não é um conto ficcional, *a la* Octavia Butler³, como foi mencionado na minha

³ Octavia Estelle Butler, mais conhecida por Octavia Butler, foi uma escritora afro-americana consagrada por seus livros de ficção científica feminista e por inserir a questão do preconceito e do racismo em suas histórias (D'Angelo, 2017)

banca de qualificação, apesar do meu apreço por todo o legado afrofuturista e de, ao mesmo tempo, me sentir uma pessoa afrofuturista para além do tempo, com muito orgulho. É real e vivo o que escrevo, até mesmo porque é a nossa realidade crua e nua, ou seria nua e crua de crueldade, que mata e traz a TRANSNECROPOLÍTICA a cada centésimo de segundo, com cheiro fresco de GAYS cisnormativos friendlies e toda aquela “baboseira” que já conhecemos, da espetacularização da babaquice binária racista com estereótipos originários de padrões europeus, repletos de normas e trejeitos machistas, racistas, misóginos, sexistas e perversos da tal cisnormatividade hétero compulsória que cortam nossas carnes em vão há séculos, ou a fim de objetificar nossos corpos dissidentes para, apenas, nos matar pelo que somos.

Mas há UMA ÚNICA certeza de que nós, pessoas TRANS – e sim trans em letras maiúsculas –, vivenciamos todos os dias: infelizmente, nosso poder foi saqueado, usurpado, de ter vivências únicas e de ser respeitadas em essências tão únicas que fogem de nossas possibilidades de almas planejadas ou meramente coisificadas em espaços que uma heterocisnormatividade nos cospe e vomita o que devemos ser a todo instante, desde o uso digno de direitos sociais básicos, como utilizar um banheiro público.

O fato de sermos chamados de aberrações é um fator tão nocivo e corrosivo para nossas construções identitárias que, todos os dias, me sinto esvaindo nas chamas do patriarcado, e me pergunto: quando virá o nosso traviarcado⁴? Mas o que realmente permanece é o canto dos pássaros que acordo ouvindo no Lar do Amor, como chamamos carinhosamente nossa casa. E algo que sempre refleti com Meu Dengo – LUSA –, tão linda e resplandecente, é que, mesmo sendo complexo viver um amor ao meu lado, ela está aqui comigo todos os dias, eu, essa pessoa TRANS ciborgue não binária gênero fluido, por vezes mal compreendida e julgada por tantas inflexões morais que querem, a todo instante, nos colocar como vítimas da vida, mas nossa luta cotidiana é para viver, apenas, (cheios de medicações psiquiátricas, laudos, pareceres biopsicossociais etc.). Como seria estar em uma relação afrorreferenciada com uma pessoa TRANS? As violências transfóbicas, sejam intrafamiliares, afetivas entre amizades, públicas e/ou

⁴ "O Traviarcado, ao modo como eu compreendo, instaura um modo de organização política de corporalidades transvestigêneres de modo a enfrentar e subverter o patriarcado, dissolvendo hierarquias sexuais e de gênero, apontando que se sexo e gênero não são naturais, e sim artificiais, quaisquer hierarquias são resultados da produção humana e, portanto, podem ser desfeitas." (Nantes; Nascimento, 2021, p.14).

privadas, em alguma medida respingariam nela... Sabe, estou me referindo à CISNORMATIVIDADE, e eu não quero ter passabilidade. O que é ser PASSÁVEL⁵?

Pondero o porquê de iniciar um memorial com tanta dor: é que, realmente, sinto meu peito arder em chamas todos os dias quando acordo e “nem lembro mais o tempo que passou”, pois somos muito jovens. Será? Meu Orixá de cabeça é Oxalufã e me recordo um dia, em plena pandemia, nos primeiros meses, meu Pai de Santo me pedindo para rezar por ele e pelo mundo eu um jovem que já superou suas expectativas de vida, 42 anos. Falo isso porque, nos últimos relatórios lançados pela Organização das Nações Unidas – ONU, a expectativa de vida de pessoas trans é de 33 a 37 anos. Por que ele me fez esse pedido, de uma agenda tão pertinente e, ao mesmo tempo, enlouquecedora? Quem é de Santo sabe o que estou falando, mas, neste estudo TransAforreferenciado, o que importa é o nosso legado, seja de tantas Jaquelines, Demetrios, Keylas Simpons, Yuris, Vivianes, Lams, Linikers, Majurs, ou a invenção das mulheres que a socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi propõe, e com quem dialogo ao longo desta escrita tão cara, mas, ao mesmo tempo, libertadora para o que é necessário e mais que óbvio: o nosso direito à vida, flertando com estudos decoloniais, pretendo compreender por que essa binariedade de gênero é tão perigosa e nociva para as nossas existências.

Desde pequeno, eu diria ainda criança, tive que lidar com todo tipo de discriminação e preconceito, hoje chamado de “*bullying*” racista e transfóbico. No entanto, nunca conseguiram me tirar o brilho nos olhos, a vontade de sonhar, a riqueza de trocar saberes múltiplos e diversos, de desenhar, pintar, ler poesia, ver filmes, fazer vídeos, de ser leve, de horizontalizar a beleza de viver e, principalmente, a capacidade de amar, até mesmo porque eu amo gargalhar. Afinal, quem não ama?

O conceito de família para nós, assistentes sociais, é bem lindo, e eu amo ter muitas famílias, filhos do coração e ser quem eu sou com uma companheira linda, que me respeita, ama e apoia com todo este TransMemorial. Euuuuuu amooooooooo lhe amar, Lusa Rainha Sereia Mitológica Voadora, Dengotinha!!!

⁵ Passabilidade: “passar por cis”. A reunião de características corporais e comportamentais baseada na norma heteronormativa da pessoa cisgênera, que a pessoa trans assume e se adequa ao ponto que ao se apresentar socialmente, sejam reconhecidos como uma pessoa cisgênera. (Cerqueira; Denega; Padovani, 2020).

Bom, é o que temos para hoje, continuar tocando o barco, como diz meu orientador “uã” – o chamo assim carinhosamente pois nos conhecemos de longas datas e quem nos guia é Yemonjá, e ele sabe disso.

Nesse relicário de memórias, não há como não ter memórias belas e delicadas da rainha sereia mitológica voadora. Só agradeço por sua (re)sistência, e não é aquele clichê que perpetua o machismo, o sexismo e as normas cisheteronormativas, mas sim uma presença viva que respeita a minha integralidade, especialmente quem eu sou na vida e o que tenho me tornado... lhe amo.

Por fim, o PPGDH dialoga com as diversidades, até mesmo porque é um Programa de Direitos Humanos; mas precisei intervir para que respeitassem o meu “nome social”. Na época, eu estava de cadeira de rodas, devido a problemas de saúde na coluna, e ainda escutei vários discursos preconceituosos e capacitistas. Estou desenvolvendo meu projeto no programa, neste momento delicado em que os direitos humanos da comunidade LGBTIQPA+ estão sendo vilipendiados, além das transfobias institucionais que enfrentei e da negação do direito básico de ter meu nome respeitado, o que o CISTema⁶ chama de Nome Social. Fazer pesquisa sobre temáticas que expõem as dificuldades enfrentadas pelas pessoas TRANS não binárias em corpos dissidentes é urgente e elementar. Ando cansado, até mesmo porque nossa luta é ancestral e diaspórica. Sendo assim, nossa luta – porque odeio o discurso bélico e associo militância ao nefasto “militarismo” –, mas nossa luta é anterior, é sobreviver, VIVER. Olha que simbólico! A mobilização teórica, na atualidade, é imprescindível, sobretudo começando a citar pesquisadoras TRANS em nossas referências.

Nesse ínterim, o PPGDH contribuiu para meu conhecimento pessoal e como pesquisador, e o mais importante é o retorno do conhecimento adquirido fora do meu território não binário para o fortalecimento da luta da comunidade LGBTIQPA+ como

⁶ Aqui eu dialogo com o texto de Viviane Vergueiro (2015, p. 225): “(Cistema: uma corruptela de ‘sistema’, com a intenção de denunciar a existência de cissexismo e transfobia no sistema social e institucional dominante) Pessoas cujos corpos e identidades de gênero diferem daquilo que é tomado como natural, saudável, divino e normal – ou, para usar uma simplificação que se ouve com frequência, que não sejam ‘o homem com pênis e a mulher com vagina’ – são construídas (por mídias, cristianismos, famílias,...) como traidoras do sistema, ou no mínimo como potenciais traidoras dele. E, por sua traição – ou mera suspeita de traição – aos padrões de gênero dominantes, são assassinadas, ridicularizadas, estranhadas, ojerizadas. Controlam e realizam intervenções sobre seus corpos, até mesmo antes que tenham consciência para decidir, e, por sua vez, impedem ou dificultam ou corrompem o acesso às mudanças que estas pessoas desejam para si. Subempregos, desempregos, pistas marginalizadas: a traição tem um preço alto. pessoas trans*, pessoas transexuais, pessoas travestis, pessoas não binárias, pessoas... quando se reconhecerão os direitos destas pessoas? Quando suas existências poderão ser descolonizadas dos modelos inferiorizantes que o sistema oferece em seus programas de tv, em suas matérias pseudojornalísticas incompetentes (que estão por todas partes), em seus consultórios brutalizantes, em seus programas e projetos institucionais?”

um todo organizado, e ainda trazer outras percepções do verdadeiro impacto dessa pandemia quase sem fim... Estivemos atravessando um nevoeiro infinito de “Fake News” com um desgoverno que não respeitava a ciência, a vacina e foi escancaradamente genocida. No mais, sigamos com fé, que ela não costuma falhar. Será? Estado Laico Democrático de Direitos? Pelo sim e pelo não, sigo amando e sendo amado, mas sempre tentando despertar, afetar, porque fazer política pública para pessoas LGBTIQPA+ é também jogar aos quatro ventos as palavras respeito, direitos humanos, dignidade e justiça social.

INTRODUÇÃO

Este estudo investiga o acesso às políticas públicas por pessoas Trans Não Binárias e Ciborgues no Distrito Federal, sob a perspectiva dos direitos humanos e do reconhecimento de suas identidades e interseccionalidades. A pesquisa fundamenta-se em estudos que denominarei TRANSAforreferenciados, buscando compreender as barreiras e os desafios enfrentados por essa população, cuja existência desafia as normas binárias de gênero.

A Constituição Federal Brasileira garante a todos a igualdade perante a lei, fundamentada no princípio da isonomia, em um Estado laico e democrático de direito. Contudo, a realidade da população Trans, em particular das pessoas Trans não binárias e ciborgues, revela uma lacuna significativa entre o preceito constitucional e a efetiva garantia de direitos. A invisibilidade, a discriminação e a falta de acesso a serviços e políticas públicas adequadas são desafios constantes, decorrentes, em grande parte, da ausência de reconhecimento de suas identidades de gênero. Essa falta de reconhecimento manifesta-se, por exemplo, na dificuldade de acesso a serviços de saúde adequados, a documentos que reflitam sua identidade, ao mercado de trabalho e a espaços de participação política e social. Essa situação de marginalização é agravada por interseccionalidades, como racismo, classismo, capacitismo e outras formas de opressão e exclusão.

Diante desse contexto, a questão central que norteia esta pesquisa é: como se efetiva o acesso às políticas públicas para as pessoas transgêneras não binárias e ciborgues no Distrito Federal, considerando o reconhecimento de suas identidades de gênero no âmbito dos direitos humanos? A partir dessa questão, formula-se a hipótese de que a omissão do Estado brasileiro em reconhecer e normatizar os direitos específicos dessa população, bem como a influência de um pensamento conservador e binário, têm contribuído significativamente para a invisibilidade e a marginalização dessas pessoas, dificultando o acesso a direitos fundamentais. Essa omissão manifesta-se na formulação e implementação de políticas públicas universalizantes⁷ que não consideram a diversidade

⁷ As Políticas Públicas na modernidade capitalista, remetem a tendências de *universalização versus focalização*. Faz-se necessário, contrapor as políticas universalizantes a políticas de discriminação positivas como compensatórias, calcadas nas vulnerabilidades sociais, com focalização nas desigualdades sociais. Nesse contexto chamo atenção para o fenômeno que se denomina “*gestão controlada da exclusão*” do momento em que o Estado em vez de observar o direito à diferença, nas políticas de homogeneização

de identidades de gênero e as necessidades específicas das pessoas Trans Não Binárias e Ciborgues.

A presente pesquisa se justifica pela sua relevância social e acadêmica. Socialmente, busca contribuir para a visibilidade e o reconhecimento das pessoas Trans não binárias e ciborgues, promovendo o debate sobre seus direitos e necessidades e subsidiando a formulação de políticas públicas mais inclusivas e efetivas. Academicamente, a pesquisa propõe-se a preencher uma lacuna nos estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas, ao abordar a interseccionalidade das identidades Trans não binárias e ciborgues, a partir de uma perspectiva TRANSAforreferenciada e decolonial, pois entendemos o modo como o racismo⁸ impacta de forma crucial a vida das pessoas trans.

Esta pesquisa situa-se no campo interdisciplinar dos estudos de gênero, sexualidade, direitos humanos e políticas públicas, dialogando com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. O conceito de gênero é central para a análise, sendo compreendido não como uma categoria biológica ou natural, mas como uma construção social e histórica. Conforme Bandeira e Oliveira (1990, p. 8), gênero se refere aos “processos de construção das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolvem/vivenciam no social”. As práticas de gênero, portanto, não são determinadas pela genitália ou por códigos de sexualidade, mas pelas normas culturais que governam a interpretação dos corpos (Silvério, 2008). Essa compreensão desnaturaliza as identidades de gênero e abre espaço para a compreensão da diversidade e da fluidez das experiências trans.

Judith Butler (2003), em sua crítica à distinção essencialista entre sexo e gênero, argumenta que ambos são constructos sociais, imbricados em relações de poder. Para

cultural, descaracterizou-a numa abordagem universalista que se concretiza de forma normativo-legal. Na contramão do Estado regulador, com suas estratégias universalistas e homogeneizadoras para inclusão, encontram-se, os grupos sociais étnico-raciais, LGBTQI+, movimento feminista, religiosos, pessoas com necessidades específicas, sindicalistas, que buscam reinventar o Estado, sob novas condições históricas e políticas, com estratégias de empoderamento, pela via da cidadania (Silvério, 2008, p. 9).

⁸ Um dos aspectos fundamentais da ideologia racista é a dimensão ontológica de seus efeitos sobre o escravizado colonizado. Fanon (1968), ao abordar os efeitos psicológicos do colonialismo nos colonizados, destaca que esses não foram excluídos apenas do ponto de vista de direitos e privilégios, mas também do ponto de vista de seus pensamentos e valores. Nesse sentido é necessário compreender que a dominação política e a exploração econômica levada a cabo pelo empreendimento colonial europeu foram acompanhadas de uma subtração da condição de ser humano – sujeito de vida, cultura e história – do indígena e do africano (Silvério, 2008).

Butler, o gênero é performativo, ou seja, é constituído por atos repetidos e estilizados que produzem a ilusão de uma identidade estável e coerente. Essa perspectiva desestabiliza a noção de uma identidade de gênero fixa e binária, abrindo caminho para a compreensão das identidades não binárias e fluidas.

A perspectiva de gênero, entretanto, não pode ser analisada isoladamente. É fundamental considerar a *interseccionalidade*, conceito assim nomeado por Kimberlé Crenshaw e aprofundado no contexto brasileiro por autoras como Lélia Gonzalez (2020), Carla Akotirene (2019) e Thula Pires (2016, 2017, 2018a, 2018b). A interseccionalidade demonstra como diferentes categorias de opressão (gênero, raça, classe, sexualidade etc.) interconectam-se e reforçam-se mutuamente, produzindo experiências de discriminação e exclusão únicas e complexas. No caso das pessoas Trans Não Binárias e Ciborgues, a interseccionalidade é crucial para compreender como a transfobia articula-se com outras formas de opressão, como o racismo, o classismo, o capacitismo, entre outras, gerando barreiras adicionais ao acesso a direitos e políticas públicas. A análise interseccional, assim, permite uma compreensão mais profunda e abrangente das desigualdades e das necessidades específicas dessa população.

Ao considerarmos as críticas às dimensões atuais da colonização, representadas por autores como Frantz Fanon (1968, 2008) e Achille Mbembe (2016), entendemos como fundamental analisar as raízes históricas e estruturais da discriminação e da exclusão da população trans. O colonialismo europeu, ao impor uma visão de mundo binária e hierárquica, baseada na oposição entre colonizador/colonizado, normal/anormal, homem/mulher, contribuiu para a marginalização e a patologização das identidades de gênero que não se enquadravam nesse modelo. A decolonialidade, portanto, busca desconstruir essas categorias coloniais e valorizar saberes e experiências marginalizados, abrindo espaço para a construção de novas epistemologias e práticas políticas.

Nesse sentido, a obra de Oyeronke Oyewumi (2021), “A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”, é de grande relevância. Oyewumi critica a imposição do conceito ocidental de gênero às sociedades africanas, demonstrando como o gênero não era um princípio organizador na sociedade Iorubá pré-colonial. A autora revela a ideologia do determinismo biológico subjacente às categorias sociais ocidentais e argumenta que o conceito de “mulher”, central para essa ideologia, não existia na cultura Iorubá, onde o corpo não era a base dos papéis sociais.

Essa crítica contribui para desnaturalizar o binarismo de gênero e para questionar a universalidade do modelo ocidental.

A abordagem **TRANSafroreferenciada**, que buscaremos delinear nesta pesquisa, visa integrar os estudos sobre transexualidade e transgênero com os estudos afroreferenciados (Petit, 2015) e decoloniais (Vergueiro, 2015). Essa abordagem considera a experiência das pessoas trans negras e racializadas, que enfrentam formas específicas de discriminação e violência, resultantes da interseccionalidade entre transfobia e racismo. A TRANSafroreferenciação busca, assim, construir um conhecimento situado e engajado, que parta das experiências e das vozes das pessoas trans negras e que contribua para a luta por seus direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária.

No que tange a conceituação se faz necessário diferenciar as categorias robô, androide e ciborgue:

Robôs são seres totalmente inorgânicos, mas cuja aparência não é necessariamente humanoide. Cabe aqui lembrar que a denominação robô se refere a máquinas construídas pelo homem sem aparência humana e, na maioria das vezes, produzidas com o propósito de realizar uma única tarefa, como os robôs aspiradores de pó, robôs montadores de carros, entre outros. Androides referem-se aos robôs com aparência humanoide ou humana, como, por exemplo, os androides cuidadores de idosos, os produzidos para diversão sexual, entre outros. Ciborgues são seres constituídos por dispositivos tecnológicos e por partes orgânicas, tais como pessoas com marcapasso, próteses, entre outros. Aquele cujas partes do corpo foram substituídas por mecanismos eletrônicos, normalmente exercendo a função de órgãos ou membros, podendo ou não ser pessoas ficcionais cujas habilidades físicas ultrapassam o considerado humano, com a ajuda de meios eletrônicos acoplados ao seu corpo (Agustoni, 2017, p. 43-44).

Donna Haraway (2009) teoriza o ciborgue como uma figura fluida, que transgride limites por meio de fusões e múltiplas possibilidades. Para ela, em um mundo de ciborgues, as fronteiras perdem importância, dando lugar a conexões. As identidades podem ser parciais, mutáveis, contraditórias. É um universo em constante construção, onde a socialização e as ações se transformam continuamente, refletindo a natureza dinâmica da existência ciborgue (Agustoni, 2017). A figura do ciborgue, teorizada por Donna Haraway (2009), é central para a análise das experiências das pessoas Trans ciborgues. O ciborgue, como um ser híbrido, composto por partes orgânicas e tecnológicas, representa a transgressão de fronteiras e a fluidez das identidades. Para

Haraway, o ciborgue desafia as dicotomias tradicionais (natureza/cultura, humano/máquina, homem/mulher) e abre espaço para novas formas de ser e de estar no mundo.

Aqui compreendemos a tecnologia como, acima de tudo, uma intervenção social. Essa conceituação é fundamental para a pesquisa, pois permite compreender as experiências de pessoas que, por meio de tecnologias, modificam seus corpos e constroem suas identidades de gênero de forma não binária. A incorporação de tecnologias, seja por meio de próteses, implantes, hormônios ou outras intervenções, pode ser vista como uma forma de agência e de resistência às normas cisheteronormativas.

A *antropologia do sujeito*, conceito trazido para esta pesquisa sob a ótica de Rita Laura Segato (2003), oferece um referencial teórico importante para a análise das experiências das pessoas Trans Não Binárias e Ciborgues. Essa abordagem, situada na interface entre a antropologia, os feminismos e a teoria psicanalítica, busca compreender a emergência do sujeito em contextos de opressão e violência, a partir de uma perspectiva que considera a construção social da sexualidade e a importância das relações de poder.

bell hooks (2000), em sua defesa antirracista de um feminismo radical que busca a destruição do sexismo sistêmico e institucionalizado, o patriarcado, oferece um referencial importante para a análise das estruturas de poder que sustentam a discriminação e a violência contra a população trans. Seu projeto feminista, que é “para todo mundo”, ressalta a necessidade de envolver toda a sociedade na luta contra a opressão sexista.

Finalmente, Michel Foucault (1999), em *História da Sexualidade*, vol. 1, oferece ferramentas conceituais para analisar a construção social da sexualidade e a relação entre poder, saber e discurso. A análise foucaultiana permite compreender como o discurso hegemônico sobre a sexualidade, que legitima a heterossexualidade como norma, contribui para a reprodução de hierarquias sexuais e para a marginalização das identidades não heteronormativas.

A presente pesquisa científica tem como objetivo geral ampliar as possibilidades de reconhecimento efetivo e de acesso das pessoas transgêneras às políticas públicas, na

perspectiva dos direitos humanos. Sendo assim, configuraram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender o acesso das pessoas transgêneras às políticas públicas de direitos humanos;
- b) Analisar o apagamento e o não reconhecimento das pessoas transgêneras no acesso às políticas públicas e políticas específicas para o seguimento das pessoas TRANS Não Binária Ciborgue;
- c) Elaborar mecanismos de acesso, por meio do mapeamento, descrevendo as políticas públicas de direitos humanos para pessoas TRANS Não Binária Ciborgue;
- d) Criação de uma Cartilha Virtual de Serviços Especializados para Pessoas TRANS por meio de um site chamado “TRANS SERVIÇOS”, vide link: <<https://transservicos.info/>> com o objetivo de sensibilização para pessoas que atuam na perspectiva e garantia de direitos humanos nas políticas públicas, para promoção do acesso integral e universal e bem como ainda a divulgação da Rede de Serviços – Políticas Públicas do DF existentes para Pessoas TRANS, garantindo a especificidade para pessoas TRANS Afrorreferenciadas Não Binária Ciborgue.

Na busca de compreender as dificuldades de acesso das Pessoas TRANS Não Binárias e Ciborgues, este trabalho foi estruturado conforme o que se descreve nos parágrafos seguintes, buscando também interagir com as falas de duas *co-pesquisadoras* (termo explicado mais adiante), também Pessoas Trans Não Binárias, na construção desse debate compartilhado:

Ae seção 1: A Reinvenção Humana: O que é ser Ciborgue TRANS Afrorreferenciado(a)(e), apresenta a cosmovisão e a perspectiva de dar à luz ao conhecimento do que é ser Ciborgue TRANS a partir de uma apresentação afrorreferenciada, decolonial em diálogos contemporâneos sobre o acesso as Políticas Públicas e o direito de existir.

Na seção 2: Histórico das Políticas Públicas no DF para Pessoas TRANS sob a perspectiva Afrorreferenciada e na seção 3: Reconhecimentos das Identidades e Interseccionalidades; em ambas as seções foi realizado um resgate histórico das Políticas

Públicas e também colocamos as duas pessoas pesquisadoras e uma entrevistada para dialogar com os temas utilizando as metodologias descritas abaixo.

É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do feminist standpoint: não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. (Ribeiro, 2017, p. 64).

Baseado no horizonte metodológico da Metodologia Feminista para Pesquisa Social, este trabalho adota uma perspectiva crítica, com o estudo de caso como método, por meio da interlocução com a vida de Pessoas Transgêneras Não Binárias e Pessoas TRANS afroreferenciadas ciborgues, mobilizando a dimensão dos “múltiplos métodos” (Reinharz, 1992). Na articulação destes métodos de pesquisa qualitativa, mobilizamos a sociopoética (Gauthier; Adad, 2010) e a pretagogia (Petit, 2015), naqueles elementos que essas abordagens teóricas poderiam ser articuladas na construção desta pesquisa.

Da *sociopoética*, mobilizamos a percepção de que as pessoas que interagem na pesquisa são todas *co-pesquisadoras*, pois, ao acionar suas memórias, também as investigam para dar sentido a elas no contexto da construção do discurso de conhecimento sobre si e sobre os fenômenos sociais sobre os quais pensam. Assim, o discurso das *co-pesquisadoras* nunca são *dados* a serem acessados, mas informações que são significadas coletivamente no contexto da própria pesquisa, que precisa ser atravessada de afeto, e da busca pela valorização do espaço experiencial de cada pessoa participante como fundante da construção crítica e emancipadora do conhecimento (Gauthier; Adad, 2010).

Por sua vez, da *pretagogia* tomamos a importância das dimensões ancestrais na percepção de quem somos e em que processos estamos inseridas/es/os. A pretagogia é uma abordagem metodológica e pedagógica afroreferenciada que valoriza a cosmovisão africana, a ancestralidade e a tradição oral como bases do conhecimento. Metodologicamente, ela se caracteriza pela circularidade, coletividade e participação ativa dos sujeitos, rompendo com hierarquias tradicionais entre pesquisador e pesquisado. A pretagogia integra o corpo, a espiritualidade e as expressões culturais como fontes de saber, promovendo uma construção horizontal e dialógica do conhecimento. Além disso, ela enfatiza a interdisciplinaridade e a contextualização, partindo das realidades locais e

das necessidades das comunidades. Como metodologia, a pretagogia busca descolonizar práticas educativas e de pesquisa, combatendo o racismo e promovendo a emancipação e a autodeterminação dos sujeitos afrodiaspóricos (Petit, 2015).

Foram realizadas entrevistas em um espaço coletivo de partilhas, seguindo uma das linhas que as metodologias da sociopoética e da pretagogia propõem, na modalidade de videochamada por meio de aplicativos de conferências virtuais, com o objetivo de compreender como atualmente se dá o acesso às políticas públicas para essas pessoas Transgêneras não binárias ciborgues. No contexto das abordagens metodológicas adotadas, as co-pesquisadoras trouxeram o que avaliaram como pertinente, sobretudo porque entendemos que a experiência trans não é um objeto.

Foi utilizado, ainda, material de análise de base documental e demais dados secundários, versando sobre as possibilidades de acesso às Políticas Públicas para essas Pessoas Transgêneras. As epistemologias e bibliografias utilizadas foram baseadas na metodologia de estudos TransAfrorreferenciados para Pesquisa Social. A análise foi baseada na leitura crítica para a interpretação teórico-metodológico dos materiais para o combate ao racismo e enfrentamento à Transnecropolítica⁹.

Após a concordância em participar do estudo, es/os/as participantes/co-pesquisadores/as foram instruídos/as/es a ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando com o uso das informações prestadas para fins acadêmicos e todo o material de análise de dados foi primeiramente mostrado para elas/elus por motivos éticos óbvios.

O outro passo importante foi realizar a transcrição fidedigna das falas coletadas na entrevista, e após este processo, estas foram revisadas pelos/as/es/us entrevistados/as/es/us e co/pesquisadores/as/ e aprovadas pelos/as/es mesmos/as/es. Na sequência, as mesmas foram descritas de maneira detalhada, de acordo com os objetivos da pesquisa. O último passo foi embasar o que foi encontrado nos relatos com o

⁹ Utilizo o termo *transnecropolítica* em consonância com o discutido por Caravaca-Moreira e Padilha (2018), que utilizam o conceito de necropolítica, originalmente cunhado por Achille Mbembe, para analisar a situação das pessoas trans no Brasil. Ele e ela argumentam que o Estado brasileiro, através de ações e omissões, contribui ativamente para a produção da morte (física e social) da população trans.

referencial teórico, assim, podendo distinguir os encontros e as oposições na literatura, considerando a potência das falas e o momento de construção dialógica e democrática utilizando as abordagens metodológicas adotadas.

Espero que este trabalho possa servir não apenas para visibilizar os problemas de acesso da população trans às políticas públicas, mas também contribuir para a elaboração de uma abordagem interseccional TransAfroreferenciada, que será entendida, aqui, como uma posição de investigação e crítica que considere a experiência das pessoas trans no contexto do enfrentamento do racismo, do patriarcado e das violências causadas pelas recusas das identidades de gênero das pessoas Trans, em especial as Trans não-binárias ciborgues. Essa abordagem é fundamental, pois mesmo muitas das leituras interseccionais ainda silenciam sobre as experiências trans não binárias e ciborgues. Enfatizar essa abordagem é também uma luta, no campo dos direitos humanos, contra mais esse apagamento que violenta nossas vidas e nossos corpos.

1. A REINVENÇÃO HUMANA: O QUE É SER CIBORGUE TRANS AFROREFERENCIADO(A)(E)(U)

Esta seção inicia sua discussão problematizando a negação das diferenças – sejam elas entre os gêneros, as classes, as raças/etnias e as de contextos socioculturais existentes. A negação das diferenças cria mecanismos que agem de forma invisível e mascarada para a reprodução de preconceitos e discriminações, mantendo uma lógica de submissão e subserviência da cisgeneridade como normatividade. Nesse sentido, a discussão sobre a identidade ciborgue trans afroreferenciada se torna central, pois se coloca como um desafio a essa lógica normativa, buscando a reinvenção do humano para além das amarras da cisgeneridade. A prevalência dessa lógica tem solapado as potencialidades individuais e colocado um homem branco, rico, heterossexual em uma posição privilegiada (Silvério, 2008).

Um dos grandes desafios nesta área foi trazer à tona a dimensão da sexualidade, que até então estava no âmbito do privado e da dimensão individual. Nessa perspectiva, os exemplos e as histórias de resistência pela garantia da equidade sócio-histórica, independente da orientação sexual ou da identidade de gênero¹⁰, tiveram forte repercussão no Brasil e no mundo, inclusive nas perspectivas transatlânticas¹¹ pós-diaspóricas decoloniais¹². Entretanto,

por mais que a Constituição brasileira tenha como princípio o tratamento não discriminatório, a naturalização das violências motivadas pela questão da orientação sexual e/ou identidade de gênero, deixa nítido a existência de uma hierarquia das sexualidades causando, portanto, profundas desigualdades sociais, a partir da negação dos direitos e do acesso às políticas públicas, deslocando a população de [pessoas trans] (Pinheiro; Tavares, 2017 p.81).

Constitui-se uma barreira de acesso que repercute nos sistemas de Justiça, Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança Pública, Cultura, na elaboração de Leis e na implementação de Políticas Públicas voltada para o reconhecimento e a garantia de direitos.

¹⁰ O conceito de Orientação Sexual e Identidade de Gênero pode ser encontrado nos Princípios de Yogyakarta. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>, Acessado em: 09 de janeiro de 2020, p. 7.

¹¹ Aqui nesse ponto estou dialogando com os ensinamentos das feministas negras que nesse meu percurso foram importantes para compreender o Atlântico Negro e seus desdobramentos em particular para a minha formação filosófica, política e cultural e cito a grande intelectual negra atlântica Beatriz Nascimento.

¹² Dialogo com a referência do texto de Luanna Marley e Rose Marques, p. 240, na coletânea “III curso brasileiro interdisciplinar em direitos humanos”.

Portanto, as vivências cotidianas de violências contra pessoas TRANS, requerem uma análise sociopolítica, cultural, histórica, diaspórica, identitária e jurídica, considerando, sobretudo, as raízes dos discursos impostos pelas instituições públicas que produzem e aplicam o Direito ao Acesso a Bens e Serviços apenas para uma parcela da população binarista privilegiada.

Dialogando com o título dessa seção: “A Reinvenção Humana: O que é ser ciborgue trans afrorreferenciado(a)(e)(u)”, percebemos muito sobre a possibilidade de viver a liberdade, a garantia de existência e o direito à vida. Pondero, de maneira filosófica, o que podemos chamar do estado de bem viver. Este conceito, originário das cosmovisões de povos indígenas latino-americanos, como os povos quéchua e aimara, está ligado a noções de harmonia com a natureza, comunidade, reciprocidade e espiritualidade. No contexto do pensamento decolonial, o “estado de bem viver” apresenta-se como uma alternativa aos modelos de desenvolvimento ocidentais, questionando a ideia de progresso linear e ilimitado e propondo uma relação mais equilibrada entre os seres humanos e o meio ambiente. Para a vida das pessoas trans, o “estado de bem viver” pode ser relacionado à busca por reconhecimento e respeito às suas identidades de gênero, bem como à luta por direitos e por uma vida digna e plena. Ele pode ser interpretado como um direito de existir e de se expressar livremente, sem sofrer discriminação ou violência.

Nesse contexto, cabe elucidar que as violências que por vezes motivam as fugas de pessoas TRANS não binárias são cruéis, silenciadoras, de apagamento de sua identidade de gênero não binária e de suas “falas libertárias”. Ou seja, essas violências, sejam transfobias estruturais, racistas ou institucionais, são descoladas de qualquer perspectiva dos Direitos Humanos ou de alteridade. Me faz refletir que esses corpos dissidentes trans no binários ciborgues não passam de aberrações ou de ilusões paralelas, pois o que recriam são seres abjetos.

Djamila Ribeiro, ao dialogar com Grada Kilomba, questiona:

Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar? O medo imposto por aqueles que construíram as máscaras serve para impor limites aos que foram silenciados? Falar, muitas vezes, implica em receber castigos e represálias, justamente por isso, muitas vezes prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas,

mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço de legitimidade? (Ribeiro, 2017, p. 77)

O gênero não é apenas um tema de pesquisa para mim. Enquanto pessoa trans não binária ciborgue negra, minha relação com o gênero está ligada a uma luta diária para existir socialmente em um mundo eurocêntrico, colonizado, racista, sexista e transfóbico, onde minha existência corporificada é patologizada, fetichizada, ridicularizada e ameaçada.

Porém, escrevo aqui para ocupar este espaço de produção da ciência e deixar marcas nossas, para penetrar com nossos corpos transafroreferenciados e nossas ideias desprezadas a instituição científica monopolizada por homens cis brancos heteronormativos e binários, para subverter suas normas que têm nos colocado na categoria dita objeto de estudo.

Preciso ressaltar que esta seção também tem como objetivo demonstrar a existência, em outros tempos e lugares, de pessoas cujas existências são entendidas em termos de sexo e gênero além das categorias binárias do discurso moderno-ocidental. Existimos. Sempre estivemos aqui.

Segundo dados oficiais da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que recentemente teve sua nomenclatura alterada para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apresentando um retrocesso pós-golpe parlamentar de 2016 com o intuito de imputar valores morais para toda a sociedade, no que diz respeito às pautas do reconhecimento da diversidade humana, esses dados revelaram que, em 2011, foram denunciadas 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTQI+, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos.

Em outro relatório, a pedido da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no final de 2018, entregue à AGU (Advocacia-Geral da União), somando-se as denúncias de assassinato registradas entre 2011 e 2018 pelo Disque 100 (um canal criado para receber informações sobre violações aos direitos humanos), pelo Transgender Europe e

pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), totalizaram-se 4.422 mortos no período. Isso equivale a 552 mortes por ano, ou uma vítima de LGBTQI+fobia a cada 16 horas no país¹³.

Enquanto o Disque 100 reportou 529 denúncias de assassinato entre 2011 e 2018, a Transgender Europe informou 1.206 homicídios de transexuais e o Grupo Gay da Bahia registrou 2.687 mortes. Ainda em 2018, 170 pessoas teriam sofrido alguma violência em razão de sua identidade de gênero. Em 2017, foram 258; em 2016, 184; e, em 2015, foram 220 denúncias. A violência física sofrida pela comunidade LGBTIQPA+ continua sendo uma das denúncias mais frequentes: 667 em 2021, contra 864 em 2017 e 561 em 2016, em conformidade com os dados do referido Relatório do Grupo Gay da Bahia.

De acordo com o Dossiê da ANTRA de 2024, o perfil das vítimas de assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2023 revela que, dos 131 casos registrados, 130 eram travestis e mulheres transexuais, e 1 envolviam uma pessoa trans masculina. A maioria das vítimas era negra (pretas e pardas), evidenciando a interseção entre transfobia e racismo. Grande parte dessas pessoas eram jovens, com idades entre 15 e 35 anos, e atuavam na prostituição devido à exclusão do mercado de trabalho formal. Os crimes ocorreram em todas as regiões do país, principalmente em áreas urbanas periféricas, e foram marcados por extrema crueldade, como execuções sumárias e espancamentos. Esses dados destacam a urgência de políticas públicas que combatam a violência estrutural e garantam direitos básicos à população trans (Benevides, 2024).

Segundo o boletim lançado em 05 de julho de 2021, pela ANTRA, o país naturalizou um processo de marginalização e precarização para a aniquilação das pessoas trans. Em 2020, a ANTRA encontrou um número recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans, com um total de 175 casos. Se consolidando como o ano com o maior número de assassinatos contra essa parcela da população. O ciclo de violência que afeta travestis e mulheres trans se assemelha na medida em que a morte é o ponto final de uma série de violações anteriores. Os dados que a ANTRA apresentou no primeiro semestre é que o Brasil tem 89 pessoas trans mortas. Sendo 80 assassinatos, 9 suicídios.

¹³ Dados retirados do Relatório: Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil construído pelo Grupo Gay da Bahia publicado em 2020. Acesso disponível no seguinte link: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/>. Acesso em 05 de outubro de 2022.

Aconteceram ainda 33 tentativas de assassinatos e 27 outras violações de direitos humanos (ANTRA, 2021).

A dinâmica do assassinato contra pessoas trans negras não segue o mesmo padrão dos homicídios em geral pelo caráter que agrega o cruzamento entre o racismo, a violência de gênero e a transfobia estrutural direcionada às vítimas, assim como a forma e intensidade com que os assassinatos são cometidos. Há diversos casos de tentativas de assassinato, ataques transfóbicos e desaparecimentos anteriores ao fato consumado, que posteriormente se confirmam em assassinatos/homicídios (ANTRA 2021).

Nessas análises de dados sistematizados pela ANTRA não fica nítido quantas/es/os dessas pessoas que sofreram tais violações de direitos são trans não binárias, o que já por si só revela um grandioso apagamento das nossas identidades com essa especificidade em relação ao ataque às nossas vivências. Dentre eles, diversos ataques organizados pela aliança entre grupos historicamente LGBTIfóbicos, políticos de extrema direita, milícias paramilitares e grupos neonazistas que ganharam força desde a eleição do Governo Bolsonaro, líderes religiosos fundamentalistas, diversos grupos que compõem as redes bolsonaristas, grupos de Lésbicas, Gays e Bissexuais cisgêneros antitrans e do feminismo radical trans excludente (RADFEM/TERF)¹⁴ têm se mobilizado em torno de construir, fortalecer e disseminar narrativas antitrans que incitam o ódio, o medo e a desumanização de travestis e demais pessoas trans (ANTRA 2022).

Seja por ação ou por omissão, muitos estados têm se furtado de reconhecer a existência de uma violência específica, que inclui a orientação sexual e/ou a identidade de gênero das pessoas como fator determinante dessa violência e das violações de direitos humanos, sociais e políticos, e de pautar políticas de enfrentamento que garantam dignidade, respeito, proteção e a garantia dos direitos às pessoas trans e não binárias (ANTRA, 2022).

O Brasil é um dos países do mundo que ignoraram as recomendações dos órgãos de saúde, fortalecendo, assim, políticas neoliberais, aproveitando-se deste momento de crise mundial para retirar mais direitos trabalhistas e implementar medidas

¹⁴ A epidemia crescente de transfobia nos feminismos (BENEVIDES, 2021). Disponível em: <https://brunabenevidex.medium.com/a-epidemia-crescente-de-transfobia-nos-feminismos-bbb0a40ea8d0>

negacionistas¹⁵. Os impactos da crise da COVID-19/Sars-Cov2 no Brasil foram agravados pelas inações do Estado.¹⁶

Já enfrentávamos um processo de sucateamento do nosso sistema de saúde e de assistência social. Diante da pandemia de coronavírus, vimos um acirramento das vulnerabilidades da população LGBTI+, além de um aumento das pessoas trans em situação de rua e prostituição, assim como aumento de pessoas LGBTI+ desempregadas. Não houve, até aquele momento, um único projeto de apoio à população LGBTI+, nem mesmo vindo do Ministério de Direitos Humanos, onde a então ministra manipulou dados sobre a violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil. A LGBTIfobia, assim como o racismo, são marcas genocidas do então governo (ANTRA, 2022).

A partir de nossas pesquisas, informações enviadas em nossos canais e casos que tomamos conhecimento através de nossas redes, encontramos 14 casos de pessoas trans vitimadas pela COVID-19, mesmo acreditando que esses números seriam ainda maiores casos houvesse o cuidado de identificar as pessoas a partir de suas identidades de gênero e não exclusivamente pelo sexo/órgão genital. Não sabemos exatamente quantas pessoas trans morreram vítimas da COVID-19, porque não há garantia do respeito ao nome social ou identidade de gênero das pessoas trans nos registros médicos ou atestados de óbito, o que dificulta a identificação dessas pessoas” (Benevides, 2022, p. 97).

1.1 Breve histórico de violências e de apagamento

A Organização Mundial da Saúde (OMS) parou de considerar a transexualidade como doença mental em 2018, com um prazo até o começo de 2022 para que todos os países membros a seguissem. A transexualidade ficou listada como transtorno mental por 28 anos na Classificação Internacional de Doenças (CID). No Brasil, os psicólogos já eram orientados a não tratar a transexualidade como doença desde 2018. A CID, que lista mais de 50 mil códigos de doenças e problemas de saúde, é regularmente atualizada pela OMS em conjunto com todos os países membros (Goerch, 2022).

¹⁵ "Negacionismo é o ato de negar um fato ou conjunto de fatos normalmente aceitos por meio de convenções científicas e acadêmicas, em razão de uma postura mais vinculada à experiência sensorial imediata ou à simples crença, bem como pelo desconforto em relação à realidade. Basicamente, a mente negacionista não quer acreditar em algo por ser desconfortável ou se recusa a acreditar por não saber diferenciar o conhecimento científico racional do conhecimento de senso comum, acreditando que as experiências pessoais constituem toda a verdade possível." Disponível em: [O que é negacionismo? - Brasil Escola \(uol.com.br\)](https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-negacionismo.html)

Veja mais em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-negacionismo.html>

¹⁶ Crise dos DH na pandemia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pandemia-de-covid-causou-umacrise-de-direitos-humanos-no-brasil/>

Segundo uma reportagem datada em junho de 2019 do Jornal Brasil de Fato¹⁷, aponta, após 28 anos passados desse CID, que pessoas trans, e aqui abordo especificamente não binárias ciborgues podem ser reconhecidas como pessoas que necessitam de cuidados biopsicossocial, especialmente durante um processo de transição de gênero (que envolve cirurgias, terapia hormonal, acompanhamento interdisciplinar com profissionais diversificados/as) e não mais como pessoas que precisam somente de acompanhamento psiquiátrico, sobretudo de saúde mental. Tal fator histórico de mudança foi amplamente celebrado por movimentos sociais LGBTIQPA+ e, principalmente, por pessoas trans (Sudré, 2019).

Bruna Benevides, no Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021, afirma: “É um avanço porque de alguma forma a OMS demonstra uma tomada de posição no enfrentamento da transfobia estrutural. Quando temos uma sociedade pautada nas distinções, nas hierarquizações das existências, vemos a medicina como mais uma fonte de alimentação da discriminação, da perpetuação de estigmas ao dizer que somos portadoras, entre aspas, de transtornos mentais, pessoas sem autonomia”.

Dialogando ainda com a mesma reportagem do Brasil de Fato:

Alexandre Peixe, homem trans e coordenador estadual do Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT), crítica o termo “incongruência de gênero”, adotado pelo catálogo. “O termo é horrível, saímos de transtornados, depois para disfóricos, para sermos ‘incongruentes’. Esquecem que antes de sermos trans, somos ser humanos e somos pessoas que têm o direito de viver dignamente. Mas a vitória, independente do termo, é termos saído do capítulo de transtornos mentais”, comenta, ponderando que a CID era necessária para a garantia de qualquer tipo de acompanhamento médico (Sudré, 2019).

Aqui começo com o ponto de partida, ou seja, acesso à um dos direitos sociais básicos – o direito a Saúde. Nesse aspecto a partir das falas de Bruna Benevides e Alexandre Peixe é indissociável colocar a importância dos nossos processos trans não binários de fuga inclusive para a construção das nossas identidades de gênero que continuam sendo massacradas, perseguidas e, sobretudo, as nossas/suas vidas postas em risco de morte por querer apenas ter acesso as Políticas Públicas de Saúde. Nesse ponto

¹⁷ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/03/transexualidade-deixa-de-ser-considerada-doenca-mas-ainda-e-patologizada/>>.

construo o diálogo, retomando o texto “Os Refugiados decidem viver: a geografia da desigualdade e a fuga como resistência” (Souza, 2018) quando o autor afirma:

O direito de fugir da violência, de resistir à opressão, de desejar uma vida sem miséria, tudo isso é o que constitui o direito originário, aquele[aquela] que demanda e secreta sua proteção. É a vida em seu esforço de resistir que faz constituir a vida e é o que define a ontologia do humano. É a resistência – e o desejo subjacente à resistência – que cria, garante e amplia todos os demais direitos, inclusive o que se chama *direito à vida* (Souza, 2018, p. 191).

Reiterando a importância de responsabilizar o Estado pelo TRANSfeminicídio e pelos assassinatos de pessoas trans masculinas e não binárias, o que se pode analisar e aprofundar nos estudos sobre a violência contra as populações negras, e também nos dados referentes ao feminicídio e ao transfeminicídio (Bento, 2017) e, ainda, do genocídio dos povos indígenas e originários, entre outras, é que mais uma vez o Estado recrudesce e reitera seu papel de agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade (Rego, 2019, p. 178). O que faz com que TRANS não binários ciborgues – o(a)e Outro(a)e, não sejam reconhecido como humana(o)e para além dessa binariedade que nos mata diariamente?

Entendemos por genocídio (*génos* – do grego, raça ou tribo; *caedere* – do latim, matar) atualmente como um processo destrutivo que se baseia na identificação de um inimigo, na definição de um objetivo de extermínio e na criação de métodos para alcançá-lo, configurando-se como uma guerra contra um grupo social civil, realizada por organizações de poder armado contra comunidades desarmadas. A intenção destrutiva voltada ao grupo não busca apenas sua eliminação física, mas também a implementação de mecanismos que bloqueiem a socialização, a integração e, sobretudo, a reprodução cultural de um grupo (Cunha, 2022).

Nesse ponto cabe concordar com o conceito apresentado por Berenice Bento de necrobiopoder, que intersecciona o que Foucault conceitua como biopoder e Mbembe como necropoder, em que o foco das reflexões que a autora traz está em que o Estado tem um esforço para entender a relação entre biopolítica (permitir a vida) e a necropolítica (promover a morte):

o necrobiopoder unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida. Dessa forma, proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a

possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (Bento, 2018).

Mbembe (2016, p. 123), no ensaio intitulado “Necropolítica”, parte da premissa “que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, razão pela qual “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais.” Assim, ao final e ao cabo, “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”. Logo, nesse sentido, “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2016, p. 135).

Nesse momento, sinalizo a colocação de que estamos vivendo diante de uma realidade de uma soberania que nos arremessa no genocídio trans (Podestà, 2019, p. 319), e que aqui eu chamo de TRANSGENOCIDIO; e é notório que é decorrente da inexistência dos reconhecimentos devidos, e dos apagamentos de identidades não inseridas na perspectiva de pseudocisnormatividade estabelecida, associado a um processo socialmente perverso de banalização das mortes e a agressões continuamente vivenciadas por nós pessoas TRANS.

Partindo da premissa que esse debate atual sobre TRANSGENOCIDIO, e que cada vez mais é expandido por fatores de uma construção colonial principalmente do que as pessoas cisnormativas interpretam do território não binário, pontuo aqui como há um ponto de interseccionalidade com as inferências e percepções realizadas por Oyewumi (2021) sobretudo dialogando com o transgenocídio para a construção do gênero em Iorubalândia.

Oyewumi (2021), em sua obra, expõe a contradição inerente à teoria feminista que se baseia em duas ideias centrais: a de que o gênero é uma criação da sociedade e a de que a opressão feminina é um fenômeno global. Através da análise da sociedade Iorubá antes da colonização, Oyewumi (2021) demonstra de forma persuasiva que, apesar da categoria de gênero ser útil para compreender as culturas ocidentais, essa mesma abordagem não pode ser generalizada para outras partes do mundo. A aplicação dessa teoria a outras culturas implicaria impor uma visão ocidental de gênero para entender realidades distintas.

Dada a sua complexidade, o gênero é entendido como o conjunto de narrativas e manifestações culturais que definem os papéis de homem e mulher. Sendo um discurso, não existe um estado “natural” do gênero anterior a essas construções. A identidade de gênero é a percepção pessoal de ser homem, mulher ou uma identidade não-binária, enquanto a expressão de gênero é a manifestação externa dessa identificação. Adicionalmente, o gênero serve como uma ferramenta para analisar a sociedade, revelando disparidades concretas como diferenças de remuneração, status social e até distribuição espacial (Reis; Pinho, 2016).

A manifestação do gênero binário ocorre quando características físicas de corpos masculinos e femininos, como pelos, seios e quadris, são utilizadas para definir papéis de gênero em diferentes esferas sociais. Cada área estabelece o que é ser homem e ser mulher com base nessas características. A mídia, por exemplo, através de filmes e programas, destaca atributos considerados essenciais para cada gênero (como a virilidade e a racionalidade para os homens), construindo, no imaginário coletivo, o que significa ser homem. Esse “currículo cultural”, formado por reforços sociais, é parte de um processo educativo que produz e consolida identidades culturais dominantes. (Reis; Pinho, 2016).

Em contraste, Oyewumi (2021), aborda como o colonialismo patriarcal modificou a organização social e política Iorubá. Anteriormente, existiam lideranças femininas em toda a região, mas os britânicos impuseram chefes homens africanos, transferindo o poder da comunidade para um conselho masculino. Com isso, as mulheres Iorubás passaram a ser definidas por seu gênero e subjugadas aos homens. A autora destaca, em vários momentos, a importância da linguagem e da tradução nesse processo. Teóricas feministas ocidentais enfatizaram o papel da linguagem na construção do gênero. No mundo anglófono, feministas demonstraram como a predominância do masculino na linguagem se relaciona com a posição secundária das mulheres, mostrando que a linguagem é uma construção social.

Segundo Oyewumi (2021), o termo “mulheres” foi uma criação da sociedade patriarcal, utilizando o discurso para marginalizá-las e eliminar sua igualdade com os homens nas sociedades colonizadas; essa é a realidade do mundo pós-colonial. Muitas línguas africanas não possuem termos de parentesco diferenciados por gênero, como “irmã” e “irmão”. A autora exemplifica: em Iorubá, “obá”, que significa governante, pode se referir a uma pessoa de qualquer gênero. Contudo, na tradução ocidental, “obá” foi

traduzido como “rei”. Isso ocorre, segundo a pesquisadora, porque os ocidentais associam a ideia de um trono a uma figura masculina.

Desde o período colonial, a maneira pela qual a história Iorubá está sendo reconstituída tem sido um processo de inventar tradições de gênero. Homens e mulheres foram inventados como categorias sociais e a história é apresentada como sendo dominada por atores masculinos. Sujeitos do sexo feminino estão praticamente ausentes e onde elas são reconhecidas, elas são reduzidas a exceções (Oyewumi, 2021).

Outro ponto importante para compreender o universo das pessoas trans não binárias bem como que muitas travestis que sobretudo se identificam como trans não binárias, e que na minha banca de qualificação foi explicitado, é o diálogo com o texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” da filósofa, antropóloga e militante brasileira Lélia Gonzalez (Gonzalez, 2020). É impressionante como esse texto detalhista e precioso em especial quando há uma rasura no cânone psicanalítico, ao introduzir um glossário diverso na fenda aberta de alguns princípios que a psicanálise trabalha/atua e um dos conceitos que dialogam com nossos corpos trans já fazendo é sobre a parcialização quando a mulher negra é vista apenas como “uma bunda” e sabemos que é realidade de muitas pessoas TRANS no Brasil independente de quão passável seja no sistema engendrado do binarismo quase que unilateral.

É a experiência de milhares de pessoas trans no Brasil, de sermos tratados/as/es como uma parte do corpo. Hoje existe um CISTema trans excludente operando em sua mais perfeita atuação e da forma que foi pensado para impedir a cidadania de nossa população ao violar diariamente os direitos, a vida e os corpos das pessoas trans (ANTRA, 2021).

Outro ponto que toco nessa primeira seção por sugestão da banca é a representação de pessoas não binárias em meios midiáticos e literários e gostaria de falar um pouco sobre o livro “Enverga, mas não quebra” que é fruto de uma longa pesquisa do professor Luiz Morando (2020) sobre a travesti Cintura Fina.

Foi a partir da literatura de Roberto Drummond que muita gente conheceu Cintura Fina. Um público ainda maior tomou conhecimento da história da travesti que agitou a zona boêmia de Belo Horizonte nos anos 1950 pela televisão - TV. O livro *Hilda*

Furacão foi adaptado para a TV em 1998. Matheus Nachtergaele a interpretou. Mas, apesar do excelente trabalho dele, a imagem de Cintura Fina que vimos na ficção não parece ter muito a ver com a realidade. Para começo de conversa: ela era negra. Essa e outras diferenças aparecem bem contextualizadas na primeira biografia de Cintura Fina, escrita pelo pesquisador Luiz Morando (2020). O que gera incômodo e por vezes uma repetição de casos é de trazerem “personagens” extremamente estereotipados para fazer uma dita “interpretação” das nossas vivências sempre por pessoas cisgêneras nesses papéis de atuação quase que teatral.

O que é preciso refletir e avaliar sinceramente é que nossas vidas não são corpos deixados/largados/abandonados ou se alguém sempre tem que falar por nós, até mesmo porque; não existe uma verdade no CISTema que lhe convenha há não ser que seja exploratória, saqueadora e usurpadora e exploratória.

Seguindo esta linha de pensamento e os dados da ANTRA, que revelam quão alarmante é a violência nas vivências das pessoas TRANS em nosso país, apresento os seguintes dados:

- Expectativa de vida de pessoas trans é entre 35 anos, enquanto é de mais de 76 anos entre as pessoas cisgêneros/as (Benevides, 2025, p. 72);
- Em média, aos 13 anos, pessoas trans são expulsas de casa e procuram apoio em redes de proteção a crianças e adolescentes (promotorias, conselhos tutelares, escolas, assistência social, amigos, etc.). (Benevides, 2022, p. 45);
- Segundo a ANTRA, estima-se que 42% da população trans já tentou suicídio. O relatório “Transexualidades e Saúde Pública no Brasil” indicou que 85,7% dos homens trans consideraram ou tentaram o suicídio, mas faltam dados mais detalhados sobre as causas. É inaceitável negar tratamento a um grupo altamente estigmatizado, onde 42 a 46% tentaram suicídio, em comparação com 4,6% da população geral (ANTRA, 2020).
- Altos índices de expulsão¹⁸ escolar devido à transfobia institucional e social, com apenas 0,02% de pessoas trans nas universidades, mesmo quando há

¹⁸ Nesse ponto aqui não cabe falar de evasão escolar, até mesmo porque as pessoas TRANS não evadem do sistema educacional por que elas querem, mas são motivadas à isso, sendo expulsas por diversas violências transfóbicas, tais como bullying, violência física, não respeito ao direito ao uso do “nome social”, direito ao uso ao banheiro conforme sua identidade de gênero e etc...

acesso com segurança social, respeito e justiça. No ensino médio, o número é de 72% e no fundamental, 56%. (ADUFS, 2023);

- A inserção de pessoas trans no mercado de trabalho formal é quase inexistente, refletindo uma sociedade transfóbica. Apenas 4% têm emprego formal, 6% estão em subempregos e 90% das travestis e mulheres trans dependem da prostituição para sobreviver¹⁹;
- O Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans, com 125 mortes entre 01/10/2020 e 30/09/2021 (de um total de 375), seguido por México (65) e EUA (53). De 2008 a setembro de 2021, foram registrados 4042 assassinatos, sendo mais de 40% (1645) no Brasil (Benevides, 2022; 2025).

Assim, desvelando esses dados acima elencados, estarrecedores por sinal, e a crueldade que rodeia as nossas vidas trans, tem se tornado cada vez mais óbvio, por meio de estudos quanti-qualitativos, que há um transgenocídio em curso na realidade trans brasileira e com uma certa ciência do Estado, pelo menos no que tange a ações pífias, a sensação é de que nada é feito, e sabendo que essas violações de direitos são letais; ou seja, há uma não operacionalidade e uma omissão quase que total em garantir uma vida digna para a população trans brasileira, que está sendo dizimada e inegavelmente submetida a uma condição de existência que pode conduzir ao seu desaparecimento e/ou aniquilamento total.

Em constantes diálogos com o título proposto por este trabalho de dissertação percebemos que é fato conclusivo que estamos vivendo um dos maiores transgenocídios já registrados mundialmente por Organismos Internacionais de Direitos Humanos LGBTIQPA+, e precisamos indicar quem são os/as responsáveis por essa realidade, como quando no título da dissertação falo de acesso a direitos humanos e políticas públicas, como teremos acesso se nos é retirado brutalmente o direito humano básico que é o da vida. E me pergunto até quando teremos nossas vidas ceifadas/assassinadas?

Ponderando essas informações, fica nítido que o Poder Público tem uma responsabilidade significativa na situação atual. Ele é o principal culpado, desde a falha

¹⁹ <https://antrabrazil.org/2019/11/21/antra-representa-o-brasil-em-audiencia-na-cidh/>. Acesso em 27 julho. 2022

em promover campanhas de conscientização e educação sexual para a população, até a ausência de políticas públicas eficazes que assegurem condições mínimas de dignidade para as pessoas trans. Na verdade, a pergunta inicial sobre "quem são os culpados" se torna secundária neste momento. A crise é tão urgente que exige a ação imediata de todos para mudar essa realidade, sem espaço para omissão. A discussão sobre a culpa pode ficar para depois; agora, o foco principal deve ser garantir que a população trans tenha, simplesmente, o direito fundamental à vida (Cunha, 2022).

1.2 Pessoas trans não binárias/es ciborgues e o transafroreferenciamento

A figura para além de mitológica do surgimento das discussões do que é ser ciborgue sempre me encantou, e não há dúvidas que hoje todos/as/es nós somos em alguma medida seres ciborgues independente das nossas identidades de gênero, então parto do pressuposto que pessoas cisgêneras e pessoas trans são ciborgues. Reflito constantemente sobre como nosso dia a dia está permeado por tecnologias, algumas tão integradas que quase esquecemos de sua presença ou não as percebemos de forma tão evidente. Somos, de certa forma, todos seres humanos ciborgues, e aprofundo essa ideia, pois dependemos de recursos tecnológicos, dessa interação homem-máquina, para alcançar bem-estar em diversas esferas: social, política, territorial, cultural e espiritual. Posso citar, como exemplos dessa interação para os “ciborguistas”, o uso de órteses, próteses, óculos, marca-passos, cadeiras de rodas, packers, binders, entre outros. (Agustoni, 2017).

Sendo assim, o ciborgue havia deixado de ser algo a ser observado à distância em uma dinâmica para além de filmes de ficção científica ou figuras mitológicas, para se transformar, pouco a pouco, em um novo sentido de humanidade.

Para identificar essas especificidades nesta etapa foram particularmente importantes as discussões propostas por Andy Clark (*Nascidos naturalmente ciborgues*) e o “*Manifesto ciborgue*” de Haraway, mas cabe, no entanto, e trazer uma contextualização histórica: a palavra “cyborg” surgiu em 1960, no artigo “*Cyborgs and Space*”, publicado na revista *Astronautics*. O texto, de Manfred Clynes e Nathan Kline, tinha como um dos personagens centrais o rato de Rockland. O termo é uma junção das palavras “organismo” (*org*) e “cibernético” (*cyb*), referindo-se a um corpo humano

alterado química e fisicamente por elementos externos, tornando-se ideal para o ambiente espacial. Na época, a ideia era criar um super-humano capaz de explorar o espaço sem comprometer suas funções vitais, superando inclusive limitações biológicas e fisiológicas (Kunzru, 2009).

Os autores conceberam um astronauta com coração regulado por anfetaminas e injeções, e pulmões trocados por células de energia reversa, movidas a energia nuclear. Em resumo, o artigo discutiu os prós e contras do sistema corpo-máquina autorregulado no espaço sideral. Para eles, o ciborgue é uma entidade orgânico-artificial simbiótica, com funcionamento autônomo e resistente à gravidade de ambientes externos (Rego; Pimentel, 2013).

Do ciborgue de Haraway (2009), é possível deduzir a noção de um corpo irônico, vibrante, livre, que rompe com as dicotomias natureza/cultura e se conecta através de tecnologias, que são centrais nas questões ciborguianas. Chegamos, assim, à ideia de corpociborgue (Rego; Pimentel, 2013). Segundo Haraway (2009), um corpo cibernético estaria ligado a redes; e essas redes estão em nós, somos um conjunto delas, trocando informações e dialogando com outras que compõem o mundo (Rego; Pimentel, 2013).

Se o corpociborgue renova a forma de estar no mundo, experimenta a vida em todas as suas nuances, atualiza as maneiras de existir, revelando múltiplas categorias do corpociborgue hoje. Enquanto corpo, o corpociborgue é aquele que coexiste com as transformações inevitáveis da cibercultura, sendo impactado em todas as dimensões: física, fisiológica, sensorial, afetiva e mental (Rego; Pimentel, 2013).

A história do híbrido corpo-máquina, na academia e na pesquisa, data de meados do século XX. Na ficção científica, em livros e filmes, surge a partir dos anos 1960. Retomaremos a origem da palavra ciborgue, definiremos o conceito de ciborgue de Haraway (2009) e introduziremos o corpociborgue como uma evolução desse conceito (Rego; Pimentel, 2013).

Rego e Pimentel (2013) propõem que o ciborgue de Haraway reside no corpociborgue. É por meio desse corpo atualizado e ampliado por técnicas de aprimoramento físico, implantes, próteses que restauram funções corporais, e também por

conexões proporcionadas pela informática e telecomunicações, que o corprociborgue se integra na sociedade contemporânea.

O ciborgue nos apresenta um cenário de intensos hibridismos que impactam profundamente a cultura humana no século XXI. A crescente produção de seres híbridos, que apaga a fronteira entre o orgânico e o tecnológico, transforma nosso “modo de vida”. Haraway (2009) já previa que, no fim do século XX, seríamos todos híbridos de máquinas e organismos – ciborgues. Com o avanço do capitalismo tecnocientífico e informacional, essa previsão se tornou uma realidade cada vez mais evidente. Vivemos em uma era onde a tecnociência torna possível qualquer futuro imaginado, gerando uma explosão de ciborgues. Gray (2002) chama isso de “tecnociências ciborgue”, que, com seu poder crescente, estão transformando rapidamente nossa sociedade em uma sociedade ciborguizada, principalmente nas áreas da medicina, guerra, entretenimento e trabalho, e, assim, alterando os fundamentos da existência humana (Siqueira; Medeiros, 2011).

O ciborgue é uma criatura de um mundo pós-gênero: ele não tem qualquer compromisso com a bissexualidade, com a simbiose pré-edípica, com o trabalho não alienado. O ciborgue não tem qualquer fascínio por uma totalidade orgânica que pudesse ser obtida por meio da apropriação última de todos os poderes das respectivas partes, as quais se combinariam, então, em uma unidade maior. Em certo sentido, o ciborgue não é parte de qualquer narrativa que faça apelo a um estado original, de uma “narrativa de origem”, no sentido ocidental, o que constitui uma ironia “final”, uma vez que o ciborgue é também o *telos* apocalíptico dos crescentes processos de dominação ocidental que postulam uma subjetivação abstrata, que prefiguram um eu último, libertado, afinal, de toda dependência – um homem no espaço (Haraway, 2009, p. 38).

Como reflexo de todas essas análises propostas, é assim que se insere o debate do que seria hoje uma pessoa trans não binária ciborgue, o que pode parecer uma canção inédita, e estamos sempre se manifestando em todas as dialéticas possíveis, e muitas vezes até intransponíveis, e não reconhecidos/as/es na própria comunidade LGBTIPQ+ em especial dentro da transgeneridade sendo sexista e fazendo transfobia recreativa e até mesmo duvidando da nossa existência não binária.

Com a expansão dos debates da teoria queer no Brasil e o aumento da visibilidade de pessoas não binárias (que não se identificam como homem ou mulher), principalmente na internet, surgem discussões sobre o uso da linguagem para dar visibilidade e reconhecimento, sem invalidar sua identidade de gênero através da linguagem neutra. Para “neutralizar” palavras como “aluno” e “bonita”, Lau (2017) propõe o uso das vogais

“e”/ “u”, resultando em “alune/alunu” e “bonite/bonitu”. Em palavras no plural consideradas masculinas, como “professores”, adiciona-se a letra “i”: “professories”. Uma alternativa é omitir o “e”, ficando “professoris”. Preposições como “de” e “da” são substituídas por “du” (“Este lápis é du Iraci”). Artigos definidos (“o”, “a”, “s”, “as”) tornam-se “le” e “les” (“Les professories já estão na sala”). Artigos indefinidos (“um”, “uma”, “uns”, “umas”) recebem “e” no final: “ume”, “umes”. Pronomes possessivos (meu, minha, seu, sua, etc.) são adaptados do espanhol: mi, su, mis, sus. Moita Lopes (2013) emprega o “@” como um símbolo político de “neutralidade de gênero”, abrangendo ambos os gêneros. O autor destaca a influência de ideologias e do movimento feminista nas mudanças linguísticas. Embora o “@” possa ser válido, sua pronúncia é inviável (Lau, 2017).

Além disso, “@”, para mim, não traz a representatividade genuína do que é ser não binário(a)(e). Concordo que a utilização deste na Língua Brasileira de Sinais – Libras –, esta considerada também língua oficial do Brasil pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, em que possui gramática e estrutura própria e seu sistema linguístico de natureza visual-motora (Brasil, 2002), seja ainda menos cabível do que na Língua Portuguesa. O que de fato gera um incômodo em nós pessoas TRANS não binárias ciborgues é que não somos arrobas mas sim seres humanos/as/es.

O debate sobre a utilização da linguagem neutra nos discursos atuais da língua portuguesa no Estado Brasileiro – recordando que o princípio desse Estado é democrático, laico e de direitos – é extenso e delicado, pois, dentro dessa binariedade compulsória historicamente chancelada pelo/a machismo, patriarcado, misoginia, LGBTIQPA+fobia, há um ataque franco e aberto por parte de grupos ditos conversadores/negacionistas por exemplo das “Fake News” vinculadas ao Governo em que o lema institucional do Presidente Jair Bolsonaro e de sua bancada de extrema direita foi “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos”, falando inclusive de termos expressamente discriminatórios como a tal da “Escola Sem Partido”, o Kit Gay”, a “Ditatura Gayzista” “a Esquerdopatia” e o famigerado absurdo da “Mamadeira de Piroca”.

Sendo assim, as pessoas trans não binárias têm tentado trazer à tona a importância da discussão sobre linguagem neutra, no entanto, muitas pessoas cisheteronormativas da direita polarizada nos atacam com acusações infundadas, baseadas em Fake News citadas

acima, tais como ao se referirem a uma cartilha para professores/as colaborarem com a sensibilização e respeito às identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais, como “Kit Gay”, chegando ao absurdo de criarem uma falsa notícia de existência de uma “mamadeira de piroca” ou repressão ao genocídio da população Trans e às LGBTfobias como “Ditadura Gayzista” ou, ainda, se referir à consciência de classe e alinhamento político aos princípios esquerdistas tal como “Esquerdopatia” ou “Escola sem partido”. Esta simples e direta análise demonstra uma forma de perpetuar a desigualdade de gênero, e violências transfóbicas pautadas em mentiras, até mesmo porque o que temos tentado produzir é ciência, e chegamos ao extremo de a própria a ciência ser atacada nesse contexto de negacionismo.

Desse modo, continuo ponderando que o debate sobre a utilização da linguagem neutra da língua portuguesa no Estado Brasileiro, na realidade a língua falada no Brasil atualmente não se trata de um português, mas sim um *pretuguês*, até mesmo porque é sabido que nosso país foi invadido por uma colonização estritamente europeia, reflexo disso é o fato de até hoje serem cometidos vários epistemicídios com esses discursos ocidentais de gênero. E hoje na América Latina²⁰, como é reconhecido, nossas identidades de gênero TRANS não binárias, no sentido de como tem se dado essa construção para termos, inclusive, o acesso do direito à cidadania, buscamos paz e respeito em nossos corpos dissidentes.

Lélia Gonzalez expressava sua “corporificação da consciência negra” através de seus cabelos crespos e roupas vibrantes. Sua identidade também se manifestava em sua liberdade de expressão, tanto na escrita quanto na fala. Sua vasta produção acadêmica é caracterizada pelo uso de expressões populares, uma linguagem que ela denominava “pretuguês”. A incorporação de gírias nos convida a refletir sobre o alcance do conhecimento que ela produzia e para quem ele era direcionado. Lélia frequentemente desafiava o leitor ao ressignificar termos comumente associados a conotações negativas. O sarcasmo era outra ferramenta de denúncia, como evidenciado em sua crítica à noção

²⁰ “A experiência amefricana oportuniza que se pense a violência a partir dos impactos desproporcionais dos processos de desumanização sobre a zona do não-ser, e não a partir dos processos de desestabilização da normalidade hegemonicamente enunciada e que mantém a liberdade como atributo exclusivo da zona do ser. Aberta às múltiplas formas de ser, estar e bem-viver, desarruma as fronteiras que estabelecem o centro e a periferia, acessa os diversos rostos e corpos que compõem o mosaico da América Latina e informa uma nova práxis nos debates sobre o Estado e o direito” (PIRES, 2018a, p. 74)

de “racismo reverso”, onde ela observa que essa crença implica no reconhecimento de um racismo “original” ou “legítimo” (Vieira, 2015).

Ao abordar o racismo no Brasil, nota-se uma percepção generalizada de que a situação de pobreza da população negra é algo natural. Atribuem-se a ela características negativas como irresponsabilidade e falta de capacidade intelectual, justificando a perseguição policial, a associação com a criminalidade e a ideia de que menores negros são automaticamente delinquentes. A mulher negra, por sua vez, é vista como destinada a trabalhos subalternos ou à prostituição. A mídia reforça esses estereótipos, sugerindo que pessoas negras não têm ambição e, por isso, merecem viver em condições precárias (Gonzalez, 2020).

A existência do racismo no Brasil é frequentemente negada, com a alegação de que é um problema exclusivo de outros países. Afirma-se que há igualdade e que negros têm as mesmas oportunidades, citando exemplos isolados de sucesso como prova. Contudo, esses casos excepcionais revelam um ideal de “embranquecimento”, onde o negro bem-sucedido é considerado “quase branco”. Essa visão demonstra a intenção de domesticação. Ao analisar a cultura brasileira, percebe-se que, mesmo de forma inconsciente, ela esconde e ao mesmo tempo revela traços de sua herança africana. Nesse contexto, é possível identificar o papel da mulher negra na formação cultural, assim como as diferentes formas de rejeição ou integração desse papel. (Gonzalez, 2020).

Desde o período colonial, a maneira pela qual a história negra no Brasil está sendo reconstituída tem sido um processo de inventar tradições de gênero. Homens e mulheres foram inventados como categorias sociais e a história é apresentada como sendo dominada por atores masculinos. Sujeitos do sexo feminino estão praticamente ausentes e onde elas são reconhecidas, elas são reduzidas a exceções (Oyewumi, 2022). Portanto, a invenção das pessoas trans não binárias ciborgues afroreferenciadas é algo muito maior, e de fato a colonização do ocidente afetou diretamente a construção do que seria gênero na atualidade brasileira visto a ancestralidade e toda a construção diaspórica.

A proposta central é que a amefricanidade permite questionar a realidade e o direito através do “pretuguês”. Falar em pretuguês não é usar um dialeto, mas sim assumir uma posição política que reconhece que a língua culta brasileira é fruto da assimilação, aculturação e violência contra povos africanos. Questionar a realidade em pretuguês

significa desafiar as hierarquias que definem quem é considerado humano, associando essa condição ao sujeito branco, masculino, cisheteronormativo, proprietário, cristão, sem deficiência e de origem europeia ou norte-americana (Pires, 2019).

É entender que o indivíduo abstrato, base da ordem legal, é essencialmente branco, uma racialidade não explicitada. Compreender os direitos humanos em português implica considerar as consequências de estar na “zona do não-ser”, tal como Fanon (2008) a definia; enfrentando o histórico processo de desumanização imposto a pessoas negras, seja por meio do extermínio ou de diversas formas de marginalização. Em português, a luta não é por inclusão (sempre limitada) na categoria de sujeito de direito existente, mas sim pela transformação do direito, do Estado e da política a partir da perspectiva e dos termos da zona do não-ser (Pires, 2019).

Evidencia-se que não consideradas/valorizadas/respeitadas/reconhecidas as culturas das cosmologias africanas e indígenas acerca do que é compreendido enquanto gênero, até mesmo porque a África é um continente e os povos indígenas somam mais de milhões de povos. Assim, não faz sentido a uniformização do que é ser “homem” e o que é ser “mulher” nessa criação de um sistema binário. Tendo em vista que dentro dessa binariedade compulsória historicamente cancelada pelo/a machismo, patriarcado, misoginia, LGBTIQPA+fobia há um ataque franco e aberto por parte de grupos ditos conversadores e/ou negacionistas. O fato de usar linguagem neutra não significa que a pessoa será uma pessoa Trans ou ainda será LGBTIQPA+. O uso da linguagem neutra tem o objetivo de fazer com que consigamos ter minimamente a dignidade de ser quem somos sem ser motivo de violações de direitos diversas.

Em sociedades moldadas pelo pensamento ocidental moderno, que é cisheteronormativo, patriarcal e binário, a classificação de gênero se baseia na leitura da genitália: pênis define homens, vaginas definem mulheres. Essas são as únicas duas categorias de gênero validadas pelo discurso médico-científico ocidental moderno. O termo trans^{*21} (abrangendo transgênero, transgênera, transexual) é utilizado para designar pessoas que não se reconhecem no gênero atribuído ao nascer ou que, ao longo da vida, passam a se identificar com outro gênero (Hartemann, 2019).

²¹ O termo usado para referir-se a pessoas que se adequam com essa atribuição de gênero ao nascimento é cisgênero (abreviado cis).

O traço de binariedade é uma outra importante característica da cisgeneridade. Quando se considera que a leitura sobre os corpos seja capaz de, objetivamente, determinar gêneros, ela também é atravessada pela ideia de que estes corpos, se 'normais', terão estes gêneros definidos a partir de duas, e somente duas, alternativas: macho/homem e fêmea/mulher. (Vergueiro, 2015, p. 64).

Uma parte de nós se reconhece como homens trans e mulheres trans. Entretanto, para outros, essas classificações binárias de gênero não representam sua maneira de existir. Temos nos definido, de modo mais geral, como pessoas trans não-binárias ou, então, com identidades específicas que se ajustam melhor às nossas experiências individuais de gênero. “Somos pessoas agêneras, bigêneras, genderqueer, transmasculinas, transfemininas, travestis, transvestigêneras, fluídas no gênero, transviades, sapatrans, [trans não binária/o ciborgue] entre múltiplas outras categorias que usamos hoje” (Hartemann, 2019, p. 100). E hoje ainda, vivenciamos, infelizmente, algumas discriminações dentro do próprio movimento TRANS que questiona nossas múltiplas identidades inclusive reforçando comentários sexistas e com um requinte de crueldade quando se fala em “tom de brincadeira” e o que para mim não passa de uma das mais veladas formas de reproduzir a transfobia recreativa. Mas essa parte eu pretendo discutir a partir da análise de dados, fazendo uma abordagem mais qualitativa a partir do que me foi revelado pelas/es/us/os 2 pessoas entrevistadas/es/os/us que também são pesquisadores/as/us.

Megg Rayara Oliveira (2018a) recorda que o professor Luiz Mott destaca evidências da presença de travestis e/ou mulheres transexuais, negras e indígenas, já no século XVI. O “Tratado Descritivo do Brasil”, de 1587, menciona as *Cudinas*, figuras análogas às travestis ou mulheres transexuais de hoje. Apesar de serem retratadas de maneira pejorativa, no gênero masculino e denominadas “Nefandos Demônios”, o tratado indica que as *Cudinas* compartilhavam o tratamento e as atividades das mulheres cisgêneras:

vestem-se e se enfeitam como mulheres, falam como elas, fazem só os mesmos trabalhos que elas fazem, trazem jalatas, urinam agaxados, têm marido que zela muito e tem constantemente nos braços, prezam muito que os homens os namorem e uma vez cada mês, afetam o ridículo fingimento de se suporem menstruados (...) (Mott, 2005).

Durante o processo de revisão de bibliografias foi constatado uma dificuldade de identificação das informações apresentadas, ao realizar uma busca profunda nas fontes

históricas. Entretanto, considero de suma importância assegurar a reflexão de uma travesti, intelectual, professora universitária, ativista e de um gay, historiador, antropólogo e pesquisador, que buscaram trazer visibilidade para a existência e resistência de pessoas Trans durante a história da humanidade.

A professora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018b) – em seu artigo intitulado “Porque você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros” publicado na Revista Sur – pondera que após os registros sobre indígenas, os primeiros relatos conhecidos sobre travestilidade no Brasil referem-se a pessoas negras. O mais antigo, datado de 1591, conta a história de Xica Manicongo. Moradora de Salvador, ela desafiava as convenções de gênero, confundindo os limites entre o feminino e o masculino, e saía às ruas com um tecido amarrado ao corpo para indicar sua disponibilidade como “mulher passiva”. Essa atitude provocadora resultou em uma denúncia à Inquisição, pois ela se recusava a usar roupas masculinas fornecidas por seu senhor, mantendo o costume dos negros gentios de Angola e Congo, onde os negros sodomitas, que cometiam o que era considerado pecado, atuavam como mulheres.

2. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL – DF, PARA PESSOAS TRANS SOB A PERSPECTIVA AFROREFERENCIADA

Uma reportagem do Jornal Brasil de Fato, publicada no dia 21 de novembro de 2021 (Segalla, 2021), revelou que o Brasil tem 4 milhões de pessoas trans e não binárias, de acordo com estudo da Universidade Estadual Paulista (Unesp), inédito no país. Segundo a organização da pesquisa, os resultados mostram a urgência de políticas de saúde, educação e assistência social voltadas para o público trans.

Uma pesquisa pioneira na América Latina revela que 1,9% da população brasileira se identifica como transgênero ou não binária, totalizando 4 milhões de pessoas em uma população estimada em 212,6 milhões em 2020. O estudo, conduzido pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Unesp, entrevistou 6.000 pessoas em 129 cidades de todas as regiões do Brasil. (Segalla, 2021).

Participantes do projeto enfatizam que os resultados evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas para a população trans. A professora Maria Cristina Pereira Lima, responsável pelo estudo, ressalta que homens trans, por exemplo, precisam de acompanhamento ginecológico regular. Ela também lembra que a expectativa de vida de pessoas trans é significativamente menor em todo o mundo. (Segalla, 2021).

Os dados indicam que 0,69% dos participantes se identificaram como transgênero e 1,19% como não binários. A UNESP define transgênero como pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele atribuído ao nascer. Não binário se refere a quem sente que sua identidade de gênero está fora das categorias masculina e feminina, ou entre elas. Segundo a professora Maria Cristina, coordenadora da pesquisa, a proporção encontrada é semelhante à de outros países com estudos similares, como EUA e Inglaterra. A pesquisa utilizou referências internacionais para definir o tamanho da amostra de 6.000 pessoas, empregando métodos de amostragem semelhantes aos do Instituto Datafolha para garantir a representatividade nacional. (Segalla, 2021).

A análise revelou que a distribuição de pessoas transgênero e não binárias corresponde à proporção populacional de cada região. Os dados sociodemográficos também indicam que não há diferenças significativas entre capitais e cidades do interior.

“Não esperávamos encontrar a mesma proporção. Isso mostra a necessidade de formar profissionais que atuem com políticas públicas em todos os lugares do país”, destacou a pesquisadora (Segalla, 2021).

Baseadas em suas vivências de gênero, as pessoas trans exibem corpos dissidentes e marginalizados, que carregam marcas físicas e simbólicas, as quais são, fundamentalmente, marcas de poder. Essas dissidências evidenciam a natureza construída do sistema sexo-gênero-sexualidade, possibilitando a subversão dos modelos ideais de “feminilidade” e “masculinidade”. Tais marcas são estigmas sociais originados do sistema binário, que aprisiona identidades de gênero fora da cisnormatividade, e têm sido sistematicamente deslegitimadas pela predominância da heterocisnormatividade compulsória (Soares; Mourão; Monteiro, 2017).

Sendo assim nesse momento da dissertação vou tentar trazer um pouco do panorama das Políticas Públicas existentes na atualidade no DF voltadas para a população LGBTIPQA+ e depois faremos uma análise mais específica com o fundamento da Pesquisa sobretudo prezando pela especificidade TRANS não binária afrorreferenciada.

Entendo o conceito de “Epistemologias TRANSAfrorreferenciadas” como um ponto central do debate, que aborda e se dialoga com algumas críticas às limitações de alguns fundamentos das concepções de direitos humanos que predominam no Brasil (Pires, 2017). Além disso, apresenta uma nova perspectiva que, simultaneamente, confronta a supremacia das visões eurocêntricas e propõe uma epistemologia decolonial mais incisiva.

Na construção teórica sobre a importância de abarcar os direitos sexuais enquanto direitos humanos, faz-se necessário distinguir os valores ditos “universais” e que durante séculos foram responsáveis por políticas genocidas de extermínio de populações “ditas menos favorecidas”. Sendo assim é substancial o diálogo com perspectiva da intelectual Thula Pires que aponta que

a universalidade, pressuposta como uma única possibilidade de natureza humana, desencadeou a busca por proteção suficiente e adequada para um determinado tipo de experiência humana plena. Esse ideário propiciou a construção de um padrão de humanidade que não foi capaz de acessar as múltiplas possibilidades de ser, nem dentro nem além das fronteiras europeias. E muito menos foi capaz de viabilizar o acesso às estruturas de poder. O padrão de normalização da condição humana eleito pela modernidade relaciona-se ao modelo de sujeito soberano de origem europeia, masculino, branco, cristão,

heteronormativo, cisgênero, detentor dos meios de produção e sem deficiências (Pires, 2017, p.3).

No debate sobre direitos sexuais, as performances de sexo-gênero precisam ser analisadas em conjunto com outras identidades (categorias linguísticas, subjetivas e legais que não se originam do tripé corpo-sexo-gênero). Autores como Laclau e Mouffe (2015) já propunham estruturas para entender a democracia a partir do reconhecimento das diversas posições subjetivas e sociais dos atores políticos. Há possibilidades semelhantes, destacando a interação ou separação entre identidades sexuais e outras – como raça, classe, etnia, profissão, estado civil –, presentes nas representações sociais, experiências individuais e leis. Analisamos, principalmente, a sexualização dessas outras identidades, ou seja, como são classificadas e hierarquizadas com base em categorias sexuais (Corrêa, 2006).

Nesse ponto gostaríamos de discutir com os Terrorismos de Gênero, que todos os dias atravessam e tentam enfrentar a tal binariedade de gênero. Em uma entrevista que Mc Linn da Quebrada concedeu ao Jornal Estadão em abril de 2019, a mesma define-se como *Terrorista de Gênero*, porque acredita que “algumas vezes é preciso agir aterrorizando a norma e seus efeitos” (Serafim, 2017), especialmente nos acessos as instituições do Estado Brasileiro. Ela acredita que usando seu corpo como arma para colocar em xeque um sistema, que torna invisível corpos como o dela, ela se faz ser vista e aponta a violência do próprio sistema, o que seria o que ela chama de demolição do sagrado e a nova construção do feminino (Serafim, 2017).

Nesse contexto, a discussão que Mc Linn problematiza, se insere no campo de pensar o direito de existência de pessoas TRANS, seus corpos dissidentes e a corporificação dos mesmos. Para tanto, em diálogo com o artigo “Gênero e corporificação na sociedade mundial” de Raewyn Connell, no qual a mesma aponta que “a condução do processo de corporificação social é inerentemente política e afetada por mudanças recentes no mundo institucional. Em particular, as relações de gênero são reformuladas no colonialismo e na globalização pós-colonial, eles próprios processos genderizados” (Connell, 2014, p. 281).

*Não queimem as bruxas/Mas que amem as bixas/Mas que amem/Que
amem/Clamem/Que amem/Que amem as travas também... Amém*

(Trecho da Música Oração – Linn da Quebrada, 2019)

As reflexões epistemológicas TRANSAforreferenciadas que esse trecho de “Oração” nos revela, faz um paralelo histórico com a queima das bruxas e, no jogo poético de palavras em que se “consagra a violência com o amém” ritualiza/sacraliza/naturaliza esses novos padrões de violências de gênero, pergunto “Quem amam as bixas?” Isso, de maneira categórica, evidencia o processo de genocídio em curso da População TRANS em nosso país.

Entre o final da década de 1940 e o começo dos anos 1960, grupos com práticas eróticas que se desviavam do ideal estadunidense do pós-guerra sofreram intensa repressão. Homossexuais, assim como comunistas, foram alvo de perseguições e expurgos promovidos pelo governo federal. Inquéritos parlamentares, decretos presidenciais e reportagens sensacionalistas visavam erradicar a presença de homossexuais em cargos públicos. Milhares foram demitidos, e restrições à contratação de homossexuais pelo governo federal permanecem até os dias atuais. O FBI, nos Estados Unidos, implementou uma vigilância e perseguição sistemática a homossexuais, que se estendeu, no mínimo, até a década de 1970. (Rubin, 1993).

Nesse ponto, para além de evidenciar os novos padrões de violências de gênero remetendo ao período pós colonialista, cabe problematizar a importância de responsabilizar o Estado pelo TRANSfeminicídio. O que faz com que Mc Linn – o(a)e/u Outro(a)e/u, não seja reconhecido/a/e/u como humana(o)/e/u?

Mc Linn pondera ainda na mesma entrevista:

Quem você quer atingir com a sua música? Eu consigo mirar em alguns alvos, com múltiplos efeitos. Primeiramente, acredito que o tiro tenha sido em mim mesma. Fiz essas músicas para mim, por não me reconhecer na maioria das produções fonográficas. Por não ver a minha história sendo contada. Eu, enquanto ‘bixa’, travesti, preta e periférica (sic). E porque precisava ouvir aquilo. Para me fortalecer. E com isso acabo acertando em muitas outras como eu. E começo a estabelecer essa rede de conexão e apoio entre essas que também se reconhecem ali. E por último, o alvo também é o ‘macho’, essa entidade de poder e opressão sobre aquelas marcadas pelo feminino. Minha música vem pra celebrar o fim do seu império machista e falocêntrico (Serafim, 2017).

A vida em sociedade apresenta diversas formas de masculinidade e feminilidade; essa é uma das principais conclusões de estudos sociológicos sobre gênero. As relações

de poder baseadas em gênero estão conectadas a um intrincado conjunto de instituições e dinâmicas culturais. O gênero, longe de ser um aspecto isolado, está interligado com outras dimensões da vida social. Portanto, transformações na economia, como o desenvolvimento de economias industriais ou de redes globais de comércio, levam a reestruturações nas divisões de trabalho que consideram o gênero. E mudanças culturais significativas remodelam as ideologias de gênero, muitas vezes de maneira radical. (Connell, 2014).

Tais reflexões são centrais, e que tem por objetivo evidenciar trechos específicos da Música/Clipe “Oração” e problematizar as violências específicas que a população TRANS Negra está submersa. “Estamos vivas”. É assim que a MC Linn da Quebrada explica a inspiração motriz de “Oração”: “‘Oração’ não é sobre mim. É sobre nós, nós por e para nós. E também sobre o que desatamos para vivermos outras experiências”, reflete a artista. (...) Esse clipe sai no dia de finados justamente para afirmar vidas e lembrar que estamos vivas” (Gay1, 2019).

Entre a oração e a ereção/Ora são, ora não são/Unção/Bênção/Sem nação/Mesmo que não nasçam/Mas vivem e vivem/E vem/Se homens/Se amam/Ciúmes/Se hímen/Se unem.

(Trecho da Música *Oração* – Linn da Quebrada, 2019)

O último trecho da música *Oração* acima, que cabe ser analisado sob a perspectiva afroreferenciada, é o ponto que a autora problematiza que, entre a ereção e a oração, há unção e benção e um todo sem nação, e se homens se amam e se hímens, se unem, há amor. O jogo poético novamente lança para o debate o processo de corporificação das vivências genderizadas (Connell, 2014). Por vezes, alvo de violências marcadas inclusive simplesmente por “existir”, e querer gozar das liberdades humanas, reitero ainda o poder de garantir especialmente o lugar de fala e de ter direito ao acesso nas Políticas Públicas no Brasil e sobretudo no Mundo para às pessoas TRANS negras. A fala vai além da simples emissão de palavras; é uma questão de ter o direito à existência. O conceito de lugar de fala busca contestar a narrativa histórica convencional e a hierarquia de conhecimentos que resulta da hierarquia social (Ribeiro, 2017).

Dialogando com o texto da Gayle Rubin (1993) “*Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas de sexualidade*” as produções feministas podem

colaborar para o respeito a longo prazo na construção de políticas específicas para a sexualidade:

A relação entre o feminismo e a teoria radical da opressão sexual é similar. As ferramentas conceituais do feminismo foram desenvolvidas para detectar e analisar hierarquias baseadas no gênero. Tomando por extensão que estas se sobrepõem com as estratificações eróticas, a teoria feminista tem certo poder explanatório. Mas, na medida em que os assuntos se tornam menos aqueles do gênero e mais aqueles da sexualidade, a análise feminista pode direcionar erroneamente e muitas vezes ser irrelevante. O pensamento feminista simplesmente carece de ângulos de visão com os quais se possa compreender completamente a organização social da sexualidade. O critério de relevância no pensamento feminista não permite que ele veja ou estime as relações críticas de poder na área da sexualidade (Rubin, 1975, p. 34).

Notícias recentes indicam que o Brasil ocupa uma posição contraditória: é líder no consumo de pornografia envolvendo pessoas transexuais e, simultaneamente, o país com maior número de crimes transfóbicos, incluindo assassinatos (Almeida; Vasconcellos, 2018).

Dentre as muitas discriminações a que estão submetidas, as pessoas TRANS têm negados direitos básicos, como o reconhecimento da identidade de gênero e a correção de seus documentos pessoais que se adequem a sua identidade de gênero e ao seu nome social, agressões verbais e físicas, vindas tanto da sociedade como um todo, quanto dos representantes do Poder Público, o não preparo do Poder Público para fornecer os mecanismos necessário para o acesso às Políticas Públicas de Saúde, Educação, Assistência Social, Habitação, Justiça, Segurança Pública, Cultura, e Trabalho; dentre outros meios implícitos. Muitas vezes, localizar essas TRANSfobias institucionais observadas no acesso às Políticas Públicas específicas podem dar um norte para o enfrentamento de práticas sexistas, misóginas e racistas.

Neste ponto, também é crucial intercruzar as questões referentes às sexualidades (identidade de gênero e afetivo sexual) das pessoas TRANS não binárias ciborgues, e ainda racializar o debate, visto que, quando falamos de pessoas TRANS negras e que não se “alinham” ao dito padrão hegemônico de beleza e aos privilégios da branquitude, passável em quaisquer territórios, há uma complexidade maior e totalmente visível, especialmente nos debates relativos a sexismos e misoginias.

O indivíduo abstrato é da ordem da branquitude, como uma racialidade não-nomeada (LABORNE, 2014, p.152). Para sujeitos não-brancos, como Fanon nos ensina em relação ao esquema corporal, histórico-racial, do sujeito negro, sua subjetividade é deslocada através de olhares alheios e assim não

reconhecida em seus próprios termos; ou seja, através desses processos de alienação se torna objeto em um sistema de supremacia branca (FANON, 2008, p.105). Assim fica evidente a impossibilidade do sujeito soberano (leia-se: branco, masculino, heterossexual, cristão, sem deficiência, etc.) como base para a conceitualização do humano, dos direitos (Pires, 2017, p. 8).

A eficácia do perverso modelo de classificação racial de pessoas decorre, além de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais específicos, da naturalização dessa hierarquia, da não percepção dos privilégios que ela cria e da consequente negação ou cegueira quanto à sua existência (elemento inerente à lógica da branquitude). A atribuição de uma alteridade “natural” livra de responsabilidade política aqueles que se beneficiam de uma posição privilegiada. Essas mudanças de perspectiva permitem responder ao mundo real, e não ao mundo idealizado pelos documentos de direitos humanos. A crença na universalidade e neutralidade dos direitos humanos, combinada, no Brasil, com o mito da democracia racial, tornou ineficaz seu uso para combater as desigualdades de raça, gênero, sexualidade e deficiência (Pires, 2017).

Desse modo, apresento neste trabalho algumas proposições referentes à promoção/efetivação dos direitos de pessoas TRANS negras não binárias e ciborgues no Brasil, que tem seus corpos atravessados por graves violações de direitos humanos, cotidianamente.

Em situações mais graves, a perseguição, frequentemente institucionalizada e legitimada pelas leis do país (por meio de legislação LGBTIQPA+fóbica, sob o controle do Direito Penal/Criminal, ou, em alguns casos, de textos religiosos considerados “sagrados”), faz com que atos discriminatórios se tornem comuns e sejam praticados por diversos grupos da população. Há, inclusive, uma crescente banalização da violência contra esse segmento, especialmente a população trans, que é a mais assassinada globalmente. E, como mencionado anteriormente nesta dissertação, o Brasil é o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo:

Já vi muito ódio, já vi piadas e nojos, tiros, sangue. Desempregos, subempregos, pistas. Já vi pessoas cis interpretando pessoas trans*, e roteiros de estereótipos, e erros de pronomes, e risos. Risos. Há risos até quando morremos. Não leiam os comentários. Não leiam. Não sejam. Não vivam. Colonizam nossas mentes a ponto de nos negar autoidentificação enquanto pessoas humanas. Até minha morte, sei que terei o espectro do transtorno de identidade de gênero às costas. Mesmo que cuspa na cara de psiquiatras que fazem graça de nossas existências (cito nomes com fundamentação testemunhal e epistemológica disto, se necessário), sei que para algumas pessoas acadêmicas minha produção intelectual – ele olha com nojinho e ajeita sua gravata borboleta – possa ser caracterizada como uma “reprodução de

estereótipos patologizantes” (idem). E os psiquiatras estarão rindo. E outras pessoas acadêmicas (algumas até bem próximas) silenciarão. Nos colonizam e nos transtornam sem que haja nenhuma fundamentação decente para isso. É esse o ponto, e é bastante simples: pouco me importam os meandros e os nomes detrás destas peças colonialistas. Elas precisam ser derrubadas, implodidas. Ficar discutindo se ‘transtorno’ ou se ‘problema’ ou se ‘ilegalidade’ é se perguntar sobre diferentes contextos de colonização, e não sobre uma nova possibilidade decolonial.

Minha retórica se esquentava. O sistema é quente. Tira essa bermuda que eu quero você sério. Sério? Não. A intenção, a partir deste breve texto, é de problematizar determinadas normatividades relativas a identidades de gênero, a partir de inspirações anticoloniais interseccionais. Pega essa: autoetnografia travesti balançando seu sistema. Enfim, eu vejo barbárie neste mundo que nem se sustenta mais. O pau-brasil derrubado lá atrás entra no saldo do aquecimento global? Entra pras dívidas anticoloniais? E a travesti e a pessoa indígena que morrem degoladas, entram onde? Com que nome? Com que hipóteses para o crime? Morremos por todas partes, a cada momento. A cada medicamento usado por nós que não tem informações sobre sua interação específica com nossos corpos. A cada vez que “erram” nossos pronomes e nomes autodeterminados. Morremos em solidões de existências negadas, em porções marginais de gênero, nos desempregos da vida. Morremos? Não sei nem que nome estará nas memórias de quem amo. Vi, vejo e verei muitas dores nas realidades trans*, estou infelizmente segura disto. (Vergueiro, 2015, p. 154-155)

Continuando com essa troca de conhecimentos transmultidisciplinar, retomo as reflexões de Viviane Vergueiro (2015) em sua dissertação de mestrado.

Vergueiro (2015) questiona como não se revoltar com o uso frequente e indevido das histórias de morte de pessoas trans, que desde cedo são expostas a essas narrativas, revivendo-as repetidamente antes mesmo de morrerem. Essas histórias são frequentemente exploradas, transformadas em mercadoria e produzidas em larga escala por grupos externos: a mídia em busca de sensacionalismo, pesquisadores acadêmicos e até organizações de direitos LGBT que, segundo Morgan Collado, usam estatísticas de violência transfóbica para conseguir financiamento que beneficia principalmente pessoas cisgênero brancas, gays e lésbicas.

Nesse contexto, até mesmo as altas taxas de suicídio entre pessoas trans, possivelmente causadas pela violência cissexista e pela falta de dados adequados sobre diversidade corporal e identidades de gênero, podem ser usadas de forma prejudicial. Argumentos falaciosos sobre “arrepentimentos trans” justificam tratamentos compulsórios para uma população pouco compreendida e historicamente violentada pelo sistema de saúde. Ou então, surgem atitudes paternalistas e contrárias à autonomia, que questionam as escolhas das pessoas trans, sob o pretexto de garantir seu bem-estar, sem

o devido consentimento informado. Vergueiro (2015) conclui que, em meio a solidões, silêncios e suicídios, é preciso manter a atenção.

É fundamental ressaltar que os direitos das pessoas trans são direitos humanos e o acesso a políticas públicas deve ser completo, considerando as experiências reais e autênticas que representam as epistemologias trans afroreferenciadas. A resiliência e a criatividade que permitiram a sobrevivência da população trans negra na diáspora, apesar de séculos de opressão, têm muito a contribuir para a redefinição de direitos como liberdade, propriedade e dignidade; resistência política; acesso à educação, saúde, trabalho e lazer; direitos sexuais e reprodutivos; direitos econômicos; meio ambiente e direito à cidade; devido processo legal e ampla defesa; consentimento informado; e direito à memória, verdade e reparação (Pires, 2016) – direitos estes que são frequentemente negados à população trans negra.

A análise de políticas públicas procura entender como a sociedade é governada, como surgem os problemas públicos e como Estado e sociedade interagem para resolvê-los. Busca identificar as regras, interesses, valores e instituições que influenciam as relações entre os diversos atores, estatais e não estatais. Investiga, também, quais ideias, valores e interesses definem as decisões e a implementação da ação pública, e por que a ação do Estado se modifica e as políticas públicas se transformam (Domingos, 2021).

Existem duas abordagens principais na análise de políticas públicas: a estatal e a pluralista. A abordagem estatal considera o Estado como uma entidade única, autônoma e central, separada da sociedade, mas atuando sobre ela e para ela. A própria noção de política pública sugere uma ação exclusiva do Estado. Já a abordagem pluralista entende o Estado como resultado das relações sociais e da ação de diversos atores, não apenas estatais, mas também organizações não governamentais, empresas, organismos internacionais, redes de políticas públicas e movimentos sociais. Para essa abordagem, as políticas públicas resultam das pressões e ações dos grupos de interesse envolvidos (Domingos, 2021).

Este estudo considera as políticas públicas do Distrito Federal relacionadas a gênero e sexualidade como uma ação pública com múltiplos atores e regulações, como será detalhado posteriormente. Essa perspectiva é importante porque revela a complexidade e o caráter conflituoso desse campo, marcado por disputas que evidenciam

a heterogeneidade do Estado e da sociedade, que, muitas vezes, promovem abertamente a violência contra pessoas trans (Domingos, 2021).

Enquanto movimentos LGBTQIPA+, negros, indígenas e feministas lutam por políticas públicas que atendam às suas necessidades, há políticos partidários cissexistas, misóginos, religiosos e conservadores que trabalham para impedir o avanço da agenda de equidade de gênero e direitos humanos relacionados à orientação sexual, identidade de gênero e diversidade étnico-racial e religiosa. Estes últimos, inclusive, promovem a violência contra pessoas trans e outras formas cruéis e dissimuladas de genocídio, não apenas de natureza LGBTQIPA+fóbica (Domingos, 2021).

Assim, surge a importância e a oportunidade de avançar nesse sentido, utilizando a mobilização social como ferramenta para que grupos marginalizados influenciem o acesso a políticas públicas. Essas políticas devem assegurar o direito à cidadania, permitindo que pessoas que vivem as transgeneridades, guiadas por políticas identitárias, tornem sua realidade mais visível e continuem a lutar, dentro dos sistemas legais e políticos, por maior reconhecimento de sua humanidade e da legitimidade de suas demandas. Entre essas demandas, destacam-se o direito à identidade e, fundamentalmente, o direito à vida. (Jesus, 2014).

2.1 Serviços Socioassistenciais e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) as Pessoas LGBTQIPA+ no Distrito Federal

No contexto dos direitos humanos, a efetivação dos direitos da população LGBTQIPA+ no Brasil apresenta-se como um desafio central para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS, enquanto rede de atendimento socioassistencial, tem o dever de garantir que pessoas LGBTQIPA+ tenham acesso a todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios, respeitando os critérios de elegibilidade e assegurando um atendimento livre de qualquer forma de discriminação em todos os seus equipamentos (Brasil, 2019a).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei Federal 8.742/1993) estabelece como um dos princípios fundamentais da Assistência Social a “igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza” (Brasil, 1993). A Lei

Orgânica do Distrito Federal, por sua vez, reforça esse princípio ao definir como valores fundamentais a plena cidadania e a dignidade da pessoa humana, proibindo explicitamente qualquer discriminação ou prejuízo baseado na orientação sexual. Adicionalmente, a Resolução nº 269/2006 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) estabelece como princípio ético para todos os profissionais do SUAS a garantia do acesso da população à política de assistência social sem discriminação, respeitando os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios (Brasil, 2007).

A Política Pública de Assistência Social, dentro do escopo do SUAS, tem como objetivo a proteção de todas as famílias, independentemente de sua configuração. O SUAS define família como um grupo de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. Portanto, qualquer formação familiar tem o direito de ser registrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e nos sistemas das Secretarias Estaduais ou Municipais de Assistência Social, garantindo o acesso aos serviços, programas e benefícios da política, conforme previsto em lei.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) opera de maneira integrada com outras políticas setoriais, levando em consideração as desigualdades socioterritoriais e buscando sua superação, com o objetivo de garantir os direitos socioassistenciais. A PNAS dá atenção especial às populações historicamente marginalizadas, seja por questões de renda, orientação sexual, identidade de gênero, cor/raça ou etnia. Nesse contexto, a PNAS desempenha um papel crucial na promoção dos direitos da população trans, assegurando a perspectiva da equidade e da diversidade na implementação das ações, programas, benefícios e serviços do SUAS (Brasil, 2021).

O trabalho social com famílias, no âmbito do SUAS, tem como princípio fundamental a prevenção e o atendimento a situações de violência e violação de direitos. É essencial que as unidades do SUAS, como garantidoras de direitos, respeitem as identidades de gênero e a orientação sexual de seus usuários, proporcionando liberdade e individualidade no uso dos espaços, adotando formas de tratamento adequadas e oferecendo um acompanhamento socioassistencial específico, que fortaleça a autonomia e a cidadania dessa população (Brasil, 2021).

Conforme estabelecido na PNAS/2004, a assistência social é organizada em proteção social básica e proteção social especial, sendo esta última subdividida em média e alta complexidade. Para compreender o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), é preciso entender seu papel dentro da Política de Assistência Social (Nogueira, 2015).

A proteção social básica, de acordo com a PNAS/2004, visa prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, da promoção de aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços são direcionados à população em situação de vulnerabilidade social, que pode ser decorrente da pobreza, da falta de acesso a serviços públicos e/ou da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, incluindo discriminações por idade, etnia, gênero ou deficiência (Nogueira, 2015).

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são os responsáveis por oferecer os serviços da proteção social básica. A proteção social especial, por sua vez, engloba serviços que exigem acompanhamento individualizado e uma proteção mais abrangente. É destinada a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, decorrente de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, entre outras situações (Nogueira, 2015).

Assim, os serviços da proteção social especial de média complexidade são voltados para indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Já a proteção social especial de alta complexidade¹ se concentra em situações caracterizadas pelo rompimento desses vínculos, com serviços direcionados à garantia da proteção integral da família ou do indivíduo em situação de ameaça (Nogueira, 2015).

A Resolução nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organiza os serviços da Política de Assistência Social de acordo com seus níveis de complexidade e proteção da seguinte forma:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);

c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

b) Serviço Especializado em Abordagem Social;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

- Abrigo institucional;

- Casa-Lar;

- Casa de Passagem;

- Residência Inclusiva.

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (Brasil, 2009).

Considerando a luta do movimento de travestis e transexuais no Brasil pela visibilidade de demandas historicamente reprimidas, torna-se necessário discutir dentro do SUAS, de forma mais aprofundada, as oportunidades de qualificação profissional, emprego e renda e a urgência de capacitação dos profissionais da assistência social quanto à importância do atendimento adequado, e o respeito ao nome social, visto que este deve ser inserido em todos os instrumentos de identificação, acompanhamento e atendimento dos equipamentos socioassistenciais. (Brasil, 2021).

Abordar a questão do “nome social” é assegurar que a pessoa trans tenha acesso ao sistema e seja tratada com respeito e dignidade, para que o Estado a reconheça como cidadã, garantindo seus direitos constitucionais. Para que a população trans tenha acesso pleno às políticas públicas, é necessário eliminar práticas e comportamentos discriminatórios que ainda persistem no dia a dia do trabalho, e que impedem o exercício pleno da cidadania e da dignidade humana. A Assistência Social, através da campanha “SUAS SEM TRANSFOBIA”, reforça seu compromisso no combate à transfobia e a qualquer outra forma de discriminação (Brasil, 2021).

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Resolução Conjunta nº 01/2018 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do CNCD/LGBT determina que a rede socioassistencial do SUAS deve atuar de maneira integrada para promover um atendimento qualificado e ampliar o acesso da população LGBT aos serviços e programas socioassistenciais (Brasil, 2019a).

O II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026), intitulado “Proteção Social para todos os brasileiros”, enfatiza a importância de o SUAS considerar as diversidades, identidades e especificidades de públicos e territórios como diretriz para a atuação da Política Nacional de Assistência Social. Isso consolida um movimento de qualificação e aprofundamento das metodologias de trabalho social do SUAS. O aprimoramento das competências dos profissionais e dos serviços passa a ser cada vez mais orientado por questões de diversidade social e cultural, como raça/cor, etnia, identidade de gênero e sexualidades. (Brasil, 2019a).

Desde 2010, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) possui uma portaria (nº 134/2010) que assegura o registro do nome social de travestis e transexuais em documentos de atendimento em todas as unidades. Em todos os serviços que possuam alguma separação por gênero, como em algumas unidades de acolhimento, as pessoas atendidas pela rede socioassistencial da SEDES têm o direito de ser atendidas

de acordo com sua identidade de gênero, independentemente de alteração do nome ou gênero em documentos oficiais (Brasil, 2019a).

Proteção Social Básica – Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) / Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Proteção Social Básica, através do PAIF (Proteção e Atendimento Integral às Famílias), oferece um serviço que se fundamenta no respeito à diversidade das configurações familiares, seus valores, crenças e identidades. Baseia-se no fortalecimento da cultura do diálogo e no combate a todas as formas de violência, preconceito, discriminação e estigmatização nas relações familiares (Brasil, 2016b).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a principal porta de acesso à Política Pública de Assistência Social, dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Trata-se de um espaço público, geralmente situado em áreas de maior vulnerabilidade social, que oferece serviços de assistência social com o objetivo de fortalecer os laços familiares e comunitários. Ao conhecer adequadamente o território em que atua, o CRAS organiza e articula as unidades da rede socioassistencial e de outras políticas públicas. Dessa forma, facilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, tornando-se um ponto de referência para a comunidade local e para os serviços de outros setores (Brasil, 2019b).

Com base no conhecimento do território, a equipe do CRAS pode apoiar iniciativas comunitárias, como palestras, campanhas e eventos, colaborando com a comunidade na busca de soluções para problemas comuns, como questões de acessibilidade, violência local, trabalho infantil, falta de transporte, baixa qualidade de serviços, falta de espaços de lazer e cultura, entre outros. Atualmente, o Distrito Federal conta com 28 CRAS distribuídos pelas Regiões Administrativas, seguindo os critérios e condições estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pelo SUAS (Brasil, 2019b).

O CRAS oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No CRAS, os cidadãos também recebem orientações sobre benefícios assistenciais e podem se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O público-alvo do CRAS inclui famílias e indivíduos em situação de grave desproteção, pessoas com deficiência,

idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas cadastradas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. É importante destacar que os serviços do CRAS são normalmente oferecidos presencialmente, por território de abrangência. Entretanto, durante períodos de pandemia, os atendimentos têm sido realizados remotamente, por meio de agendamento online no site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES) ou por telefone. O CRAS é uma unidade pública e seus serviços são gratuitos (Brasil, 2019b).

Em áreas de difícil acesso, como comunidades ribeirinhas, indígenas, rurais, quilombolas e outras, o CRAS conta com as chamadas “Equipes Volantes”, que são responsáveis por realizar a busca ativa de famílias em situação de vulnerabilidade. O deslocamento dessas equipes é feito por meio de veículos terrestres ou, em áreas com acesso fluvial, pelas Lanchas da Assistência Social (2019b).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -- (SCFV) - Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – (COSES) / Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Existem alguns recursos do Estado destinados à atuação das pautas das diversidades LGBTIQPA+, étnico raciais e religiosas na área de educação, cultura, esporte, saúde, trabalho, assistência social, entre outros. Destaco, ainda, a destinação de recursos aos chamados Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSES.

Os Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (COSEs) integram a rede socioassistencial e são unidades de atendimento direto à população, conforme definido pela Resolução CNAS 109/2009 (Oliveira, 2014).

Esses centros têm como objetivo ampliar as trocas culturais e de experiências, desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade, fortalecer os laços familiares e estimular a socialização e a convivência comunitária. Sua atuação é preventiva e proativa, baseada na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades, visando proporcionar alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (Oliveira, 2014).

Os COSEs integram a atenção básica da assistência social e atendem ao público socialmente vulnerável de uma determinada região. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) garante que a Proteção Social Básica tem como finalidade prevenir

situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, da promoção de aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Por isso, esse serviço é voltado para a população em situação de fragilidade e vulnerabilidade decorrente da pobreza, falta de renda, acesso precário ou inexistente a serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos, como discriminações por idade, etnia, gênero ou deficiência. Atualmente, dezessete (17) COSEs atuam no Distrito Federal, garantindo essas especificidades e trabalhando em articulação direta com o CREAS da Diversidade, que é a principal referência para a população trans acompanhada no SUAS-DF (Oliveira, 2014).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um componente da Proteção Social Básica, caracterizado por:

Ser um serviço realizado em grupos, organizado em percursos, para garantir aquisições progressivas aos usuários, de acordo com seu ciclo de vida, complementando o trabalho social com famílias e prevenindo situações de risco social. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se para ampliar trocas culturais e de experiências, desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Tem caráter preventivo e proativo, com foco na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, buscando alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (Oliveira, 2014).

De modo geral, o Serviço se estrutura em quatro modalidades, de acordo com a faixa etária: 1) Serviço para crianças de até 6 anos; 2) Serviço para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; 3) Serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos; e 4) Serviço para idosos. Por integrar a Proteção Social Básica, pode ser oferecido tanto pelo CRAS quanto por Centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS, ou seja, por organizações ou instituições do terceiro setor (Oliveira, 2014).

Contudo, há uma carência de regulamentações e publicações específicas sobre o SCFV. O Serviço conta apenas com sua descrição na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, com as orientações técnicas do reordenamento do SCFV de

junho de 2013 e com algumas orientações técnicas para o trabalho com cada faixa etária, mas que possuem pouca efetividade e visibilidade, pois são produzidas por diferentes órgãos em diferentes momentos, sem uma produção sistemática e unificada para reger a totalidade dos Serviços (Oliveira, 2014).

Os COSEs desempenham um papel fundamental no fortalecimento de vínculos de jovens em situação de vulnerabilidade, o que abrange uma parcela significativa de jovens LGBTIQPA+, negros, indígenas, quilombolas e de diversas religiões, especialmente de matriz africana e comunidades de terreiro (Oliveira, 2014).

Dados estatísticos oficiais mostram que a população negra LGBTIQPA+ se encontra, em sua maioria, na faixa da população com maior vulnerabilidade social. Portanto, essas instituições são cruciais para alcançar resultados positivos a médio e longo prazo com ações educativas relacionadas ao respeito, empatia, profissionalização e outros princípios dos direitos humanos, garantidos inclusive no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). São instituições-chave que atendem a um grande número de jovens LGBTIQPA+ negros de 15 a 17 anos no Distrito Federal (Oliveira, 2014).

Outro ponto que seria interessante e ao mesmo tempo revolucionário, está relacionado com a proposta de elaboração de Projetos de trocas de saberes geracionais com pessoas TRANS idosas/os/es, o que poderíamos chamar de MESTRES/AS do SABER QUEER LGBTIQPA+. Seria um espaço de trocas intergeracionais, em que a juventude teria a oportunidade de refletir sobre como nós pessoas TRANS, que sabemos e vivenciamos a solidão, podemos enfrentar as dificuldades do envelhecimento da população LGBTIQPA+, para construir novas possibilidades de envelhecer dignamente.

Seria um grande avanço conseguirmos efetivar um projeto de forma tão única, provavelmente inédita no país, pautando as especificidades TRANS e envolvendo a comunidade, por territórios múltiplos e diversos, em trocas afetivas de respeito às diversidades sexuais/ de gênero e das TRANSpotências, capilarizando respeito e amor nas Unidades – COSES de cada Região Administrativa do DF.

Proteção Social Especial – Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) - Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Os serviços de Proteção Social Especial, dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são direcionados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação ou ameaça de seus direitos. Esses serviços exigem um acompanhamento individualizado e familiar, bem como a identificação de novos riscos ou do agravamento dos riscos existentes, e a implementação de estratégias de proteção adaptadas à complexidade de cada caso (Brasil, 2023a).

Além de fornecer orientação e encaminhamento aos cidadãos para os serviços da assistência social ou outros serviços públicos disponíveis em nível estadual, municipal ou regional, os serviços de Proteção Social Especial oferecem informações, orientação jurídica, apoio familiar, auxílio na obtenção de documentos pessoais, atendimento psicossocial, encaminhamento para a rede socioassistencial e outras políticas públicas intersetoriais, e estímulo à participação comunitária (Brasil, 2023a).

Os serviços de Proteção Social Especial mantêm uma estreita relação com o Sistema de Garantia de Direitos, demandando, em muitos casos, uma gestão mais complexa e colaborativa com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos e ações dos governos federal, estadual, distrital e municipal (Brasil, 2023a).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), equipamento público integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), oferece serviços especializados com o objetivo de acolher, orientar e acompanhar famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, visando fortalecer e reconstruir os vínculos familiares e comunitários. O SUAS é estruturado em uma rede de proteção social, dividida em básica e especial. O CRAS e o CREAS são as unidades que ofertam serviços e programas desse sistema descentralizado e participativo. O atendimento no CREAS difere daquele oferecido no CRAS, pois este último atende pessoas em situação de risco e vulnerabilidade, mas que ainda mantêm seus laços familiares (Brasil, 2011).

A proteção especial, na qual o CREAS se insere, tem caráter protetivo, enquanto a proteção social básica tem natureza preventiva. Os usuários atendidos no CREAS encontram-se em situação de risco pessoal ou social, com seus direitos violados ou ameaçados. Exemplos dessas violações incluem abuso sexual, violência física ou psicológica, discriminação/preconceito, abandono ou afastamento do convívio familiar, demonstrando a ruptura ou fragilização dos vínculos (Brasil, 2011).

O trabalho desenvolvido pela equipe de referência é subjetivo e demanda tempo. Além da disponibilidade dos profissionais do CREAS, é fundamental que os usuários dediquem tempo às sessões de acompanhamento psicossocial para que os atendimentos sejam efetivos (Brasil, 2011).

Na proteção especial, o atendimento exige maior especialização dos trabalhadores do SUAS, flexibilidade nas soluções e um acompanhamento familiar mais próximo e individualizado. Além disso, os serviços devem ser efetivos e monitorados para garantir a qualidade da atenção nesses casos. O CREAS tem a função de executar, coordenar e fortalecer a articulação dos serviços socioassistenciais com outras políticas públicas e com o sistema de justiça (Brasil, 2011).

Os serviços mais frequentemente oferecidos no CREAS são:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) (Brasil, 2011).

Outros serviços podem ser oferecidos no CREAS, embora a tipificação dos serviços socioassistenciais os destine preferencialmente aos seguintes equipamentos:

- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP):
 - Serviço especializado em abordagem social;
 - Serviço especializado para pessoas em situação de rua.
- Centro-Dia de Referência:
 - Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias (Brasil, 2011).

Algumas propostas de serviços incluem, por exemplo, o desenvolvimento de atividades para adolescentes em conflito com a lei, buscando despertar neles novas perspectivas de futuro. Para pessoas em situação de rua, são trabalhadas suas relações sociais, visando à construção de um novo projeto de vida, entre outras abordagens (Brasil, 2011).

As equipes de referência são responsáveis por coordenar, executar e articular os serviços disponibilizados no CREAS. A equipe do equipamento público deve ser multidisciplinar para que, com base em estratégias abrangentes, a política de Assistência Social possa gerar resultados significativos para seus usuários. O número de profissionais contratados varia de acordo com o porte do município/cidade/estado e a capacidade de atendimento de cada unidade (Brasil, 2011).

O acesso ao CREAS, por famílias ou indivíduos que necessitam de proteção especial de média complexidade, pode ocorrer de duas maneiras:

- Encaminhamento por serviços da rede socioassistencial, como o Serviço Especializado em Abordagem Social, ou por outras políticas públicas, como o Conselho Tutelar, o Poder Judiciário, a Secretaria de Saúde, Trabalho, Cultura e Educação;
- Procura espontânea do indivíduo ou da família, solicitando atendimento diretamente no CREAS. Em situações de pandemia, como a da COVID-19, os atendimentos são realizados remotamente, mediante agendamento por meio de canais digitais ou telefones institucionais.

As equipes de referência são encarregadas de coordenar, executar e articular os serviços oferecidos no CREAS (Brasil, 2011).

A equipe do equipamento público deve ser multidisciplinar para que, por meio de estratégias abrangentes, a política de Assistência Social possa gerar resultados significativos para seus usuários (Brasil, 2011).

O número de profissionais contratados varia de acordo com o porte do município/cidade/estado e a capacidade de atendimento de cada unidade. As especialidades necessárias para compor a equipe incluem assistente social, psicólogo, advogado, auxiliar administrativo e profissional de nível superior ou médio para a abordagem dos usuários. O trabalho do CREAS é marcado por uma intensa articulação em rede, especialização e qualificação do atendimento (Brasil, 2011).

Os serviços oferecidos em cada unidade são centrados na família, com mobilização e participação social, com foco nos territórios de maior vulnerabilidade, garantindo o acesso de todos aos direitos socioassistenciais. O objetivo é promover o

empoderamento do indivíduo para que ele possa superar a situação de violação de direitos, fortalecendo e reconstruindo os vínculos familiares e comunitários. As principais atividades cotidianas dos trabalhadores do CREAS podem ser resumidas em:

- Atendimento aos usuários, abrangendo os seguintes grupos:
 - Crianças, adolescentes e mulheres;
 - Idosos;
 - Pessoas com deficiência;
 - Pessoas em situação de rua;
 - Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;
 - Público da diversidade sexual, étnico-racial e religiosa.
- Análise diagnóstica;
- Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar;
- Acompanhamento, por meio de sessões individuais ou em grupo;
- Visitas domiciliares;
- Concessão de benefícios: embora sejam mais comuns no CRAS, também podem ser oferecidos no equipamento especializado (Brasil, 2011).

Atualmente no Distrito Federal existem doze (12) CREAS funcionando na modalidade remota e atuando conforme a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

Pessoas vítimas de discriminação e violência LGBTIQPA+fóbica são usuários/as/es do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) O Distrito Federal possui o “CREAS da Diversidade” territorializado para o atendimento de comunidades LGBTIQPA+ e outras comunidades culturais historicamente discriminadas especificamente da diversidade étnico racial e religiosa, sobretudo é o único existente no País e inédito por natureza de criação e de resistência institucional/ativistas/movimentos sociais. Nessa Unidade, elas recebem o atendimento de equipe multiprofissional e em rede, podendo ter acesso a serviços e benefícios voltados para o enfrentamento da violação sofrida/vivenciada. O CREAS da Diversidade realiza atividades de atendimento individual e em grupos, atualmente encontra-se, localizado SGAS 614/615 Lote 104 (L2 Sul). Durante o período de pandemia os atendimentos/acompanhamentos psicossociais estão sendo realizados de forma remota pelos telefones/e-mails institucionais.

Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS (Instituto Ipês) / Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No Distrito Federal, o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) possui uma equipe voltada especificamente para o atendimento de LGBTIQPA+ em situação de rua. Essa equipe é composta por profissionais que são LGBTIQPA+, incluindo pessoas que também já viveram nas ruas por agravos de situações de vulnerabilidade social e demais violações de direitos. Nesse contexto, sinalizo que o SEAS é realizado por meio de parceria com Instituto Ipês uma Organização Não Governamental (ONG) que presta esse serviço por meio de um termo de cooperação técnica compondo a rede conveniada, a SEDES, seguindo a metodologia da educação entre pares, na qual pessoas que já viveram nas ruas apoiam o atendimento das pessoas que ainda estão nessa situação. É uma forma tanto de promover a inclusão social, como de qualificar o trabalho da assistência social, a partir da experiência de quem já foi atendido por ela.

Essa equipe é vinculada ao CREAS da Diversidade e, para indicar a necessidade de atendimento de uma pessoa LGBTIPQA+ que vive nas ruas, faz-se necessário entrar em contato via telefones e e-mail institucional.

Proteção Social Especial - Unidades de Acolhimento / Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Os serviços de alta complexidade do SUAS são destinados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, e que estejam temporariamente afastados de seu núcleo familiar, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Esses serviços de acolhimento são oferecidos em diferentes modalidades, cada uma voltada para um público específico (Brasil, 2023b).

Os objetivos principais dos serviços de acolhimento são: acolher e assegurar proteção integral; evitar o agravamento de situações de negligência, violência e rompimento de vínculos; restabelecer os laços familiares; proporcionar a convivência comunitária; facilitar o acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; fortalecer a autonomia; e promover o acesso a atividades culturais, de lazer e esportivas (Brasil, 2023b).

Nesse interim, as Unidades de Acolhimento em princípio devem acolher de acordo com a identidade de gênero das pessoas, respeitando as diferentes configurações familiares, e ainda sobretudo a diversidade étnico racial e religiosa.

Historicamente, as Casas de Acolhimento destinadas à população LGBTIQPA+ surgiram como iniciativas da sociedade civil para suprir a falta de apoio familiar ou estatal. Elas se concretizaram como um meio de garantir os direitos sociais básicos previstos na Constituição Federal, como educação, saúde, moradia, trabalho, lazer e alimentação, entre outros (Silva; Vitorino; Pissango, 2022).

Na década de 1980, nos Estados Unidos, quando jovens eram expulsos de casa devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual, alguns eram acolhidos por “mães” em “Casas”. Uma pessoa assumia o papel de mãe e acolhia esses jovens em sua residência, que passava a ter um sobrenome adotado por todos. Assim, formavam não apenas um lar, mas uma família, e competiam nos chamados “ballrooms” (bailes). Esses bailes eram espaços onde pessoas marginalizadas pela sociedade se reuniam para celebrar suas vidas e criar um ambiente de aceitação (Silva; Vitorino; Pissango, 2022).

O acolhimento oferecido pelas mães dessas Casas, nesses espaços que deram origem à cena ballroom nova-iorquina, surgiu também da ausência de acolhimento em outras instituições, como o Estado. As Casas funcionam como refúgios para aqueles que foram rejeitados por suas famílias biológicas, religiões e instituições comunitárias, proporcionando um local de acolhida e apoio para a vida coletiva em meio à cultura queer negra. Não são necessariamente espaços físicos, mas sim simbólicos, liderados por “Mothers” (Mães) e “Fathers” (Pais). Essas figuras oferecem cuidado e afeto para as “crianças” das Casas, que se tornam irmãs e irmãos. Com o tempo, conhecimento e participação nas atividades da Casa, as crianças podem se tornar “Princess” ou “Princesses” (Princesas ou Príncipes), também figuras de liderança, mas subordinadas às mães e pais. A hierarquia na estrutura familiar da cultura ballroom também distribui funções de trabalho, pois as Mães e os Pais têm o dever de ensinar o que sabem aos seus filhos e filhas, incluindo estratégias de sobrevivência no mundo heteronormativo e branco (Silva; Vitorino; Pissango, 2022).

A complexidade de criar uma Unidade de Acolhimento que atenda com sucesso a todas as suas exigências está ligada às múltiplas dimensões da experiência da pessoa em

situação de rua e à necessidade de atender às necessidades específicas de cada indivíduo. Isso se torna ainda mais desafiador quando consideramos as particularidades das pessoas trans que tiveram seus laços familiares e comunitários rompidos de maneira abrupta e violenta (Hames, 2019).

Para mitigar os danos causados por tantas violências, exclusão, desigualdades e vulnerabilidades, seria fundamental que o Estado desenvolvesse e implementasse políticas públicas direcionadas a essa população. Essas políticas deveriam garantir os direitos sociais que, embora previstos na Constituição, são frequentemente negados às pessoas LGBTIQPA+. Contudo, as medidas necessárias não despertam o interesse do Estado, havendo despreparo e descaso em relação a essa questão (Silva; Vitorino; Pissango, 2022).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) define os princípios para a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que reestrutura os serviços de proteção social oferecidos aos cidadãos. Esses serviços abrangem a garantia da cidadania e dos direitos humanos, geração de renda, saúde, moradia, cultura, acolhimento e projetos de capacitação e alfabetização (Hames, 2019).

Como concretização do espaço físico para a oferta desses serviços, a Unidade de Acolhimento foi criada pela portaria GM/MS nº 121, de 25 de janeiro de 2012, e é classificada como um serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Para garantir sua efetiva implementação, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde elaboraram um guia com orientações para a estruturação desse serviço, especificando os espaços mínimos que devem ser disponibilizados (Hames, 2019).

Ao discutir a importância do desenvolvimento da competência em informação para mitigar os impactos da pandemia de COVID-19, Silva, Vitorino e Pissango (2022) enfatizam a necessidade de criação de políticas públicas para atender às demandas emergenciais. No contexto desta pesquisa, as casas de acolhimento, em si, são políticas públicas. No entanto, aquelas voltadas para a população LGBTIQPA+ frequentemente são administradas por organizações não governamentais, e não pelo Estado. É crucial que políticas públicas e competência em informação atuem em conjunto para reduzir danos que afetam pessoas em situação de vulnerabilidade. As casas de acolhimento que

promovem um ambiente propício ao desenvolvimento da competência em informação podem otimizar suas atividades e ampliar seus resultados. O objetivo principal do desenvolvimento da competência em informação é justamente atenuar os efeitos negativos da desinformação.

2.2 Rede Distrital de Proteção a População LGBTIQPA+

Para além do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a população LGBTIQPA+, sobretudo, pondero que esta dissertação trabalha com as especificidades de pessoas TRANS ciborgues não binárias – podendo ser referenciados/as/es/us com os seguintes serviços especializados no Distrito Federal:

Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN) - Segurança Pública/DF

Inaugurada em 2016, a DECRIN ocupa nove (9) salas no Departamento de Polícia Especializada (DPE), no Complexo da Polícia Civil, ao lado do Parque da Cidade. No local, além de duas (2) delegadas/os, atendem o público, três (3) escrivães e treze (13) agentes de polícia. Todos os crimes apontados pelos Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Igualdade Racial são de competência unidade. No caso de discriminação por orientação sexual e /ou identidade de gênero, os/as/es policiais registram como crime, conforme o Código Penal e a última resolução do Supremo Tribunal Federal²².

²² No dia 13 de junho de 2019, a Justiça dava um passo histórico na luta contra a LGBTfobia, em resposta as intervenções dos movimentos sociais brasileiro. No início da noite de uma quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovava por 8 votos a 3 a criminalização da LGBTIQPA+ fobia no Brasil. Com a decisão, atos preconceituosos contra LGBTIQPA+ passaram a configurar crime com pena de um a três anos, além da aplicação de multa. Pondero aqui que seria a primeira resposta ao avanço do conservadorismo que ganhou espaço na política e nas ruas nos últimos anos, transformando o Brasil no reflexo de sua própria intolerância, ignorância e práticas genocidas. E, na tragédia das estatísticas, foi notório ver aumentar o número de assassinatos contra LGBTs: uma morte a cada 23 horas, fazendo com que se tornasse o nosso país o que mais mata cruelmente pessoas TRANS no mundo. Para Paulo Iotti, advogado autor da ação e diretor-presidente Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero, a lei, apesar de não atingir o cerne do problema, oferece mecanismos que permitem combater a violência contra LGBTs. Já a advogada Maria Eduarda Aguiar, que participou da defesa no Supremo e atua como ativista da causa transexual, destaca a importância das políticas de segurança pública para reverter a atual situação. “A educação é o principal instrumento de modificação social, mas também é preciso que as políticas de segurança pública sejam voltadas à população LGBT e não continue esse descaso. Vidas LGBTs importam, e o Brasil ainda segue sendo um país não seguro para pessoas LGBTI+.” Fonte site CATRACA LIVRE: Acessado dia

***Defensoria Pública do DF - Núcleo De Assistência Jurídica de Promoção e
Defesa dos Direitos Humanos***

O Núcleo De Assistência Jurídica de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos é especializado na proteção de vítimas de discriminação por raça ou etnia, religião, identidade de gênero e orientação sexual, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e grupos com dificuldade de acesso à moradia, mobilidade urbana e a um ambiente equilibrado. Este Núcleo tem um papel significativo na defesa dos direitos LGBTIQPA+, atuando no processo de retificação de nome e gênero para pessoas trans no Distrito Federal. Em parceria institucional, realiza atendimentos regulares no CREAS da Diversidade, e já promoveu mutirões para retificação de nome e gênero para pessoas trans no Distrito Federal. Os agendamentos para atendimento são feitos no período da tarde. O endereço é SIA, Trecho 17, Rua 7, Lote 45, em Brasília, e o horário de atendimento é das 12h às 19h.

***Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - Núcleo de
Enfrentamento à Discriminação***

O Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED) concentra seus esforços, principalmente, no estímulo e monitoramento da implementação e execução de políticas públicas voltadas para a conscientização sobre a necessidade de combater todas as formas de discriminação (racial, religiosa, por origem, por orientação sexual e identidade de gênero, entre outras), bem como no reconhecimento e efetivação dos direitos garantidos a esses grupos vulneráveis (Brasil, 2025).

Adicionalmente, conforme a Portaria Normativa nº 515, de 15 de dezembro de 2017, cabe ao Coordenador deste Núcleo promover, acompanhar e fiscalizar, em conjunto com o Promotor natural, ou de forma exclusiva, a ação penal pública em casos de crimes de racismo (Lei nº 7.716/89) e de injúria discriminatória, conforme o § 3º do art. 140 do Código Penal, de competência da Justiça do Distrito Federal e Territórios, até o momento do oferecimento da denúncia (Brasil, 2025).

Ambulatório TRANS - Ambulatório de Assistência Especializada às Pessoas Travestis e Transexuais - Sistema Único de Saúde (SUS)

O Ambulatório Trans, situado no Distrito Federal, oferece atendimento especializado à população trans em suas demandas específicas de saúde. Uma equipe multidisciplinar presta assistência em áreas como psicologia, psiquiatria, serviço social, endocrinologia, fonoaudiologia, ginecologia, urologia, terapia ocupacional, enfermagem e dermatologia. Localizado no Hospital Dia da 508/509 Sul, o Ambulatório Trans tem como objetivo assegurar à população trans o acesso integral à saúde pública, contando com uma equipe multiprofissional que realiza acolhimento e avaliação médica e social. O Ambulatório busca viabilizar o acesso a uma saúde integral para a população trans em todas as etapas do processo de transição (ONUBR, 2019).

O atendimento inicial é feito por meio de grupos de acolhimento. Após o acolhimento, as pessoas são encaminhadas para uma entrevista com profissionais de psicologia, serviço social, medicina ou enfermagem. Essa consulta inicial é agendada. Após a entrevista, há o encaminhamento para atendimento com os demais profissionais, também mediante agendamento. O atendimento é garantido para pessoas trans com mais de 18 anos e ocorre na Asa Sul, Entrequadra Sul 508/509, Brasília, DF, 70200-050. O horário de funcionamento é das 07h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, no Hospital Dia. Para agendar o atendimento, é necessário comparecer ao endereço e se informar sobre a data da próxima reunião de acolhimento (ONUBR, 2019). Informações adicionais podem ser obtidas pelo telefone da recepção do hospital - (61) 3242-9407, ou pelo celular institucional do ambulatório, que também funciona como WhatsApp: (61) 9.9193-6470. É importante ressaltar que, embora o ambulatório ofereça serviços de saúde, ele não faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mas sim do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, ele pode e deve atuar de forma integrada com a rede socioassistencial.

Repúblicas LGBTQIPA+ do Distrito Federal – DF

Em 2021, foi estabelecida a primeira República LGBTQI+, composta por três unidades. As Repúblicas são um serviço que proporciona proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas com mais de 18 anos em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social, que tenham laços familiares rompidos ou extremamente fragilizados e que não possuam condições de moradia e sustento próprio.

O atendimento tem como objetivo auxiliar na construção e no fortalecimento de vínculos comunitários, na integração e participação social, e no desenvolvimento da autonomia dos atendidos. O serviço é desenvolvido em um sistema de autogestão ou cogestão, permitindo a progressiva autonomia e independência de seus moradores. Nas Repúblicas, há uma equipe técnica de referência que auxilia na gestão coletiva da moradia (administração financeira e funcionamento), no acompanhamento psicossocial dos usuários e nos encaminhamentos para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e de outras políticas públicas (Brasil, 2009).

Grupo da Diversidade - Sistema Único de Saúde (SUS) Adolescente/DF.

O Adolescente oferece um grupo de atendimento específico para adolescentes que enfrentam sofrimento relacionado à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Esse grupo, conduzido quinzenalmente por uma equipe multiprofissional, funciona como um espaço de apoio e discussão. O Adolescente, como centro de referência, pesquisa, capacitação e atenção à saúde do adolescente em seu contexto familiar, busca o atendimento integral de jovens em seu pleno desenvolvimento, considerando suas potencialidades. Atende adolescentes em processo de afirmação de gênero, bem como adolescentes LGBTIQPA+ que vivenciam conflitos ou sofrimento relacionados à sua sexualidade (Nepomuceno, 2023).

A adolescência é uma fase de transformações significativas, que frequentemente demanda acompanhamento de serviços de saúde e educação, pois pais e/ou responsáveis podem não estar preparados para compreender as mudanças inerentes a esse período e suas possíveis implicações. O Adolescente foi criado há quase duas décadas para oferecer atendimento especializado a jovens com sofrimento mental decorrente de questões como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dificuldades de aprendizagem, questões de orientação sexual e identidade de gênero, quadros depressivos e ideação suicida, violência física e/ou sexual, entre outros. Adolescentes em cumprimento de medidas protetivas também são atendidos no Adolescente. Este centro é o único serviço desse tipo em todo o país. Replicar essa experiência em outras cidades brasileiras poderia contribuir significativamente para a melhoria do atendimento à população LGBTIQPA+ (Nepomuceno, 2023).

O Adolescentro conta com profissionais de psicologia, serviço social, enfermagem, fonoaudiologia, terapia ocupacional, além de médicos especialistas em pediatria/hebiatria, neurologia, psiquiatria e saúde pública, promovendo um cuidado integral em uma perspectiva biopsicossocial. As abordagens são multiprofissionais e se estendem aos responsáveis, que são acolhidos em suas dificuldades e orientados para fortalecer a rede de proteção aos jovens. Os atendimentos são individuais e/ou em grupos (de entrada e terapêuticos), acompanhados por dois profissionais e estudantes de diversas áreas (Nepomuceno, 2023).

Entre os grupos terapêuticos, o Adolescentro criou o Grupo da Diversidade, em novembro de 2015, com o objetivo de abordar questões relacionadas à saúde de jovens LGBTIQPA+ na perspectiva do fortalecimento da cidadania e do debate sobre temas como sexualidade, gênero, intolerância e discriminação. Essas questões podem desencadear nos adolescentes baixa autoestima, depressão e diferentes formas de violência. As atividades do grupo ocorrem quinzenalmente, às quartas-feiras, alternando-se com atendimentos individuais aos membros ou a seus familiares. Nas outras quartas-feiras, são agendados acolhimentos de jovens e/ou familiares com demandas relacionadas à sexualidade LGBT. Estudantes em formação e servidores em treinamento também participam do Grupo (Nepomuceno, 2023).

O atendimento é assegurado a jovens entre 10 e 18 anos, e o Adolescentro está localizado no SGAS II St. de Grandes Áreas Sul 605 33/34, Brasília, DF, 70200-650. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h. Para agendar o atendimento, é necessário comparecer pessoalmente no horário de funcionamento, com documento de identificação. Para menores de idade, é recomendável o acompanhamento do responsável legal, se possível. O Adolescentro também dispõe de uma farmácia para dispensação de medicamentos. (Nepomuceno, 2023). É importante ressaltar que, embora o Adolescentro ofereça serviços relevantes para a população jovem LGBTIQPA+, ele não faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mas sim do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, é fundamental que haja uma articulação entre o Adolescentro e a rede socioassistencial para garantir um atendimento integral a esses jovens.

Grupo de Apoio Psicológico às Pessoas TRANS – Hospital Universitário de Brasília (HUB)

O Hospital Universitário de Brasília (HUB) atende a população trans desde 2004, quando abriu o programa para transexuais em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), onde eram realizadas as cirurgias. Atualmente, o HUB também possui uma parceria com o Hospital Regional de Taguatinga (HRT) para consultas endocrinológicas. O HUB também conta com atendimento para pessoas com histórico de abuso de drogas/álcool e pessoas vivendo com HIV/AIDS. O HUB ainda não realiza cirurgias de redesignação sexual. O atendimento psicológico é a porta de entrada para o atendimento de pacientes trans. Existem grupos destinados somente a homens trans e também grupos mistos, compostos por homens trans e por mulheres trans e travestis. Uma vez sendo paciente do HUB, a pessoa pode ser atendida e encaminhada para qualquer especialidade, inclusive ginecologia, urologia, dermatologia, odontologia, psiquiatria e etc. Além das consultas, o/a/e paciente também pode realizar exames de sangue e de imagem. Todos os atendimentos estão sujeitos à disponibilidade do serviço. O HUB também atende menores de idade, porém de modo individual. Os grupos são quinzenais. Hoje, há mais de 50 pacientes trans em atendimento no HUB e cerca de 50 pacientes na lista de espera. Existem grupos abertos de fluxo contínuo (qualquer pessoa pode participar) e os fechados (só para as pessoas inscritas). As inscrições são abertas sazonalmente. Entre em contato para saber mais sobre o calendário e formas de atendimento. O atendimento é aberto a toda a população. Nesse sentido, esse Grupo acompanha pessoas em conflito de gênero, na busca de cuidados em alguma fase do processo transexualizador. No caso da necessidade de cirurgia de redesignação sexual, as pessoas são encaminhadas via institucional a serviços em que tais cirurgias já acontecem, como o da cidade de Goiânia, já citado acima.

Pró Vítima – DF / Secretaria de Justiça

Os serviços do Programa Pró-Vítima são oferecidos gratuitamente a todas as vítimas de violência e seus familiares, sem distinção de idade, identidade de gênero ou condição social, e não exigem comprovação de renda. O atendimento no Pró-Vítima é realizado por uma equipe técnica composta por psicólogos e assistentes sociais, em núcleos localizados nas Regiões Administrativas de Ceilândia, Guará, Paranoá, Planaltina, Taguatinga e Plano Piloto (na antiga Rodoferroviária) (Domingos, 2021).

Coordenação de Proteção e Promoção de Diversidade Sexual – Promoção dos Direitos Humanos/Secretaria de Justiça do Distrito Federal.

Vinculada à Subsecretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Justiça do Distrito Federal, a unidade tem como foco a articulação entre diferentes instituições. Sua missão é articular, fomentar, propor, orientar e monitorar políticas públicas e ações que promovam e protejam os direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), visando promover a cidadania, combater a discriminação e garantir o acesso aos direitos sociais desse grupo (Domingos, 2021).

Instituto LGBTQ+ - Política Cultural

Instituto de Cultura, Arte e Memória LGBTQ+ promove ações em pesquisa, difusão cultural, preservação do patrimônio e assistência comunitária, visando garantir os direitos culturais da população LGBTQ+ e o acesso à sua cultura, arte e memória. Para ampliar seu impacto, o Instituto pode articular-se com diversas políticas públicas. Na área da cultura, pode buscar parcerias com órgãos públicos para financiamento de projetos e inclusão da produção cultural LGBTQ+ em programas de fomento. Na educação, pode estabelecer convênios para formação de professores e inclusão da temática nos currículos. Com a assistência social (SUAS), pode encaminhar pessoas LGBTQ+ em vulnerabilidade e promover ações conjuntas. Na área de direitos humanos, pode colaborar com órgãos de defesa e participar de conselhos. Com a saúde (SUS), pode promover ações de saúde integral. No patrimônio, pode articular ações de preservação com órgãos especializados. Essas articulações, por meio de editais, convênios e participação em conselhos, integram as ações do Instituto às políticas públicas, potencializando seu alcance.

3. RECONHECIMENTOS DAS IDENTIDADES E INTERSECIONALIDADES

Esta seção se dedica a apresentar as narrativas de duas co-participantes, cujas experiências de vida como pessoas trans negras, ciborgues e não binárias iluminam as complexas intersecções de opressão que moldam suas identidades e trajetórias. Através de entrevistas em profundidade, adotando o ponto de vista feminista enquanto conhecimento situados (Haraway, 1995), buscamos dar voz a essas subjetividades, historicamente silenciadas e marginalizadas, e analisar como as múltiplas formas de discriminação se entrelaçam e se manifestam em suas vidas cotidianas. As entrevistas, realizadas em ambiente seguro e acolhedor, seguiram um roteiro semiestruturado, permitindo que as co-participantes, a partir da abordagem sociopoética e pretagógica (Petit, 2015), compartilhassem suas vivências de forma livre e autêntica, abordando temas como identidade de gênero, racialidade, relação com a tecnologia, experiências de violência, estratégias de resistência e perspectivas de futuro. A análise das entrevistas se baseará em uma abordagem qualitativa, interpretativa e crítica, buscando identificar padrões, contradições e nuances nas narrativas, e relacioná-las com os referenciais teóricos apresentados nas seções anteriores.

Para compreender a complexidade das experiências das co-participantes, é fundamental introduzir o conceito de interseccionalidade. Cunhado pela jurista e ativista negra Kimberlé Crenshaw, o termo descreve como diferentes sistemas de opressão, como racismo, sexismo, transfobia, classismo e capacitismo, se interconectam e se sobrepõem, criando formas únicas de discriminação e marginalização, embora o conceito já viesse sendo utilizado pelas feministas negras brasileiras antes mesmo da criação do termo (Akotirene, 2019). No contexto desta pesquisa, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica crucial para entender como a identidade de gênero, a racialidade e a relação com a tecnologia se entrelaçam nas vidas das co-participantes, gerando experiências específicas de vulnerabilidade e resistência. A interseccionalidade nos permite ir além de uma análise fragmentada das opressões, reconhecendo que elas não operam de forma isolada, mas sim em conjunto, moldando as identidades e as oportunidades de cada indivíduo.

No Brasil, a transfobia, infelizmente, é uma realidade brutal e persistente. O país lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans, e essa violência é agravada quando interseccionada com outras formas de opressão, como o racismo. Pessoas trans

negras, em particular, enfrentam um risco desproporcional de violência, exclusão social, pobreza e acesso limitado a serviços de saúde e educação. A transfobia interseccional se manifesta em diversas esferas da vida, desde a violência física e verbal nas ruas até a discriminação no mercado de trabalho, na escola e nas instituições de saúde. Essa violência sistemática e estrutural impacta profundamente a saúde mental, a autoestima e as perspectivas de futuro das pessoas trans negras, limitando seu acesso à cidadania plena e ao exercício de seus direitos fundamentais.

A condição de ciborgue, entendida aqui como a integração entre corpo e tecnologia, adiciona outra camada de complexidade à experiência das co-participantes²³. Em um mundo cada vez mais digitalizado, a tecnologia pode ser tanto uma ferramenta de empoderamento e expressão da identidade, quanto um espaço de vigilância, controle e violência. Para pessoas trans não binárias, a tecnologia pode oferecer possibilidades de construção de identidades fluidas e de conexão com comunidades de apoio, mas também pode expô-las a novas formas de discriminação e exclusão online. A navegação entre esses dois polos – o mundo virtual e o mundo real – exige das co-participantes uma constante negociação de suas identidades e uma adaptação contínua às exigências e aos perigos de cada ambiente.

As entrevistas com as co-participantes não são *fontes de dados* para esta pesquisa – pois, para a sociopoética, quem intervém na pesquisa não é um objeto que produz dados (Gauthier, Adad, 2020; Petit, 2015) –, mas sim vozes que ecoam a resistência, a resiliência e a criatividade de pessoas trans negras ciborgues não binárias no Brasil. Ao dar centralidade a essas narrativas, buscamos não apenas compreender as complexidades de

²³ Na sociopoética, o “co-pesquisador” é um colaborador ativo em todas as fases da pesquisa, desde a definição do problema até a análise dos resultados, diferentemente do papel passivo de “sujeito” em metodologias tradicionais. Essa abordagem, defendida por autoras como Sandra Haydée Petit e Shara Jane Adad, estabelece uma relação horizontal e dialógica entre pesquisador e co-pesquisador, baseada na troca de saberes e experiências. O conhecimento é construído coletivamente, valorizando tanto os saberes acadêmicos do pesquisador quanto os saberes experienciais e cotidianos dos co-pesquisadores. A pesquisa é vista como um processo de co-criação, onde os co-pesquisadores são reconhecidos como especialistas em suas próprias vidas. A sociopoética valoriza saberes não acadêmicos (populares, corporais, emocionais, artísticos) e utiliza processos criativos e expressivos, como a produção artística e a contação de histórias, para acessar e expressar o conhecimento. Essa abordagem tem um compromisso ético e político com a transformação social, buscando melhorar as condições de vida dos co-pesquisadores. O processo de pesquisa, em si, é uma intervenção que promove reflexão crítica, empoderamento e novas formas de ação. O pesquisador não é um observador neutro, mas um participante implicado, que também se transforma. Em suma, o co-pesquisador é um parceiro ativo na produção de um conhecimento democrático, relevante e transformador, rompendo com as hierarquias tradicionais da pesquisa. (Gauthier, Adad, 2020; Petit, 2015)

suas experiências, mas também contribuir para a construção de um conhecimento mais inclusivo, diverso e comprometido com a transformação social. A escuta atenta e respeitosa dessas vozes é fundamental para desconstruir estereótipos, combater a transfobia interseccional e construir uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, raça ou sexualidades.

Viviane Vergueiro destaca, ainda, o quanto:

Nossas resistências se fazem destas dores, destas memórias trágicas de passados e presentes, e também das memórias que vamos produzindo a cada momento: nossas existências e nossos corpos, sobreviventes a racismos e cissexismos interseccionalmente localizados, produzem as histórias, afetos e esperanças que perfuram o véu higienista+elitista branco+cisgênero e mostram que, sim, a história é nossa. Apesar de todos pesares (Vergueiro, 2015, 219).

Sendo assim, é impossível que este trabalho de dissertação não dialogue com as interseccionalidades e reconhecimento das identidades TransAfrorreferenciadas Ciborgues para analisar os resultados dos dados que as co-pesquisadoras e co-pesquisadores construímos sem hierarquias, partindo dos pressupostos das nossas dores, amores, sorrisos, acessos, critérios de justiça e eliminação da cisheteronormatividade compulsória e quaisquer outras formas de Transgenocídio que atravessam nossos corpos dissidentes todos os dias.

3.1. Resultados e discussão

3.1.1. Ciborguismo de gênero e a realidade híbrida: diálogos sociopoéticos entre co-pesquisador Kayodê e co-pesquisadoras Nefas e Jeff

Retomando os objetivos específicos e dialogando com os aspectos já apresentados na metodologia me ative a responder como se dão as compreensões em relação ao acesso das pessoas transgêneras às políticas públicas de direitos humanos.

Analisei, assim, o apagamento e não reconhecimento das pessoas transgêneras no acesso às políticas públicas e políticas específicas para o seguimento das pessoas TRANS Afrorreferenciadas Não Binária Ciborgue.

Elaboramos mecanismos de acesso, por meio do mapeamento, descrevendo as políticas públicas de direitos humanos para pessoas TRANS Afrorreferenciadas Não

Binária Ciborgue, como estratégia de enfrentamento aos desafios evidenciados no que se refere ao acesso às políticas públicas.

Criamos com o outro co-pesquisador Trans e Pansexual, Gustavo Bryan, um Site ofertando uma Cartilha Virtual de Serviços Especializados para Pessoas TRANS no Distrito Federal, sobretudo garantindo as especificidades das demandas da população Trans Afrorreferenciadas Não Binária Ciborgue²⁴.

Elaboramos, ainda, um site intitulado TRANS SERVIÇOS e cartilha conforme o link: <<https://transservicos.info/>>, com o objetivo de sensibilização para pessoas que atuam na perspectiva e garantia de direitos humanos nas políticas públicas, para promoção do acesso integral e universal e bem como, ainda, a divulgação da Rede de Serviços – Políticas Públicas do DF existentes para Pessoas TRANS, garantindo a especificidade para pessoas TRANS Afrorreferenciadas Não Binária Ciborgue.

Esse aplicativo elaborado conjuntamente com o co-pesquisador, Gustavo Bryan, objetiva também diversificar a possibilidade de ofertar mecanismos de acesso, compatíveis/adequados/adaptados às tecnologias recentes de comunicação com a sociedade contemporânea. A criação do site foi acreditando que no mundo atual as pessoas têm maior proximidade com aparelhos de celulares, refletindo sobre o processo da democratização da tecnologia e mundo virtual na palma da mão.

Desse modo, para a referida pesquisa foram entrevistadas duas pessoas TRANS não binárias ciborgue negras, e elas refletiram a importância da recusa ao anonimato durante a pesquisa, também como categoria de análise e como ato político o fato de serem identificadas, dialogando com a perspectiva de sermos protagonistas das nossas histórias e vivências.

Ao longo da análise de dados terão alguns registros de suas vivências e trajetórias ponderando as especificidades de cada, da Sra. Nefas Gabriel Santos e da Sra. Jeff Cardolli. Todo o processo foi realizado após a assinatura do Termo Livre Consentido, adotando os devidos cuidados éticos, para utilização das falas e imagens de arquivos diversos (ativismos, pessoais, familiares...)

²⁴ O site se inspira no projeto que produziu a Cartilha Páginas Trans. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Paginas-trans=guia-de-acesso-a-direitos.pdf

Todas as entrevistas (Apêndice IV) foram *TRANScritas* pelo pesquisador negro TRANS do INESC- Instituto de Estudos Socioeconômicos Jorge Gaia, por ser uma pesquisa toda pensada e elaborada por pessoas trans, na perspectiva da *TRANSafrorreferencialidade*.

As entrevistas aconteceram de modo não-diretivo considerando suas narrativas biográficas, garantido os lugares de fala e suas histórias de vida, dialogando com a pretagoria e sociopoética de Sandra Petit. Outro ponto crucial utilizado em toda pesquisa é a fuga às perspectivas engessadas ocidentais, trabalhando com as perspectivas decoloniais, bebendo em múltiplos métodos de análise transafrofeministas, e feita de forma conjunta e horizontal.

Para tanto, as mesmas foram protagonistas de todo o processo durante as entrevistas e foram Co- Pesquisadoras, como aspecto metodológico para análise das suas falas - pondero que os dados apresentados são a essência da sua história de vida, subjetiva e única. A proposta adotada aqui foi de que “PESSOAS TRANS NÃO BINÁRIAS CIBORGUES” não foram e nunca seriam objeto de pesquisa da presente dissertação, mas sujeito/a/e participante, visto que será considerado seu lugar de fala na perspectiva da mudança de paradigmas, na produção científica e seremos pesquisadores/as juntas/as.

Sendo assim, o Roteiro de Entrevistas foi pensado a partir de sete (07) perguntas motivadoras sobre sua história de vida, para a presente dissertação:

- 1.) Breve Apresentação;**
- 2.) Como é a vivência de uma pessoa trans não binária no DF?;**
- 3.) Você em algum momento da sua vida já refletiu sobre ser trans não binária ciborgue, se sim porquê?;**
- 4.) Aqui no Distrito Federal, você foi bem acolhida e teve sua identidade de gênero – TRANS não binária ciborgue respeitada nos serviços públicos que acessou? Serviços tais como: CRAS, CREAS, Psiquiatria Ambulatório de Gênero do HMIB, Ambulatório TRANS... E demais outros. . . .**
- 5.) Tem algum serviço no DF que você sente que acolhe as pessoas Trans não binárias ciborgues?**
- 6.) Caso não tenha, como poderíamos construir espaços nas Políticas Públicas que respeitem as identidades de gênero Trans não binárias ciborgues?**
- 7.) Dentro dessa possibilidade de sua existência enquanto pessoa Trans não binárias ciborgue qual o seu maior sonho?**

Para tanto, antes de iniciar os pontos que foram analisados e observados nas entrevistas com as co-pesquisadoras sinalizo que os títulos de apresentação das análises dos dados foram criados e construídos por elas.

Diálogos sociopoéticos entre co-pesquisadoras: Nefas Gabriel Santos Pereira, Jeff Cardolli e co-pesquisador Kayodê da Silva Silvério

Para iniciarmos esses diálogos sociopoéticos, apresentamos a seguir as autobiografias das co-autoras, descrevendo as informações sobre as suas caminhadas, trazendo o que as mesmas consideraram importante compartilhar, para compreendermos as suas trajetórias:

“Sou Gabriel Santos Pereira, licencianda em Computação pela Universidade de Brasília (UnB), pessoa trans não binária, preta, pansexual, vegana, autista e ativista em Direitos Humanos, com atuação interseccional nas pautas LGBTQIAPN+, raciais, étnicas, neurodivergentes e de pessoas com deficiência. Integrei as coletivas Corpolítica, Afrobixas e a União Libertária de Pessoas Trans e Travestis (ULTRA), além de participar de projetos de extensão como “Pensamento LGBTI+ Brasileiro: Cultura é (Re)existir, Memória é (Re)inventar”, “Vivência Ballroom da UnB” e “Tech5”, com foco em arte, cultura, educação e tecnologia.

Minha trajetória envolve experiências em pesquisas sobre diversidade nos jogos digitais, ações de extensão universitária voltadas a gênero, raça, sexualidade e etnia, bem como participação em estudos sobre educação e as vulnerabilidades de pessoas trans e travestis. Atuei também na co-organização de eventos acadêmicos e culturais voltados para corpos dissidentes, além de colaborar com iniciativas de inclusão e acessibilidade em contextos educacionais e tecnológicos.”

- Nefas: “do latim que significa literalmente “não certo” (errado)”. Também pode significar pecado, algo que vai contra as leis divinas, provocando a ira dos deuses, algo terrível, que é proibido.

O interessante é que minha não binariedade me foi dada assim: como eu fui designada ao nascer homem, pessoas me designaram enquanto pessoa não binária, me leram assim. Só depois de algum tempo que eu fui saber dessas outras possibilidades de não ser homem também. Então, foi assim que eu me achei. Por que eu vim de um sofrimento de me colocarem em um lugar de gênero onde eu não me encaixava na pessoa homem. Então durante toda minha trajetória de infância e adolescência foi muito sofrido, porque eu via os meninos e as pessoas masculinas e eu não chegava nem perto daquilo que se espera de mim e do que me exigiam. E aí me questionaram se eu não seria mulher. E daí em um determinado momento da minha vida pessoas me leram enquanto não binária... (Nefas).

Já nesta abertura percebemos uma conexão entre a fala da co-pesquisadora Nefas com o que nos ensina Oyeronke Oyewumi (2021). A fala de Nefas sobre como sua identidade não binária foi “dada” por outras pessoas e como ela se sentia deslocada das expectativas de gênero desde a infância, demonstrando que essas expectativas, assim como o gênero são construções sociais, e não um determinismo biológico. A fala de Nefas se relaciona à crítica de Oyewumi à imposição de papéis de gênero binários, que não correspondem às vivências de muitas pessoas, como as pessoas trans não binárias.

Com isso, percebe-se, via essa leitura da fala de Nefas pela abordagem de Oyewumi (2021), que estamos diante da necessidade de descolonizar as compreensões sobre gênero, reconhecendo a diversidade de identidades e expressões que existem para além do binarismo ocidental essencializado. Nesse cenário, a crítica de Oyewumi ao binarismo de gênero oferece um importante arcabouço teórico para a luta por direitos e reconhecimento das pessoas trans não binárias. Ela contribui para desconstruir preconceitos, legitimar identidades marginalizadas e questionar as estruturas de poder que sustentam a transfobia e a exclusão.

Seguindo: dentre as perguntas suscitadas no roteiro de entrevistas acima, referente às vivências de Pessoas TRANS não binárias ciborgues, alguns aspectos sociais, culturais, políticos, diaspóricos, sexistas, classistas, sócio-históricos e neocoloniais

racistas, podem ser destacados para embasamento das reflexões a partir das falas:

- a.) Como as pessoas trans ciborgues compreendem a possibilidade real de existir em um universo muito particular, por muitas ocasiões incompreendido dentro das especificidades de acessar as Políticas Públicas no DF, que tenham respeito e saibam dinamizar as compreensões de pertencimento identitário no que diz respeito à cidadania.
- b.) Há compreensão por parte dos/as/es profissionais o que são pessoas TRANS ciborgues?
- c.) Nesse contexto de compreender as mais novas variedades e possibilidades de construção e desconstrução de identidades de gêneros diversas e dissidentes, existe violações de direitos estruturais ou por vezes nem compreendidas e totalmente apagadas. O que ainda é possível fazer...?
- d.) Que lugar queremos ocupar? O que é respeito? Como podemos TRANSororizar/TRANSdororizar o AMOR, o respeito e a luta por sobrevivência de Pessoas TRANS?

Neste ponto, importante destacar que a *sororidade* é um conceito central no feminismo contemporâneo, também utilizado no feminismo negro decolonial, representa um compromisso ético, político e prático. Trata-se da vivência de relações positivas e saudáveis entre mulheres, construindo laços existenciais e políticos que visam eliminar as diversas formas de opressão e promover o apoio mútuo para o empoderamento individual de cada mulher. A sororidade implica em uma consciência crítica da misoginia, e em um esforço individual e coletivo para desconstruir a cultura e o pensamento misóginos, transformando as relações entre mulheres em laços de solidariedade (Ríos, 2012, p. 543).

Desta forma, ao apresentar esse conceito de *sororidade*, que utilizo de forma decolonial e interseccionando com as vivências TRANS, e ponderando que vivemos, sim, *TRANSororidades*.

Destaco, ainda, a perspectiva de *Dororidades e TRANSdororidades*, em diálogo com a obra “Dororidade” de Vilma Piedade (2019), a autora não busca comparar o sofrimento de mulheres negras com o de mulheres brancas, pois considera a dor incomensurável. Seu conceito visa, na verdade, complementar a noção de sororidade, que,

segundo ela, não abarca completamente a experiência da “pretitude”. Piedade (2019) explica que a sororidade, derivada do latim “sórór” (irmãs), propõe que o feminismo se baseie no apoio e união entre mulheres.

A dororidade, por sua vez, remete à dor e ao sofrimento que caracterizam as vivências de mulheres negras na diáspora africana. Nesse ponto que me inspirei para potencializar a categoria de *TRANSdororidades*, em diálogo com as dores e sofrimentos vivenciados por nós pessoas TRANS em muitos aspectos das nossas vidas.

Assim, considere importante descrever tais categorias, para apresentar esses aspectos destacados para o embasamento das reflexões.

- e.) Como é ser TRANS Não Binário Ciborgue no dia a dia – Centro (Brasília - RACISMO) Periferia (Ceilândia) distanciamento da identidade TRANS nas periferias como por exemplo a Ceilândia, mas o racismo é bem menor em relação as pautas de vivências TRANS;
- f.) Como se dão os acessos e atendimentos nas Políticas Públicas – DF (Ambulatório TRANS, CREAS DIVERSIDADE, Saúde da Família (Recanto das Emas Postinho de Saúde), Universidade de Brasília – DIV – Diretoria da Diversidade, Ambulatório de Gênero - HMIB, CRAS, CREAS, etc...
- g.) As caminhadas das trajetórias de vidas, podem impactar diretamente no respeito a esse acesso (Políticas Públicas), mas não pode ser colocado como a totalidade populacional de pessoas TRANS Não Binárias do DF;
- h.) TRAVIARCADO como ferramenta de resistência e possibilidade de mudanças de paradigmas e outras possibilidades reais e concretas de saber como é o “jogo sujo/ CISTema” da cisheteronormatividade e o impacto concreto na saúde mental de pessoas TRANS;
- i.) Envelhecimento de Pessoas TRANS Não Binárias Ciborgues (sonho)

Breve apresentação: Quem é NEFAS?

Nefas na parte da sua apresentação ponderou que gostaria de eternizar e registrar seu nome, para dar visibilidade à resistência política dos nossos corpos dissidentes, que estão em constantes mudanças e informa que pretende brevemente fazer a retificação de nome e gênero.

Nefas se denomina como uma pessoa não binária, preta, retinta, pansexual, estudante de graduação do curso de Engenharia da Computação da Universidade de Brasília (UnB). Fez parte das Coletivas “CorPolítica” e “AfroBixas” (ambas organizações coletivas da Universidade de Brasília, no início do século XXI), surgidas no contexto universitário atuando por reivindicações de direitos de estudantes LGBTQIPA+.

Desse modo início essa primeira parte com NEFAS, expondo que o Direito ao Nome é um princípio basilar para a existência humana, e que para as pessoas TRANS o direito ao nome é muitas vezes aonde acontecem as primeiras violações.

O nome é a nossa primeira identidade, a primeira apresentação e o que diferencia em público. Ter um nome que não condiz com seu gênero, é muito violento no dia a dia das pessoas TRANS. O nome civil²⁵ representa uma pessoa que ela não é mais, e destaco que na realidade o dito “nome social” é o nosso nome, que nós utilizamos para assegurar direitos sociais e civis, em busca de garantir o direito à cidadania e reconhecimento da nossa identidade de gênero, fazendo-se necessário, assim, desconstruir essa visão binária acerca dos nomes existentes no mundo.

Um dos primeiros aspectos em busca de entendimento das vivências TRANS é o desejo de ser chamado por um nome que represente o gênero da “transição” ou não, podendo ser pensadas outras nomenclaturas que não têm congruência com o nome que lhe fora atribuído no momento do nascimento, o tal do nome “civil”. Desta forma para nós, pessoas TRANS, este “nome civil” passa a não ser mais reconhecido por nós, Trans, enquanto o nome da pessoa, mas sim o dito “nome social” que, para nós, é o nosso nome.

Ressalto, ainda, a violação de direitos específica enfrentada por pessoas trans quando seu nome, muitas vezes referido em políticas públicas como “nome social”, é questionado ou não é reconhecido como legítimo, chegando-se, em casos extremos, à acusação de “falsidade ideológica”. A mudança de nome pode estar relacionada ao desejo de adequação à identidade de gênero e às transformações corporais, mas é importante

²⁵ A necessidade de individualização do ser humano no seu meio social fez com que o instituto do nome civil ganhasse importância ao longo da história, até ser positivado nas principais legislações. É indiscutível a necessidade de cada indivíduo ser identificado socialmente. O nome civil é o atributo da personalidade que confere a cada pessoa (natural ou jurídica) o direito à individualização. Fonte: <https://jus.com.br/artigos/59065/o-nome-civil-e-seus-aspectos-fundamentais>

frisar que nem sempre as mudanças corporais são um pré-requisito para a alteração do nome.

Ao adotar um novo nome, a pessoa trans pode passar a ter duas designações: o nome civil, que consta no registro oficial, e o nome social, escolhido pela pessoa de acordo com sua identidade.

O nome social é um instrumento jurídico que contribui para a integração dos direitos da personalidade, protegendo a identidade do indivíduo e legitimando o exercício da cidadania. Posteriormente, pessoas trans podem iniciar o processo legal de retificação de nome e/ou gênero, se assim desejarem, compreendendo que todos esses procedimentos são direitos garantidos por lei. No contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o respeito ao nome social é fundamental para garantir o acesso e o atendimento digno e não discriminatório à população trans.

A nomenclatura utilizada pela pessoa também expressa as relações de gênero. Quando se trata da população trans, há o desejo de ser identificada de acordo com sua identidade de gênero (através do nome social), mesmo que seus documentos civis ainda não reflitam essa identidade.

Breve apresentação: Quem é Jeff Cardolli?

Eu me chamo Jeff e tenho 28 anos, sou de aquário, acho importante, aquelas, eu sou formada em direito pelo centro universitário Planalto do Distrito Federal, atualmente faço mestrado também em direito na Universidade de Brasília e eu pesquiso violência contra pessoas trans, é especificamente homicídios e outros tipos de morte, né? Outro... outras epistemologias de morte, sim é, eu sou atuante no movimento social, é de pessoas Trans, eu participo da ULTRA, que é a União Libertária de Pessoas Trans e Travestis aqui no Distrito Federal e também já compus coletivos LGBTs que tinham como premissa a liberdade de gênero, de orientação sexual e identidades sexuais, é como a Corpolítica e outras coletivas, né, que eu ajudei a construir a fazer parte. Durante a minha trajetória na graduação e agora na pós-graduação, eu ando um pouco afastada dos movimentos por conta, enfim, da vida adulta, né? Vai chegando os boletos e, enfim, a gente deixa para as novinhas, né? Que estão chegando... darem continuidade ao que a gente estava a construir né. (Jeff Cardolli)

Em relação às construções da identidade de gênero não binária Jeff reflete sobre o percurso dos processos experienciados, na perspectiva das expressões de gênero e autodeterminação:

Eu sou uma pessoa não binária de gênero, eu gosto de dizer que gênero é bicha ou viada! É que são as identidades brasileiras, né? Que as pessoas utilizavam como injúria ou como uma tentativa de deslocar o meu corpo, de deslocar a minha... a minha expressão é de gênero, mais afeminada e também a minha forma de me enxergar e de lidar comigo mesma é, e através dessa injúria que a gente dentro do... dos movimentos e da vida mesmo, vai tentando ressignificar algumas coisas, eu costumo dizer que a minha primeira identidade de gênero né, dentro da não binaridade, ela foi construída através da bichice da viadice né, da... da afeminada, do local de afeminada que eu ocupei e ocupo durante uma boa parte dos meus processos, é de experiência mesmo, enquanto uma pessoa não binária, ham e eu acredito que isso é... seja um diferencial também da própria identidade que compõem, é a não binaridade de gênero, né de... da possibilidade do diálogo entre expressões de gênero e também de autodeterminação da pessoa e, enquanto ela também se reconhece como pessoa Trans, o quanto ela busca também fazer alterações ou não dentro dos limites corporais, aquelas submetidas no decorrer da trajetória de sua vida ou por opção dela realizar essas mudanças, mas também..., mas tendo sempre como premissa a importância de reconhecer também o meu local e o meu papel dentro da sigla, né? É de pessoas Transgêneras a de Travestis que é... possuem divergências e diversidades entre si, e que também é preciso se pensar, né? O local que o nosso corpo, que o nosso corpo ocupa dentro das reivindicações que a gente tenta realizar, nos processos que a gente vai construindo (Jeff Cardolli).

Neste trecho a co-pesquisadora reflete acerca dos deslocamentos para negar direitos nos órgãos públicos e demais esferas da vida, contextualizando e aprofundando o debate acerca dos limites:

E tendo essa compreensão apesar de me identificar enquanto pessoa Trans não binária, em diversos espaços obviamente né, o meu corpo, assim como é deslocado para me negar alguns direitos, ele também é utilizado para me cercear também da minha... da minha identidade nos espaços em que eu ocupo né, independente de quais espaços sejam, não só nos espaços públicos e órgãos públicos, mas também dentro do próprio movimento LGBT e também dentro do movimento Trans, que são outros locais de... de

disputa que a gente realiza o tempo inteiro, né? Então, a todo momento a gente que é dissidente de gênero é, de alguma forma também enquanto pessoas Trans, estamos o tempo todo nos colocando em um... em um, não em um local de autodeterminação, porque não é sobre isso, mas de reafirmar que a nossa identidade está para além das aparências do dia-a-dia ou com como a gente se reconhece, o que que a gente quer abdicar ou não, e do quanto esses processos podem ou não ser violentos para muitas de nós e que as vezes até mesmo dentro do nosso próprio meio, né? LGBT especificamente movimento Trans a gente encontra alguns diálogos difíceis, é para ter com a população T e também muito mais com a população cis, obviamente, mas eu queria destacar porque eu vejo muito obstáculo né, dentro de alguns espaços que eu frequento através de comentários e, enfim, temos pejorativos em relação a minha identidade, que de certa forma também atravessa a minha vida e o que eu sou, né?

Então, dentro da minha questão, e minha relação enquanto pessoa Trans não binária, eu também gosto de trazer esse, essa pequena contextualização, porque eu acho que é importante a gente se aprofundar mais sobre... também essas questões de gênero de uma forma que não fique apenas no “como eu sou, como eu me identifico”, mas também o que eu observo dentro dos limites que a nossa identidade ela corresponde, e também questionar esses limites, não a partir do limite que eu tenho, mas também de quem limita, né? Porque se não, a gente vai recorrer em falsas simetrias para analisar as experiências individuais e individualizantes né, não é que as pessoas têm sobre a nossa identidade e sobre como a nossa identidade realmente é? (Jeff Cardolli).

No Brasil, o direito de pessoas trans utilizarem e serem identificadas pelo nome social foi formalmente estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 8.727, de abril de 2016. Esse direito garante que pessoas trans possam ser identificadas pelo nome social em qualquer documento oficial, mediante solicitação. Este é um avanço importante, porém, é fundamental que, para além dos documentos, o nome social seja respeitado em todos os atendimentos e interações, inclusive no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Quando uma pessoa trans percebe que sua identidade de gênero não corresponde às expectativas sociais baseadas no determinismo biológico, ela se torna consciente das diversas formas de violência a que está sujeita. Este é um momento crucial de reconhecimento da transfobia estrutural que permeia a sociedade (Bento, 2017).

A construção da identidade de uma pessoa trans é um processo fundamental para o reconhecimento de si, ou seja, para a afirmação de seus direitos da personalidade. A busca por dignidade inclui todos os elementos que garantem à pessoa trans o reconhecimento de sua cidadania. O reconhecimento é parte essencial da afirmação de um ser autêntico e legítimo, e a retificação do nome no registro civil é um passo importante nesse processo, mas não o único. O respeito ao nome social, independentemente da retificação, é crucial para a dignidade e o bem-estar da pessoa trans, dentro e fora do SUAS.

O uso do nome social transcende a mera garantia de um direito; é uma forma de validar e consolidar a identidade da pessoa trans, a maneira como ela se apresenta ao mundo, sem que suas escolhas sejam questionadas ou invalidadas. A forma como as pessoas se vestem, se comportam e se expressam reflete suas identidades e o conjunto de características que as tornam únicas. Dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o respeito ao nome social é um passo fundamental para garantir um atendimento humanizado e não discriminatório. (Cerqueira; Denega; Padovani, 2020).

A construção dos valores, crenças e ideias de si e da sociedade, para cada indivíduo, é influenciada por suas vivências, experiências, interpretações e pelos significados atribuídos a esses acontecimentos. O nome carrega um significado profundo, representando esse conjunto de características. Negar o uso do nome social é negar o reconhecimento da identidade da pessoa, o que pode levar a um sentimento de invisibilidade e anulação de sua existência. No contexto do SUAS, isso significa negar o acesso pleno à cidadania e aos direitos sociais. (Cerqueira; Denega; Padovani, 2020).

Ainda durante a apresentação de Nefas, eu enquanto co-pesquisador realizei a seguinte ponderação:

A gente não trabalha naquela perspectiva interessada ocidental, é uma perspectiva metodológica decolonial, que bebe em várias, em vários métodos, né? Os multi métodos afro feministas, e a perspectiva é que você está sendo entrevistada, vai ser entrevistada, mas você entra como co-pesquisadora, então é uma pesquisa que vai ser de forma conjunta né, então tudo que eu escrever depois eu vou passar para você, você pode obviamente, escrever no texto, falar se é por aí mesmo, porque não faz sentido nós continuarmos sendo colocados como... colocados, colocadas e colocades, como

objetos, né? Meros objetos de pesquisa na verdade, nós somos protagonistas das nossas histórias, das nossas vivências, e ocupar esse espaço acadêmico... ainda mais para nós, pessoas Trans pretas, que nem 000000,0001% da população que consegue acessar, né, principalmente academia, imagina a pós graduação, então é para trazer todas essas perspectivas mesmo, de ser algo que dialoga com a nossa realidade, que a gente saiba que é algo real assim, que corta nas nossas vidas, que nos atravessa, e que cria aí novas possibilidades da gente construir o que a gente chama da verdadeira cidadania Trans, não é? Mas é isso, vou começar então a ler aqui o roteiro de entrevista, então, vamos lá (Kayodê Silvério).

A entrevista foi realizada de modo não diretivo, considerando a narrativa biográfica, garantindo o seu lugar de fala, sua história de vida, dialogando com a pretagoria e a sociopoética da Sandra Petit. Para tanto, no momento da entrevista foram introduzidas, como se dariam os aspectos metodológicos para análise dessa pesquisa.

Destacando que os dados apresentados são a essência da história de vida, subjetiva e única, a proposta adotada aqui é que a pessoa Trans não binária, ciborgue, não será objeto dessa pesquisa na presente dissertação, mas sujeito participante da pesquisa, visto que será considerado o seu lugar de fala na perspectiva da mudança de paradigmas para a produção científica, do ponto de vista da vida de nós pessoas Trans.

O roteiro para a presente dissertação foi pensado a partir de sete (07) perguntas motivadoras sobre a história de vida. A proposta inicial foi apresentada previamente para as co-pesquisadoras, para a construção conjunta do roteiro. Desta forma as co-pesquisadoras estiveram a par das perguntas antes do momento da entrevista, com o objetivo de evitar a elaboração de perguntas que fossem invasivas ou que não coubessem, com o intuito de adotar os cuidados éticos durante todo o processo de pesquisa.

Após a elaboração conjunta e adoção dos cuidados éticos iniciamos as perguntas acerca da apresentação, dando seguimento aos aspectos relacionados às vivências de uma pessoa Trans Não Binária no Distrito Federal-DF.

Como é a vivência de uma pessoa Trans não binária no DF?

É bem complexo, porque tem que separar o... Brasília, a capital ali, o Plano Piloto da periferia onde eu moro, porque lá eu recebo um tratamento, lá para onde eu ando...

na Universidade de Brasília, é ali pelo Plano né, do que eu recebo aqui na minha periferia que é o Recanto das Emas, ou em outras periferias que eu ando também como Riacho Fundo I, Taguatinga... Taguatinga é periferia? Ceilândia, então enquanto eu estou no Plano, na UnB, as pessoas normalizam a minha identidade, enquanto pessoa não binária, porém, há um maior racismo por eu ser uma pessoa preta. Já na periferia a minha identidade, ela causa um pouco de espanto, como se fosse uma coisa muito anormal né, a minha expressão de gênero. Mas se eu estou conforme, próximo de uma coisa que é... que é esperado de normalidade, de expressão, eu sou mais bem recebida porque há menos racismo²⁶. Então há essa dualidade, onde na parte nobre, há um maior racismo, porém há uma abertura para minha expressão de gênero, e na parte periférica, há um acolhimento maior enquanto pessoa preta, mas há um distanciamento da minha identidade, da minha expressão? Deu para entender? (Nefas).

Aqui percebemos como a fala de Nefas demonstra como a interseccionalidade se manifesta em sua experiência. Nefas explicita como o racismo e a transfobia operam de forma interligada, moldando as vivências de Nefas de maneira específica. Por exemplo, no Plano Piloto, a identidade de gênero de Nefas é “normalizada”, mas ela enfrenta o racismo, o que revela como a transfobia pode ser relativizada em detrimento da raça em determinados contextos. Já nas periferias, a expressão de gênero de Nefas causa “espanto”, mas há um maior acolhimento enquanto pessoa preta, o que demonstra como a raça pode se sobrepôr à transfobia em outros contextos.

²⁶ “O racismo, em virtude da cor da pele e de características fenotípicas, será a marca principal para justificar o tratamento diferenciado para as pessoas que possuem o fenótipo da raça negra. Nogueira (1985), ao fazer um estudo comparativo sobre o preconceito existente no Brasil e nos Estados Unidos, apontou que a cor será a marca principal da identificação racial, colocando as pessoas de um grupo em situação desfavorável em relação ao outro. Para esse autor, o preconceito pode ser identificado em duas modalidades: o preconceito de marca e o preconceito de origem. O primeiro, que ocorre frequentemente no Brasil, está associado ao preconceito de cor e em relação às características físicas, tomando como pretexto os traços físicos, a fisionomia, os gestos, o sotaque, o que determinará um tipo de preterição. Já o segundo, mais comum nos Estados Unidos, define que o sujeito só precisa descender de algum grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito levando a algum tipo de exclusão. A partir de um processo histórico, enfatizado no item anterior, aliado ao mito da democracia racial, desenvolveu-se um racismo institucionalizado na sociedade brasileira que é ao mesmo tempo negado. Isso se dá por conta dos seus mecanismos subliminares que encontram suporte na cordialidade, dando a impressão de que não há racismo neste país, levando à conclusão de que não se deve adotar nenhum tipo de postura frente a tal situação. No Brasil, prevalece como nova forma de expressão do racismo o *racismo cordial*, que é a discriminação em relação às pessoas não brancas, caracterizada por uma cortesia superficial que esconde atitudes discriminatórias que vão se expressar em piadas, ditos populares, brincadeiras, entre outros, sempre de cunho racial” (Pinto; Ferreira, 2014, p. 260-261).

Na contemporaneidade, ser transgênero transcende a vivência individual de uma identidade de gênero; representa uma afirmação política. Essa identidade questiona a ideia de papéis de gênero “naturais” e biologicamente determinados, e busca dar visibilidade a identidades historicamente estigmatizadas e invisibilizadas em espaços sociais considerados “normais”. Pessoas com características pessoais ou sociais associadas a estigmas, sejam eles corporais, psicológicos ou de caráter, frequentemente enfrentam a desumanização, sendo percebidas como menos humanas. A transexualidade, nesse contexto, é uma dessas identidades estigmatizadas (Jesus, 2012e).

Nesse sentido Nefas Gabriel reflete sobre as possibilidades de existências e a potência da coletividade na construção da identidade de gênero a partir do ativismo em diversas áreas, destacando, ainda, o acesso aos coletivos e demais participações nos movimentos sociais:

É meu nome é Gabriel, Gabriel Santos Pereira, sou uma pessoa preta retinta, não binária, pansexual, em determinado momento da vida, onde ele estava explorando as possibilidades do meu corpo, da, da minha expressão, pessoas me leram enquanto uma pessoa não binária, e aí eu nem sabia o que era, aí fui pesquisar, daí entendi que: nossa realmente há outras possibilidades de ser, eu acho que essa possibilidade é a que encaixa, que mais eu me encaixo e foi daí que eu me tornei a primeira não binária do CREAS, famosíssima.

Sou estudante de ciência da computação na Universidade de Brasília, tô numa saga há muitos anos para tentar me formar, porque não é fácil para uma pessoa Trans, preta, periférica, estar num curso, que é um curso muito branco, cis, normativo masculino, né? E é isso, eu sou do signo de Câncer, tenho 26 aninhos... Então, é desde cedo, mais ou menos 2016, eu já estava participando do movimento social enquanto participante de... de ações para jovens periféricos, e aí, quando eu adentrei a universidade, eu pude ter acesso a coletivos e projetos de extensões ligados a gênero, sexualidade, raça, etnia, território, então participei da extensão... da Corpolítica, participei do coletivo Corpolítica também, participei do coletivo Afrobixas, eu participei da instituição ULTRA, que é a União Libertária de Pessoas Trans e Travestis, tive outras participações pontuais em outros locais, fui membra do comitê gestor contra a LGBTfobias na UnB, junto à diretoria da diversidade – DIV, fiz parte do programa transformação da ONU, da segunda edição, foi uma transformada da ONU também,

então eu venho já de alguns anos, já de ativismo junto com instituições governamentais e não governamentais, já participei de campanhas com livres iguais da ONU, já dei entrevista na televisão a afiliada da Globo, do meu jeitinho (Nefas).

Apesar de alguns progressos, e em meio a reações conservadoras, a realidade brasileira, em particular, ainda está longe do ideal proposto por alguns teóricos. A visão de que a revelação da transexualidade de uma pessoa deveria ser motivo de celebração, e não de luto, para ela, seus familiares e amigos, ainda não se concretizou. Essa celebração, quem sabe até mesmo com uma festa, simbolizaria um reencontro da pessoa consigo mesma, um “segundo nascimento” (Jesus, 2012e).

O mundo é um lugar de muita dor. E talvez a busca por justiça nesse mundo não seja por um mundo sem dor, mas um mundo com menos dores possível, de acordo com nossas possibilidades materiais, intelectuais e culturais — e todas estas esferas, elas são dinâmicas através das histórias e culturas e sociedades. Eu acho que alguns abismos são intransponíveis.

O exercício decolonial às vezes é, também, o de conviver com certos abismos, de reconhecer sua existência criticamente. Neste sentido, não se culpando necessariamente pelos abismos, mas sabendo atribuir às normatividades socioculturais a responsabilidade, ou o cerne, da existência desses abismos.

Acredito que o exercício decolonial caminha nesse sentido, de desaprender ou de conviver melhor com as perdas derivadas dos processos coloniais de dominação e inferiorização das gentes. Como podemos refletir sobre as mortes das Travestis que acontecem pelo mundo afora? Das pessoas Trans? Das pessoas de gêneros inconformes, de castas marginalizadas, de tantos corpos marcados por intervenções corporais não consentidas? (Vergueiro, 2015, p. 221).

Ao abordar a identidade, particularmente a identidade negra, é comum observar uma categorização simplista baseada apenas na cor da pele, dividindo as pessoas em negras ou brancas. Essa abordagem reducionista ignora a complexidade da construção identitária (Pinto; Ferreira, 2014).

Para entender a experiência da pessoa negra, como ela se constitui no mundo, desenvolve sua autoestima, autoimagem e sua maneira de existir, é essencial compreender a categoria “identidade” em sua profundidade. Sobre a pessoa negra recai constantemente um olhar que a lembra de sua racialidade; o fato de “ser negro” nunca é esquecido, e outras características individuais são frequentemente ofuscadas pela ênfase em sua pertença racial. A pessoa negra é, antes de tudo, vista como *negra*. Suas ações são interpretadas sob a lente da racialidade. Isso não ocorre com a pessoa branca, cuja identidade, considerada o padrão de normalidade, não é constantemente questionada (Pinto; Ferreira, 2014). Esta é uma questão central para os estudos sobre direitos

humanos, e que se inter-relaciona fortemente com o debate sobre a garantia do acesso a serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a população negra, em especial a população negra LGBTIQPA+.

No que diz respeito à identidade racial, a maioria da população brasileira, tanto negra quanto branca, internalizou o ideal de branqueamento. Esse ideal, muitas vezes inconsciente, influencia a construção da identidade da pessoa negra, enfraquecendo o sentimento de solidariedade e pertencimento ao grupo racial. O ideal de branqueamento também afeta a autoestima, pois pessoas negras internalizam os preconceitos negativos projetados sobre elas e tendem a assimilar os valores culturais do grupo branco dominante. Isso gera um ciclo de desvalorização que precisa ser abordado também em políticas públicas, incluindo as políticas de assistência social (Pinto; Ferreira, 2014).

A sociedade brasileira, historicamente, associou características do branco-europeu à superioridade étnica. Em contrapartida, a pessoa negra é frequentemente vista como o tipo étnico e culturalmente inferior. Essa dicotomia criou uma escala de valores, um “gradiente étnico”, onde pessoas com características mais próximas do tipo branco tendem a ser mais valorizadas, enquanto aquelas mais próximas do tipo negro tendem a ser desvalorizadas e marginalizadas. Essa dinâmica histórica gerou a crença de que a miscigenação seria um caminho para a ascensão social e o maior respeito da população negra, uma ideia problemática que precisa ser desconstruída (Pinto; Ferreira, 2014).

A violência sexual contra mulheres negras e indígenas durante o período colonial é um elemento fundamental na construção do mito da democracia racial, amplamente difundido no Brasil. Esse mito serve como base para as hierarquias de gênero e raça presentes na sociedade. A romantização do estupro colonial e a exploração do trabalho de mulheres negras escravizadas, que persiste até hoje, reforçam o “mito da mulher negra forte e resistente” (Carneiro, 2011).

Dessa forma, as demandas feministas por emprego e pelo fim do mito da fragilidade feminina nunca incluíram plenamente as mulheres negras. Daí a importância do conceito de “dororidade”, que busca dar conta da especificidade da experiência negra feminina. “Dororidade” e “sororidade” não são conceitos opostos, mas complementares. A dororidade abrange o sofrimento, o silenciamento e a dor causada pelo racismo, uma dor que é especificamente negra. Essa dor e essa experiência precisam ser reconhecidas

e consideradas nas políticas de assistência social, que devem buscar a equidade e a justiça social para todos os grupos, levando em conta suas particularidades (Piedade, 2019).

A Dororidade propõe uma nova terminologia e novas bases conceituais para combater as violências resultantes do legado colonial, que geram invisibilidade, silenciamento histórico e a negação da existência plena (“não ser, sendo”). O conceito reposiciona o ponto de partida para a construção de uma democracia genuína. A Dororidade engloba um vasto universo de significados, exigindo reflexão, análise crítica, diálogo, transformação e ação (Piedade, 2019).

Nesse momento a co-pesquisadora Cardolli, elenca a quantidade de exigências para ter um lugar de fala respeitado não tão somente na sociedade como um todo, mas principalmente no CISTema que cria e reproduz algo que vai para além do sexismo:

O meu dia a dia, enquanto uma pessoa Trans não binária é atravessado por diversas complexidades, né como eu trouxe no início com a minha fala introdutória sobre as, as dissidências, que o nosso corpo realiza dentro de um... dentro de uma perspectiva cis hétero normativa né, que nosso corpo se distancia e ao mesmo tempo em que ele encontra outros obstáculos dentro do próprio movimento LGBT, tanto no reconhecimento da identidade como um todo né, isso de certa forma nos afeta psicologicamente, então, por exemplo, às vezes por mais que eu me identifique enquanto a pessoa Trans, enquanto a pessoa não binária, eu sinto uma dificuldade muito grande, por exemplo, de ocupar alguns espaços, porque sempre me vem à cabeça de, que em algum momento específico, é... determinada questão, não é sobre mim, talvez eu não possa contribuir, por exemplo pra falar de determinada coisa, porque eu não vou experienciar o mesmo tipo de questão ou de relação, de determinado debate que travessa a vida de outras pessoas Trans, entende? E isso, ao mesmo tempo, eu sei que não é uma... uma verdade, que se é um engodo, que a gente coloca como uma, uma barreira também para gente também se posicionar em determinados momentos, só que ao mesmo tempo, também faz parte da construção, né? De nós enquanto sujeitos que o tempo todo temos o nosso direito negado dentro de uma narrativa cisheteronormativa patriarcal, como também dentro do próprio movimento do Trans, que desloca a nossa identidade para um outro âmbito que não o Trans né, eu já tive muito que debater sobre identidade de gênero com pessoas Trans binárias para poder me reafirmar enquanto minha identidade, ela também, ela destoa das cis heteronormatividade, o quanto que ela também destoa do

gênero, e o quanto eu também sou pertencente a esse grupo por mais que em alguns momentos elas irão não me reconhecer, a depender de como eu esteja vestida ou de como eu esteja. E por exemplo, não é todo dia que uma pessoa vai ter ânimo de fazer a barba, de se depilar, né? Ainda mais eu que não tenho condição financeira para poder pagar a depilação e à laser igual minhas amigas Trans ricas, concursadas ou de classe média alta, eu vou ter que usar a gilete ou a maquininha de barbear, antigamente eu fazia isso, porque quando era mais juvenzinha, eu fazia isso, mas com o tempo a gente cansa, com o tempo a gente vai tendo outras demandas, a gente vai tendo que fazer mais coisas e com o tempo a gente passa a priorizar o nosso próprio bem-estar e o nosso próprio... o nosso próprio auto reconhecer do que também através do olhar do outro né, mas tendo a compreensão que em alguns espaços, eu não poderei ocupar, por conta de haver essa binaridade de gênero, não só dentro do... da cisnormatividade, como também dentro do próprio movimento Trans e LGBT também.

Para nós pessoas TRANS é comumente falado/gritado/verbalizado/introjetado alguns padrões do que é ser “homem” ou ser “mulher”, e sobretudo por algumas violências, e de todos os processos sobre a tal “passabilidade” que a “hormonização carregada consigo” porém para nós Trans não binários/es/as ciborgues as motivações com estado crítico da razão é estarmos livres e desvencilhados inclusive dessas “encruzilhadas” com todo respeito à palavra encruzilhadas, e que a suposta cisnormatividade nos impôs ao longo da construção (Jeff Cardolli).

Outro ponto interessante na construção dessa parte da análise de dados é que muitas vezes precisamos ter uma paciência histórica que diversas vezes nos é “cobrado”, inclusive ter que ficar falando/explicando sobre todas as terminologias vivenciadas por nós TRANS. E de forma incrível a Co-Pesquisadora Cardolli ainda faz uma reflexão em torno do nosso direito de ter paz:

Porque de alguma forma, a binaridade atravessa todas as expectativas e perspectivas que as pessoas de uma forma geral, estão a olhar para determinado corpo, porque é algo que já é, que é algo... que é construído socialmente, é enraizado dentro de uma cultura social muito ocidental, diga-se de passagem, que esse é um olhar ocidental sobre a corporeidade das pessoas. É através do cenário de gênero, e isso com certeza direciona o olhar e a atenção das pessoas justamente para detalhes como barba, como pelo ou como você também não tem pelo, por você também não ter pelo, porque também

não são todas as pessoas Trans não binárias que vão ser peludas, vão ter pessoas Trans não binárias que vão querer ter pelo, e não vão ter, a não ser que elas façam hormonização. E passar por procedimentos de hormonização também pode ser violento né, ao mesmo tempo que pode ser violento cobrar, a exigência de você colocar para uma pessoa Trans que ela precisa se hormonizar para ela poder se afirmar e dizer quem ela é. Não deixa também de ser um processo violento né, e que envolve outros custos para além... Por exemplo, eu falei do meu caso de usar máquina de barbear ou ter que fazer depilação laser, enfim, a gilete, e que acaba, em alguns casos, ficando muito caro em outros né, pessoas Trans binárias que querem ter uma aparência voltada para o dammy boy, por exemplo, vão precisar se reafirmar de outras formas ou vão precisar de alguma forma, para serem lidas enquanto um gênero em dissidência abdicar de um conforto que elas têm de se auto reconhecerem está tudo bem, é tendo a complexidade que são os corpos e corpos delas, ao mesmo tempo em que também isso é importante para elas construírem os acessos delas em alguns passos, não é? Então, são diálogos intermitentes e eu acredito que o meu dia a dia, né? A minha vida enquanto uma pessoa não binária no Distrito Federal é muito atravessada, por isso, por eu ter de me afirmar, por eu ter de explicar, por eu ter que o tempo todo estar falando e explicando e isso cansa.

Aí eu já cheguei num momento da minha vida em que eu não quero mais conhecer pessoas novas, eu não quero mais ter que ter contato com o... com pessoas diferentes, porque justamente é muito cansativo ter que explicar tudo, então, já eu fechei ali a minha bolha, o meu ciclo de pessoas próximas, assim, que vão saber, porque é muito cansativo ter que ficar o tempo todo explicando o tempo todo, dizendo, eu vou ter que andar com cartão de identidade de gênero, e entregar para as pessoas para que elas é, evitem de me ficar fazendo perguntas, ou algo a todo tempo tipo, “ah mas e a linguagem neutra, o que que você acha sobre isso?” é um pouco chato, às vezes a gente ter que toda hora ficar se reafirmando, ficar te alugando.... Às vezes a gente só quer paz no momento, né? Os meus diálogos estão em torno disso, mas eu quero aqui afirmar que eu também me sinto muito cansada por toda hora, a todo momento né, quando eu quero ocupar algum espaço, quando eu preciso de algum espaço, ter que me reivindicar e não só reivindicar, eu também tenho que explicar o porquê de me reivindicar o porquê estou me reivindicando, como estou me reivindicando, da forma que estou indo reivindicar, e não simplesmente, enfim, a pessoa ficar calada e dizer, “ok está bom”, que é o que geralmente as pessoas fazem né, essas binárias de gênero, hm... eu acho que isso também é... atravessa a vida

de muitas pessoas não binárias, não só a mim, no dia a dia, e são complexidades que não são carregadas exclusivamente por mim, eu acredito que seja compartilhado, acredito que muitas pessoas... eu conheço pessoas, por exemplo, que se hormonizam e que acham um saco, mas é preciso para serem lidas em determinada categoria que elas se identificam, outras que acabam precisando é... ou outras também que estão cagando, estão andando como elas querem também, né? Que passando muito mais a minha vibe hoje em dia, porque, como eu falei no início, eu já não aguento mais e é isso, eu não sei se eu consegui responder, às vezes eu falei de outra coisa... (Jeff Cardolli).

Pergunto a Nefas: Você já refletiu sobre ser uma pessoa Trans não binária, ciborgue?

Já, já, sim... (Nefas).

Novamente pergunto: Porquê? Em que... em que sentido?

Hum, das possibilidades de como eu posso transformar o meu corpo, para adequar esse meu corpo a essa minha realidade, a minha expressão, ao que eu vejo, o que eu quero mostrar para as pessoas, hoje eu ainda não é... não tenho a expressão que eu desejo, que eu gostaria de ter, uma expressão de gênero que fosse totalmente aí andrógina, onde as pessoas olhassem para mim e tivessem dúvida do que, do que elas estão olhando, se é um menino ou se é uma menina, o que que é? E viessem me perguntar, esse é o meu grande objetivo de... da minha expressão do gênero e aí eu falar para elas, não, não é sobre isso, não sou homem, não sou mulher explicar, entendeu? E eu acho que a partir da das construções que eu posso fazer no meu corpo, e isso cabe dentro de o que é entendido enquanto a pessoa trans não binária ciborgue... (Nefas).

Nessa fala da co-pesquisadora Nefas podemos notar que o processo de reconhecimento identitário de nós pessoas Trans não binárias está em curso, é algo que existe e muitas pessoas não compreendem como um todo. Até mesmo porque falando especificamente das questões ciborgues, conforme foram previamente discutidas na seção 1 desta dissertação, foi ponderado as existências de pessoas ciborgues nas cisgeneridades e na transgeneridades. Nesse sentido Jeff destaca que:

Esse ciborguismo que pode alcançar também pessoas cis. Portanto, pra mim a expressão de gênero e da minha afirmação, enquanto também um corpo ciborgue de que

a todo momento eu estou em modificação, eu estou em reestruturação da minha própria, da minha própria identidade de gênero. (Jeff Cardolli)

Como exprime magistralmente Haraway (2009, p. 99), “prefiro ser uma ciborgue a uma deusa”. No universo ciborgue, a conexão se estabelece mais por afinidade do que por identidade fixa. Observa-se uma transição da lógica da identidade, característica da modernidade, para uma lógica de identificação, que se manifesta no cotidiano contemporâneo. Essa lógica de identificação opera mais por meio de afinidades do que pela definição de uma identidade rígida (Lemos, 1997).

As categorias de classe, raça e gênero foram impostas pelas duras realidades históricas do colonialismo, do patriarcado e do capitalismo. A “identidade ciborgue” emerge da afinidade, distanciando-se da ideia de apropriação de uma identidade única e estática. Essa identidade ciborgue pode ser a chave para uma política que acolha a parcialidade, a contradição e as construções fluidas, tanto individuais quanto coletivas (Lemos, 1997).

O discurso do ciborgue se alinha à perspectiva pós-moderna, que questiona o dualismo hierárquico de identidades naturalizadas. A civilização ocidental frequentemente relegou o “outro” (pessoas negras, pessoas LGBTIQPA+, mulheres, a natureza) a uma posição de subalternidade, em um processo de dominação e controle. O dualismo, com suas separações entre mente e corpo, realidade e aparência, masculino e feminino, natureza e cultura, estrutura essa civilização.

Na era das micromáquinas, redes digitais e realidade virtual, todos nos tornamos seres híbridos, ciborgues da civilização virtual, cada vez mais conectados a diversos artefatos. A cibercultura contemporânea subverte esses dualismos a tal ponto que se torna difícil distinguir o limite entre o humano e a máquina. Transformamo-nos, tanto no nível do corpo biológico quanto no nível do corpo social, em sistemas bióticos híbridos, governados pela comunicação e pela troca de informações. O mito do ciborgue rejeita discursos totalizantes e uma metafísica anticientífica e antitecnológica, e, em vez disso, busca a comunicação, a expansão de fronteiras e a dissolução de dicotomias preestabelecidas (Lemos, 1997).

A seguir a co-pesquisadora Jeff descreve a sua perspectiva acerca da categoria ciborgue, tecendo uma crítica à racionalização ocidental que estabelece parâmetros estáticos. Neste ponto, a fala de Jeff ecoa a teoria de Haraway (2019) ao enfatizar a fluidez, a transgressão de limites e a rejeição de categorias fixas. Jeff se apropria do conceito de ciborgue para descrever suas próprias experiências de mutabilidade e transformação, desafiando as expectativas sociais e questionando os limites impostos à sua identidade:

Eu acredito que o ciborgue dentro da proposta, é de mudar, é de romper com os parâmetros do dito normal, não é? Do que é composto, dentro da racionalização ocidental, como algo estático, acho que o ciborgue tem a ver com a mutabilidade, com a possibilidade de coexistência de diferentes corporificações em um único ser, até porque a origem da palavra Cyborg, ela vem dessa mistura entre humano e máquina, e esse agente... eu refletir, no caso, não é sobre a minha identidade, e a gente refletir sobre as identidades Cyborgs é, eu acredito que eu posso sim, me considerar... que em momentos eu já estive ciborgue, e em outros momentos não, mas acho que há fluidez, às vezes eu penso há aqui o ciborgue também, ele não está só na construção, na expressão de gênero, mas sim, também é da... de todo um conjunto, né?

Isso é importante, pontuar, a gente vê muita modificação corporal hoje em dia, principalmente dentro das pessoas atreladas ao metal, ao gore, ao gótico né? É onde as pessoas se instalam chifres, pintam o olho de preto, fazem modificações abruptas em diversas localidades de seus corpos, como língua, boca, nariz e que mesmo que se identifique enquanto cis, elas não serão lidas dentro de um plano de fundo como humano, elas irão perpassar um filtro de... de anormalidade em que a sociedade não irá constituir ela dentro de determinado padrão, até mesmo dentro da binaridade de como ela se expressar possivelmente mesmo, muito embora existam... é eu costumo dizer que é muito engraçado, como as pessoas, elas são, em alguns momentos, elas negam a sua identidade para te impedir de se autodeterminar daquilo que você quer ser, mas ao mesmo tempo, elas irão reconhecer a sua identidade ou uma outra identidade sua para lhe negar direitos, para você não acessar aquilo que você pretende buscar, então, vou dar um exemplo da... da minha identidade enquanto bicha, enquanto viada, transviada, como eu diria Linn da Quebrada, transviada, eu... em diversos momentos da minha vida as pessoas me negam o local de masculinidade por eu ser afeminada demais, por eu me

vestir diferente demais, por eu me expressar diferentes demais, aí elas me negam esse local do sujeito cis, do homem, elas me empregam a violência, né? (Jeff Cardolli).

Aqui nesse ponto crucial de construção das identidades não binárias ciborgues sempre penso em reflexões sobre “processos de quilombamento”²⁷ TRANS e de reverberações do espaço fundamental e ao mesmo tempo nevrálgico dos nossos lugares de falas tão cerceados e silenciados ao longo das nossas doloridas trajetórias.

O quilombamento está próximo ao quilombismo pensado por Abdias do Nascimento (1980), que é um projeto político de luta e resistência dos/das/des negros/as/es brasileiros/as/es para os/as/es negros/as/es brasileiros/as/es. Dessa forma, os aspectos desse movimento têm pretensão na construção do empoderamento negro e na construção de uma identidade social e filosófica afrorreferenciada e antirracista. Sendo assim, identificar aspectos quilombistas em ações ou vivências entre pessoas TRANS no Brasil, torna-se de muita importância para a luta contra o racismo estrutural brasileiro e todas as transfobias institucionalizadas.

O conceito de quilombismo, inspirado nos quilombos históricos do período escravocrata brasileiro, é frequentemente deturpado na “história oficial” presente em materiais didáticos, que sugerem uma aceitação passiva da escravidão pelos africanos. Em contrapartida, Munanga e Gomes (2016) destacam a formação dos quilombos como uma das principais formas de resistência negra, representando um processo ativo de luta e organização contra a escravidão. A constituição desses quilombos, tanto no Brasil quanto em outros países marcados pelo escravismo moderno, representou uma poderosa afirmação de combate às condições desumanas impostas aos escravizados e um

²⁷ O conceito de quilombamento refere-se ao processo de organização coletiva e resistência de pessoas negras, inspirado na experiência histórica dos quilombos no Brasil. Mais do que um simples refúgio contra a escravidão, os quilombos representavam formas autônomas de vida, baseadas na solidariedade, na preservação cultural e na construção de espaços de liberdade. Na atualidade, o termo é ressignificado em diversas áreas, incluindo os movimentos sociais, a educação e a cultura, para designar práticas de resistência negra que promovem redes de apoio, identidade e emancipação. O quilombamento, assim, é um ato político e cultural que desafia as estruturas racistas e busca fortalecer a coletividade negra. No contexto desta dissertação, não apenas a identidade negra, mas também a identidade de gênero é considerada nesse processo de construção de resistências e fortalecimentos individuais e coletivos.

movimento de busca por autonomia e liberdade. Assim, o quilombismo simboliza a resistência e a organização negra contra opressão racial (Caetano, 2019).

O quilombismo, conceito desenvolvido por Abdias do Nascimento (1980), busca redefinir o papel político do termo histórico “quilombo”. Assim, o quilombismo pode ser entendido como qualquer manifestação de resistência física e cultural da população negra, seja ela originada nos quilombos históricos do período da escravidão, seja em formas mais amplas de organização, como grupos tolerados pela ordem dominante, com finalidades religiosas, recreativas, educativas, assistenciais, esportivas, etc. Assim, esses grupos desempenham um papel social crucial para a comunidade afro-brasileira, concentrando-se na preservação das tradições africanas como um ato de resistência negra. Portanto, mesmo que legalmente reconhecidos pela sociedade majoritária, esses grupos e instituições ainda podem ser considerados, em essência, como quilombos, em virtude de sua função de continuidade cultural e resistência (Nascimento, 1980).

Nesse sentido Jeff Cardolli dialoga com a perspectiva de reconhecimento de identidade de gênero e os jogos produzidos pela sociedade para desrespeitar as identidades de gênero, e aqui faz sentido trazer os conceitos acima sobre Quilombismo e ainda o que chamo a atenção para o TRANSaquilombar:

Dentro da minha experiência de pessoa transviada, de bicha as pessoas me negam o local , elas me negam um espaço de masculinidade, de homem do cisgênero, elas me negam a acessar essa identidade, elas me colocam em uma outra narrativa, uma narrativa deslocada do que eles acreditam ser o ideal para expressar aquele tipo de hegemonia, ao mesmo tempo em que, quando eu vou reivindicar o direito para ser quem eu sou, para acessar alguns serviços públicos ou para reivindicar a minha identidade, que o... para ir reivindicar uma outra identidade, já que eles... o tempo todo eles me negam a primeira, eles vão voltar a me reconhecer dentro da identidade para me negar esses direitos, então funciona muito como um jogo né? Isso funciona muito como um jogo, não só para pessoas não binária, para toda pessoa trans que existe, vão negar a mulheridade de mulheres Trans, vão negar a masculinidade de homens Trans, vão realocá-los para uma outra padronização de gênero, né? Que eles foram designados ao nascer, mesmo que destoem completamente da sua corporeidade, por já haverem transicionado e até mesmo aquelas que já conseguiram determinada passabilidade também podem passar por esse processo de... de negação da, da identidade quando

tentam acessar determinados direitos, mesmo que seja em um sentido, não o expressa, às vezes, mas uma violência também se constrói nos pequenos detalhes, nos pequenos comentários, das nuances da construção de “hã, você não é homem de verdade ou uma mulher de verdade” (Jeff Cardolli).

Neste trecho a seguir, Cardolli continua a refletir acerca da compreensão das identidades através de lentes e lupas para a construção da não centralidade em padrões de gêneros pensados sobre a perspectiva não binária. Aqui avalio ser importante o diálogo que Viviane Vergueiro traz como a construção de pontes, histórias, afetos, relatos que, se não apagam abismos, podem servir para a resistência de relações mais profundas, críticas, e menos imersas em vergonhas, culpas, silêncios e normatividades. Para isso, há que se canalizar as energias de todas partes de nós (Vergueiro, 2015), conforme também dialoga Jeff:

Ao menos ali dentro da não binaridade, há um local para onde você e... a não binaridade na realidade, ela desloca muito a reflexão e a compreensão do sujeito cisgênero, e até mesmo das pessoas trans binária, se eu digo binárias é de uma forma geral, também é por justamente serem identidades que vão fugir do espectro, e isso com certeza vai atravessar como a narrativa delas, vai ser reconhecido ou pode ser reconhecida como ciborgue ou não? E eu dei essa volta justamente para poder dizer que muitas das vezes, a identidade ciborgue, ela também, como a própria questão da não binaridade ela quer que a gente olhe com uma atenção, e com umas lupas um pouco mais é embaçadas, a gente não pode aguçar muito a vista, porque se não, a gente perde muitas outras expressões é que não podem ser lidas com a mesma lente da binariedade, vão, vão precisar ser óculos 3D, assim, para você conseguir observar os múltiplos universos e as diferentes possibilidades de uma pessoa poder se determinar, e de se reconhecer desde questão religiosa, porque a gente, sabe que é não binariedade, ela também pode ser uma identidade que surge em determinados contextos religiosos, como a gente tem exemplos na Índia, em próprios povos indígenas do norte, enfim, e bem e parando para pensar em África também, a questão do homem mulher é uma visão colonial e a questão do ciborgue né, ela também precisa ser isso, ser observada por essa perspectiva de descolonizar ou de tirar da mente que apenas uma modificação corporal vai satisfazer a uma pessoa poder ser considerado ou não, ciborgue... (Jeff Cardolli).

Destacando, ainda, a importância de reconhecer as diversidades dentro das identidades:

Eu acho que existem inúmeros conjuntos, inúmeros fatores que vão construir a identidade de uma pessoa durante a trajetória dela na vida e a forma como ela materializa essa identidade, vai ser diferente de outras pessoas não binárias, ninguém vai ter a mesma experiência de gênero, nem mesmo tem a mesma experiência de gênero, quando a pessoa é cis ou quando a pessoa é Trans não binária, quem dirá não binário, né? (Jeff Cardolli).

No trecho a seguir Jeff chama atenção para aspectos relacionados ao contexto de pandemia, que impactou coletivamente a saúde mental, física e social da população mundial, apontando o quanto atravessam aspectos relacionado às identidades de gênero:

Eu acredito é que eu desloque, que eu mova na verdade, minha expressão muito, também, a depender do meu humor, de como eu estou com forças para poder, por exemplo é... e também do estado que a pandemia nos deixou, eu tenho me visto, por exemplo, até estava conversando isso, houve uma situação que, enfim, não irei mencionar nomes, mas eu cheguei em um local específico e as pessoas começaram a me questionar, “ah mas você para usando uma blusinha, uma calça assim, normal”, começaram a questionar porque eram roupas, são roupas que eu realmente não usava quando eu ia mais para UnB, para Corpolítica, que em são, enfim, a coletiva que eu fazia parte dessas pessoas me conheceram dessa época. Eu falei, “gente, eu engordei, eu engordei um pouquinho durante a pandemia, as minhas roupas não servem mais em mim”, e essa pergunta me lembrou bastante isso... esse momento que eu passei recentemente das pessoas virem me questionar, e das minhas roupas ciborgues e doidonas não estarem servindo mais em mim, né? Ham, então, também isso vai muito do reflexo de como a vida das pessoas que estão a se mover, e de como elas passam também a se observarem, a se enxergarem pra alcançar determinadas coisas e, enfim, eu acho que é isso, espero ter respondido, eu falei muito, eu. falo muito meu Deus, Socorro...” (Jeff Cardolli).

Aqui no Distrito Federal, você foi bem acolhida e teve sua identidade de gênero – TRANS não binária ciborgue respeitada nos serviços públicos que acessou? Serviços tais como: CRAS, CREAS, Psiquiatria Ambulatório de Gênero do HMIB, Ambulatório TRANS... E demais outros. . . .

Essa pergunta para as duas Co-Pesquisadoras despertaram momentos bem decisivos e que impactaram diretamente da condução para a análise de dados, pois havia a existência de pertencimento da importância do acesso às Políticas Públicas, alguns serviços e algumas políticas elogiadas, mas também revelou ainda a insuficiência e a inconsistências dos serviços existentes o que acaba sinalizando, ainda algumas transfobias, racismos, misoginias e violências de classe estruturais:

Então, dentro dos ambientes que eu transito, que eu tenho atendimento, que são o CREAS da Diversidade, onde eu tenho... sou acompanhada lá há anos né, sempre fui muito bem respeitada, muito bem atendida, recentemente há 8 meses, um ano, mais ou menos, eu comecei a me acompanhamento no Ambulatório Trans e, desde então, nunca tive nenhum problema, sempre fui bem atendida também, bem recebida, bem respeitada... É estou, requerendo que nos meus documentos conste que eu sou uma pessoa não binária, a Defensoria Pública também está me auxiliando, está... e está respeitando meus... na forma como eu gostaria de ser tratado, está respeitando a minha identidade. Na também UnB, eu nunca tive nenhum problema, felizmente, lá eu sempre estou sempre em contato com a Diretoria da Diversidade, que é a diretoria que me garante todos os meus direitos e luta pela... pelo meu reconhecimento e reconhecimento de outras pessoas como, a aqui, próximo a minha casa, eu também tenho acesso a clínica da família, que é o nome, é como se fosse um posto, mas a clínica da família que eles chamam e lá também, felizmente, a médica de família que atende, ela também é sensível enquanto as relações de gênero e ela me trata conforme, conforme a forma que eu prefiro, ela me respeita dentro da, das minhas excepcionalidades, então estou bem servida nos serviços públicos sim, muito, muito satisfeita... (Nefas)

Já a Co-Pesquisadora Jeff Cardolli pondera as seguintes percepções em torno do acesso as Políticas Públicas no Distrito Federal:

Questão que eu gostaria de comentar, né? A identidade de gênero ela não, ela é uma pauta, uma agenda, ela é institucionalizada, porém, ela tem inúmeras falhas, a questão que para pessoas que não tem alteração de nome, gênero no registro civil, que é meu caso, o nome de registro, ele vai ficar no registro da matrícula, e esse é um problema que eu enfrentei durante esse processo de pandemia e tal, porque eu poderia solicitar o nome social e tudo mais, porém, para acessar as aulas, para acessar algumas

coisas, né? Dentro da instituição em si, eu teria que ir solicitando o professor por professor para mudar a lista de chamada, ou em alguns casos, se eu não conseguir alterar o meu nome que foi cadastrado no ... pela plataforma que eles estavam usando como oficial, que era o Google Meet, aliás, com Google Teams... Google Teams não, plataforma de Teams da Microsoft, e lá constava o meu nome de registro vinculado à minha matrícula, então toda aula aparecia lá meu nome de registro, e não tinha como solicitar pra aparecer só o social, porque eles de diretamente vinculava ao meu nome, eles, tipo, poderiam muito bem, sanar essa dúvida perguntando para os alunos, né? Cada departamento lidar com isso de uma forma mais específica, mas qual e-mail ou qual nome você escolheria, ou optaria para aparecer, não existe essa possibilidade, eles já cadastram direto e vai ser aquilo para o resto da sua vida na universidade.

Esse é um problema que eu enfrentei assim, de acessar o meu nome Jeff, mas não foi um problema muito grande, porque as aulas que eu tive no direito, os professores eram tranquilos, então todos me chamavam por Jeff e eu sempre fazia questão de frisar nos inícios das aulas que era Jeff e não, nunca houve uma ocorrência assim, de eu ter de todo momento pedir para o professor, “não é fulano de tal é fulana.”, não houve isso, mas dentro da matrícula, dentro da mecânica computacional, computadorizada, não sei como eu chamar isso é bem limitado ainda, né? Poderia melhorar... (Jeff Cardolli).

As falas das co-pesquisadoras me permitiram analisar que essa pesquisa, com certeza, poderá ser utilizada como sensibilização para profissionais da educação, da área de saúde e das áreas sociais, envolvendo também os principais sistemas das Políticas Públicas que garantem o direito ao nome não tão somente na educação (universidades, escolas, regionais de ensino etc.), entre outras, transformado as ideias pré-concebidas, diminuindo as transfobias e os preconceitos, pois acredito que onde há informação se pode diminuir desigualdades pode-se enfrentar algumas ignorâncias históricas e estruturais com conhecimento e respeito.

Eu vou pra, para a quinta pergunta é, eu queria saber de você, querida, se tem algum serviço no DF que você sente que acolhe as pessoas trans, não binárias ciborgues? Existe algum...

Olha, boa pergunta, eu sei, é que o Ambulatório Trans para questão hormonal, para a questão de apoio psicológico, tem o CREAS da diversidade, tem números, tem o

CRAS, mas eu não sei se o CRAS tem serviços específicos para pessoas Trans, mas eu sei que há o CREAS, também sei que existem apoios do GDF para fomento voltado para a população LGBT, porém, nenhum deles específica, até onde eu saiba, em uma portaria, o que direcione, ponha o serviço público voltado exclusivo para pessoas não binárias e negras, a gente vai encontrar para pessoas Trans de uma forma genérica. Agora, para não binárias, talvez a gente encontre algo relacionado a essa questão da identidade que eu te falei, né? Que poderia, se a gente forçar muito a barra poderia ser um serviço assim essencial para pessoas não binárias que não se identificam nem como masculino e nem feminino, retirarem isso das suas identidades, mas não é um serviço exclusivo para pessoas não binárias, é um serviço que pode facilitar a vida de pessoas não binárias, mas não é direcionado para essa população, é direcionado para a população Trans de forma geral né, mas exclusivamente eu desconheço, e também nunca usei né... (Jeff Cardolli)

Nessa reflexão que Jeff Cardolli traz, é interessante ponderar, que existem sim alguns, mesmo que poucos, serviços e políticas públicas para a população LGBTIQPA+ no DF tais como nas Políticas de Assistência Social e Saúde, conforme a mesma referenciou, inclusive, estes dois (02) serviços de referência.

Mas também me chamou a atenção a fala sobre a garantia de algumas especificidades para pessoas TRANS não binárias e aqui nesse ponto gostaria de dialogar com o último Encontro Nacional da ANTRA para celebrar os 30 anos de Luta Trans no Brasil, realizado de 01 a 04 de agosto de 2022 em Niterói/RJ, na qual foi recebida a presença da Relatora sobre pessoas Afrodescendentes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Sra. Margarette Macaulay que pode ouvir sobre a “Situação das pessoas AFROTRANSCENDENTES no Brasil”. E foi entregue para a Sra. Macaulay a “Carta aberta sobre a situação da população de travestis e transexuais negra brasileira”.

E um trecho da carta aberta pode ser interseccionado com a fala da Co-Pesquisadora Jeff Cardolli;

Nesse sentido, o nosso esforço tem sido o de visibilizar os corpos, as identidades e subjetividades de travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias no interior da luta política de pessoas negras. Acreditamos que o reconhecimento dessa multiplicidade que compõe a população negra

brasileira é não apenas agregador, como também avança a luta antirracista no Brasil...
(Jeff Cardolli).

Outro ponto que Jeff pondera é de como se efetivaria na prática a exequibilidade dessas políticas que no mínimo garantam as especificidades, sei que já bati aqui nessa tecla nesse processo de escrita acadêmica da utilização dos banheiros para nós pessoas TRANS, mas é surreal, nós em pelo século XXI, ainda exercerem esse controle sobre nossos corpos/as/es é no mínimo constrangedor, mas que não nos faz perder o que queremos e o florescimento do respeito e da garantia por exemplo do fim do TRANSgenocídio:

Pra pensar política, é mais uma política pública voltada para a população não binária, que daria para construir, talvez eu acho que o fortalecimento das políticas públicas para pessoas Trans de uma forma geral, seria uma estratégia, né? Se a gente for levar em consideração estratégia em razão de governo, de conservadorismo, talvez apostar em uma política pública que englobe uma demanda mais genérica né, como uma estratégia de conseguir realmente uma política pública, como, por exemplo, essa questão da retirada do nome ou do sexo da identidade. E também outras políticas, nesse mesmo sentido de tornar a binaridade de gênero menos expressiva nos órgãos públicos, né? Como não, não vou pegar como exemplo banheiro não, é porque o banheiro chega a ser ridículo a gente tem que discutir o uso do banheiro, mas poderia ser um algo similar a isso de pensar como tornar o binário de gênero menos expressiva dentro das, das instituições dentro das funcionalidades do dia a dia, sendo que na maioria das vezes, não há motivo algum de termos esse diferenciar, essa diferenciação que às vezes soa até mesmo um pouco, um pouco grosseira por forçar estereótipos, né? E comportamentos de determinado grupo, mas é algo nesse sentido de pensar, de pensar, como retirar o gênero do foco, né? O binário de gênero do foco e estrategicamente, fomentar políticas voltadas para pessoas Trans não é de uma forma geral a harmonização, pessoas Trans não binárias num geral também se harmonizam, mas também é haver pesquisas que... pesquisem outras pessoas Trans não binárias, realizadas por essas próprias instituições, para que elas consigam perceber as demandas específicas, porque é que eu estou trazendo o que eu acho, as demandas a partir do que eu penso, são demandas e às vezes, as minhas demandas, não irão dialogar com a de outras pessoas Trans não binárias, e empregabilidade, talvez seja um dos maiores desafios para uma política pública efetiva,

para pessoas que decidem de gênero e aqui eu estou colocando, englobando pessoas não binárias, dentro de uma travestilidade, não é?... (Jeff Cardolli).

Nas análises de Nefas houveram mais sugestões o que já linkaram com a penúltima pergunta - Você acha assim, que tem espaços que a gente ainda precisa construir? Como que nós poderíamos construir outros espaços que respeitem as identidades de gênero das pessoas Trans não binárias?

Sim, eu acho que ainda há muitos espaços para ser conquistados... Assim como, como é os ministérios, os ministérios, a questão de vestimenta para entrar, para entrar naqueles espaços, essa resistência com vestuários, há outras questões também de escolas, de serviços policiais, né? Que infelizmente, não são todos que são bem preparados para receber esse público, acredito que sejam esses os principais, felizmente, os contatos que eu tenho com a saúde... o que me pareceu foram que são pessoas que estão bem atualizadas, e conseguem lidar melhor na questão da saúde (...).

Recentemente eu fui fazer uma pesquisa em uma escola aqui do Recanto das Emas, para uma disciplina e aí nessa pesquisa, eu fui, me apresentei, então, “sou Gabriel, sou uma pessoa trans não binária, eu estou fazendo uma pesquisa que é em relação a pessoas negras nas escolas, e tal, tal, tal” e aí a coordenadora da escola me pareceu que ela não sabia lidar comigo, ela não sabia o que... o que eu era, não sabia lidar com isso, e aí ela foi falando sobre outras questões que nem era sobre a minha pesquisa, sobre estudantes da escola que se identificavam quando... enquanto Trans, e aí ela começou a tratar essa, essa estudante no pronome errado, e aí é usou o nome que a estudante não usava, então eu achei que aquilo que ela estava fazendo foi uma transfobia né, e mesmo que a pessoa não estivesse ali, ela estava usando o nome que ela não usa, nome morto, que ele chama, e ainda a tratando um pronome errado, entendeu? (Nefas).

Aqui nesse ponto acima eu senti a co-pesquisadora Nefas fazendo algo que sentimos todos os dias e que por muitas vezes ou ficamos “com a fama de militantes cansados/as/es” ou “raivosos”, mas ainda quero ter a sabedoria de saber tem horas que por mais que já tenhamos realizado de tudo para intervenções cuidadosas enquanto Ativistas Artivistas TRANS, não há paciência histórica que aguente tanta violência inclusive em corpos transnegro/as/es ciborgues. E penso avaliando que permanecer na

luta é ter sabedoria ancestral e das diásporas que trazemos dos vários atlânticos negros ancestrais e atuais.

Passamos para a última questão: Enquanto pessoa Trans não binária ciborgue, qual o seu maior sonho? Qual o sonho que você tem assim para sua vida? O que que você pensa assim que pode, né? Enfim, sonho, sonho...

Meu maior sonho é envelhecer sabe? É sobreviver para envelhecer, pra ficar bem velhinha mesmo, os cabelos, todos brancos, sabe? Sendo fofinha, é o que eu gostaria, porque eu tenho muito medo de quando eu saio, por conta de situações que que já aconteceu comigo, pessoas jogarem coisas em mim, me ameaçarem de morte no ônibus e outras pessoas no ônibus, motorista, cobrador, não fazer absolutamente nada, e por eu ser uma pessoa Trans, por eu ser uma pessoa negra, por eu ser uma pessoa LGBT, por eu ser uma pessoa periférica, são várias questões que me atravessam, que... parece que diminui a minha expectativa de vida, então envelhecer, se torna um sonho para mim, entendeu? (Nefas)

Já Cardolli responde:

Um dos meus maiores sonhos é me tornar juíza! Porém, é um sonho muito difícil, né? Aí eu tenho que abdicar de inúmeras coisas, inclusive a minha identidade, possivelmente, terei que abdicar dela, aí já uma consciência sem que eu tenho, até porque o judiciário é bastante conservador, eles mal aprovam pessoas negras, né? Quem dirá pessoas trans, né? Se eles já conseguem barrar pessoas negras, eles vão fazer o possível para barrar pessoas trans e ainda mais trans não binária, então é uma coisa, é uma conversa que eu tenho muito com alguns amigos meus do direito, que também são pessoas trans e a gente sempre tenta bolar estratégias, né? Para, para aqueles que já transacionaram buscarem carreiras mais abertas, para aquelas ainda que não tem uma fixação, que ainda estão em processo de modificação, como já há lugar em determinados momentos para conseguir conquistar algumas coisas, porque por mais que seja um concurso público, não é ... existe ali a prova oral, a entrevista, existe ali a prova de psicotécnico, né? Então ainda assim, é possível você ser reprovada, né? Na prova oral? ou insatisfação da resposta, tipo a resposta não foi satisfatória, mesmo estando correta, entende? E esse é um desafio, assim que eu vejo para concretizar esse meu sonho, a já pensei em outras carreiras mais abertas, mas dentro do direito é muito difícil você

encontrar uma carreira aberta, porque todas as provas elas irão ter entrevistas, elas irão ter uma banca ultra conservadora e que a todo momento irão fazer o possível para extrair, né, de você o que eles querem de uma pessoa lá dentro, então, conversando isso com algumas outras pessoas trans, né? Que também são do direito eu meio que já percebi que vou ter que abdicar da minha identidade, não é? Em alguns momentos dessa trajetória, se eu realmente for seguir essa carreira para conquistar estabilidade, esse sonho de poder também transformar vidas neh, porque eu não penso o cargo da magistratura apenas como um trampolim econômico e social, mas também o cargo que eu sempre quis desde criança, como também algo transformador para minha vida e de outras pessoas tendo origem é na comunidade negra e pobre neh, eu também, sou atravessado por outras identidades que não só de gênero, a de gênero às vezes se torna menor das minhas identidades, porque outras violências eu sofro muito maior do que a violência de gênero (Jeff Cardolli).

Com esses dois últimos sonhos finalizamos um trabalho tão complexo e intenso entre o direito de poder envelhecer e também de saber o que é ter um “emprego” dos sonhos, e saber como é estar vivos/as/es com dignidade mais do que sobre humana.

Seguimos abaixo, e às esquerdas. Em corpos, identidades de gênero, sexualidades, raças-etnias, culturas, ancestralidades diversas: em inflexões decoloniais contra sistemas de normatização, violência, regulação e exploração (Vergueiro, 2015, p. 231).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo TRANSafrorreferenciado não binário ciborgue demonstrou o quanto ainda há, o que ser realizado para que nós pessoas Trans possamos ter acesso irrestrito a toda e qualquer Política Pública, bens e serviços e principalmente a transcidadania.

Por fim, concluirei este trabalho com algumas proposições referente a promoção/efetivação dos direitos humanos pessoas TRANS, dialogando com as metodologias já apresentadas transafrorreferenciadas dentre outros métodos múltiplos. E sabemos que nossos corpos/as/es dissidentes são atravessados por graves violações de direitos humanos cotidianamente.

Por fazerem parte de lutas de resistência para sua própria existência, pessoas TRANS negras enfrentam uma série de ameaças, riscos e vulnerabilidades peculiares em todas as fases do ciclo de vida. É urgente uma maior consciência não só das preocupações de proteção específicas relativas às pessoas TRANS negras, mas também dos instrumentos legais e orientações disponíveis para o respeito deste universo TRANS evitando os constantes massacres dos corpos dissidentes – é emergencial Políticas Públicas específicas.

É importante evidenciar que as punições para indivíduos considerados “desviantes”, “subversivos” ou “ameaçadores” em relação aos papéis de gênero socialmente construídos e atribuídos ao que se entende por “homem” e “mulher” em uma determinada sociedade, podem variar amplamente. Essas punições podem incluir desde chicotadas e outras formas de violência física, violência patrimonial, perseguição psicológica, violência simbólica, estupro corretivo, violência sexual, abuso/exploração sexual, até prisão perpétua ou pena de morte. Todas essas violações são inaceitáveis, pois ferem diretamente o princípio fundamental da dignidade humana.

Um aspecto crucial a ser problematizado é a compreensão de que os Direitos Sexuais são, inerentemente, Direitos Humanos. Essa compreensão se torna ainda mais relevante quando cruzamos as narrativas das co-pesquisadoras, representantes de epistemologias transafrorreferenciadas, com a resiliência histórica e a criatividade – expressa em poesia, desejos, sonhos e potencialidades – que permitiram a sobrevivência do povo trans negro na diáspora, apesar de séculos de opressão. Essa vivência tem

contribuições valiosas para a redefinição de direitos como liberdade, propriedade e dignidade; resistência política; acesso à educação, saúde, cultura, trabalho e lazer; direitos sexuais e reprodutivos; direitos econômicos; meio ambiente e direito à cidade; devido processo legal e ampla defesa; consentimento informado; e direito à memória, verdade e reparação – direitos que são sistematicamente violados no caso da população trans negra. No contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a garantia desses direitos é fundamental para a promoção da cidadania e da equidade.

Nesse contexto, nosso empenho se concentra em dar visibilidade aos corpos, identidades e subjetividades de travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias dentro do movimento negro. Acreditamos que o reconhecimento dessa diversidade que compõe a população negra brasileira não apenas fortalece o movimento, mas também impulsiona a luta antirracista no Brasil.

Em relação às pessoas e instituições – incluindo políticas públicas e outros órgãos envolvidos no acolhimento de pessoas trans – sugiro, como propostas sociopoéticas e políticas: a oferta de cursos e capacitações para as equipes técnicas, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre estudos transafroreferenciados, ciborgues e não binários. Essas formações, abordando questões de gênero, raça e sexualidade, visam sensibilizar os profissionais e prevenir atitudes preconceituosas ou estereotipadas. O objetivo principal é evitar, por exemplo, perguntas, afirmações e tratamentos invasivos à privacidade das pessoas que buscam esses serviços e políticas públicas, garantindo um atendimento respeitoso e humanizado dentro, por exemplo, do contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tais como:

- Qual seu nome de verdade?
- Você é “homem” ou “mulher”?
- Você é tão bonita(o) nem parece ser TRANS.
- Como era seu nome?
- Você fez a cirurgia?
- Travesti não é mulher...

– Você é TRANS? Ah então você é Gay ou Lésbica?

– Como você transa?

– Mas o que você é afinal você é “homem” que virou “mulher” ou “mulher que virou homem”?

– Você é hermafrodita?

– Mas você não tem medo de apanhar na rua por ser assim?

– Você é o que?

– Mas “esse negócio de não ser homem” “nem mulher” não existe?!!

Por outro lado sugiro:

- Evitar protocolos de atendimento baseados na heterossexualidade ou cisheteronormatividade, reconhecendo que nem todas as pessoas que buscam atendimento são heterossexuais ou cisgênero. A diversidade deve ser a premissa, não a exceção.
- Abordar a orientação sexual, identidade e expressão de gênero, de forma sensível e respeitosa, é fundamental para o acolhimento e a identificação de vulnerabilidades específicas da população LGBTIQPA+. Essa abordagem, no entanto, deve ser feita com empatia, evitando a rigidez de protocolos burocráticos. O objetivo é abrir um canal de diálogo que considere as vivências individuais, não apenas categorizar.
- Considerando a existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sugere-se a criação de protocolos de cuidados e atendimento específicos para crianças e adolescentes trans negros, incluindo suas famílias. Esses protocolos devem garantir o acesso à transição social e a cuidados de saúde, levando em consideração as recomendações de especialistas em diversidade de gênero. A intersecção entre raça e identidade de gênero exige uma abordagem diferenciada nas políticas públicas, em especial nas de saúde e assistência social.
- Evitar pressupor a orientação sexual com base em estereótipos ou modelos sociais de gênero. Nem sempre a aparência ou o comportamento de uma pessoa

correspondem a categorias predefinidas. É fundamental fugir de estereótipos, especialmente no caso de pessoas não binárias e trans, que frequentemente desafiam as normas de gênero.

- Reconhecer a importância de conhecer a identidade de gênero da pessoa, mas isso deve ser feito através de um diálogo aberto e acolhedor, que permita que a pessoa se expresse livremente (mulher, homem, travesti, transexual, pessoa não binária, etc.). O profissional deve deixar claro que o objetivo é entender as necessidades da pessoa para garantir seus direitos sociais, e não por curiosidade, controle ou preconceito.
- Perguntar, de forma discreta e educada, como a pessoa prefere ser chamada, respeitando o uso do nome social e os pronomes que ela utiliza (masculino, feminino ou neutro). Uma abordagem simples como “Como posso lhe chamar?” demonstra respeito e abertura. Isso é especialmente crucial para o atendimento qualificado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- Ouvir atentamente os relatos, buscando compreender os múltiplos fatores envolvidos nos problemas apresentados, especialmente a violência intrafamiliar, que frequentemente afeta a população LGBT. Manter-se distante de julgamentos morais ou religiosos sobre a identidade de gênero ou orientação sexual é essencial para um atendimento ético e eficaz, principalmente em serviços do SUAS que lidam com situações de vulnerabilidade.

É crucial abordar a alarmante taxa de assassinatos de pessoas trans, como evidenciado ao longo desta dissertação. Para enfrentar essa realidade, são necessárias medidas como a criação de espaços de acolhimento seguros e especializados para pessoas trans em centros específicos. Além disso, é fundamental oferecer atendimento psicológico e psicossocial para pessoas LGBTIQPA+ em Unidades de Acolhimento (antigos abrigos). Idealmente, seguindo exemplos de outros estados e municípios, o Distrito Federal deveria implementar uma Casa de Acolhimento exclusiva para pessoas trans, que frequentemente vivenciam traumas profundos e têm dificuldade em compartilhar suas experiências, inclusive sobre sua sexualidade, com pessoas desconhecidas nas equipes das Unidades de Acolhimento. Serviços de saúde, incluindo atendimento médico, devem ser disponibilizados nos centros de acolhida, o que poderia prevenir a reincidência de violências transfóbicas, considerando o risco real de vida que essas pessoas enfrentam.

No caso específico de pessoas trans, binárias ou não, que podem ter passado por cirurgias e procedimentos de modificação corporal para alcançar o “corpo desejado”, é essencial um atendimento de saúde adequado e especializado, que considere as diversas necessidades de cuidado. É preciso criar espaços reservados para essas especificidades, quando necessário, pois muitas pessoas trans se sentem inseguras, perseguidas e violentadas em ambientes com pessoas LGBTIfóbicas, o que pode reavivar traumas passados. A discriminação é um medo constante, dificultando a abertura sobre sua sexualidade, identidade ou orientação afetivo-sexual. É fundamental agilizar os processos burocráticos para a concessão de benefícios socioassistenciais, pois a demora pode levar ao desespero, desistência, suicídio, morte ou agravamento de quadros de saúde mental, além de sujeitar as pessoas a situações de tortura institucional por parte do Estado, que deveria garantir a Proteção Social, conforme preconiza o SUAS (como ocorre com algumas pessoas trans em Unidades de Acolhimento no DF e no país).

No caso de pessoas trans não binárias e ciborgues, o atendimento deve ser especializado, humanizado e baseado nos direitos sexuais da população trans. A questão da documentação, ou a falta dela, é particularmente relevante, especialmente para pessoas trans que podem ter uma aparência diferente das fotos em seus documentos (devido a hormonioterapia, redesignação de gênero, entre outros cuidados de saúde para minimizar a disforia de gênero – visando garantir sua integridade física e dignidade humana).

É importante evitar transferências frequentes de pessoas trans entre Unidades de Acolhimento, pois isso pode gerar problemas de adaptação e expor a pessoa a ambientes marcados por machismo, LGBTIfobia e racismo, intensificando a discriminação. Além disso, é crucial que estados de destino não deportem pessoas trans refugiadas, por meio de diretivas de retorno ou devolução, pois isso pode significar, em muitos casos, a condenação à morte.

Por fim, é fundamental buscar apoio de instituições públicas e/ou privadas, bem como de organizações da sociedade civil especializadas, que possam oferecer recursos e atuar nos processos de acolhida. A grande maioria da população trans afrodescendente, e outras pessoas trans com suas especificidades, necessita de oportunidades de educação (acesso a escolas e universidades, programas de alfabetização, ensino de línguas estrangeiras – especialmente importante para migrantes forçadas e refugiadas), acesso ao direito à saúde e, principalmente, oportunidades de emprego e geração de renda.

Portanto, os desafios são inúmeros, desde o reconhecimento do nome social e do direito à existência, passando pela retificação de documentos que respeitem a identidade de gênero, até o enfrentamento das violências transfóbicas familiares, comunitárias e a falta de acesso a políticas públicas, o que agrava as situações de vulnerabilidade social e violação de direitos, como demonstrado na análise racializada.

É imprescindível promover a inclusão social efetiva das pessoas trans na sociedade, em todas as esferas, garantindo seu direito de existir a partir de uma escolha de resistência pela vida plena. São passos graduais, mas essenciais, que conferem visibilidade a uma realidade frequentemente marginalizada e, acima de tudo, proporcionam “direitos iguais e com os mesmos nomes”. Essas pessoas, de acordo com a legislação vigente, têm direito ao mesmo status, condição, nomenclatura e direitos das pessoas cisgênero brasileiras, e devem ser reconhecidas livremente em consonância com sua identidade de gênero trans. As políticas públicas, em especial as do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm um papel fundamental nesse processo de reconhecimento e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ADUFS (Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana). **Instituições de Ensino são espaços violentos e excludentes para pessoas trans e travestis.** ADUFS, Notícias, 2023. Disponível em: <<https://www.adufsbba.org.br/noticia/5557/instituicoes-de-ensino-sao-espacos-violentos-e-excludentes-para-pessoas-trans-e-travestis>>. Acesso em: 12/03/2025.

AGUSTONI, Marina. **Os ciborgues na mídia:** apontamentos sobre a relação corpo-tecnologia. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20212/2/Marina%20Agustoni.pdf>>. Acesso em 12/03/2025.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 302-333, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/HpFvXPZ8WRd63GbZ4CfSRQC/?lang=pt>>. Acesso em: 13/03/2025.

ANTRA. (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **BOLETIM Nº 003/2020.** 2020. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>>. Acesso em 26/07/2022.

ANTRA. (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **BOLETIM Nº 002-2021.** 2021. Disponível em: <<https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>>. Acesso em 26/07/2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria; OLIVEIRA, Eleonora M. de. Trajetória da Produção Acadêmica sobre as Relações de Gênero nas Ciências Sociais. In: **GT 11 - A transversalidade do gênero nas ciências sociais.** XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 1990.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.** ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023.** ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024.** ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu** n. 53, p. e185305, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 27/10/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Nota sobre a resolução conjunta CNAS e CNCD/LGBT nº 1**, que estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no SUAS. Brasília: MDS, 2019. Disponível em: <<https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/06/nota-cncd-lgbt-1.pdf-publicada.pdf>>. Acesso em 13/03/2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006**. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF, 13 dez. 2006. Disponível em: <<https://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-269-de-13-de-dezembro-de-2006>>. Acesso em: 27/10/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº 1, de 25 de janeiro de 2007**. Publica o texto da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOBRH/SUAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jan. 2007. Seção 1, p. 39. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=107580>. Acesso em: 27/10/2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.436/2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 12/03/2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=3866>>. Acesso em: 13/03/2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>>. Acesso em: 13/03/2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, de Abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de

peças travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Casa Civil, 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em 26/07/2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em 26/07/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Garantia da utilização do nome social para pessoas travestis e transexuais**. Brasília: 2016a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf. Acesso em: 26/07/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Caderno de orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: 2016b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cartilha_PAIF_1605.pdf. Acesso em: 13/03/2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Manual Orientador Sobre Diversidade**. Brasília, 2018. Disponível em: https://sites.usp.br/diversaeca/wp-content/uploads/sites/452/2019/04/copy_of_ManualLGBTDIGITAL.pdf. Acesso em: 22/07/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Atendimento socioassistencial à população LGBT no SUAS. **Blog Rede Suas**, Brasília: 2019a. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/atendimento-socioassistencial-a-populacao-lgbt-no-suas/>. Acesso em 13/03/2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília: MDS, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>. Acesso em: 13/03/2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Cartilha SUAS sem Transfobia**. Brasília: MDS, 2021. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/Suas_Sem_Transfobia.pdf. Acesso em: 13/03/2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Participar de serviços da Proteção Social Especial**. Brasília: 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/participar-de-servicos-da-protecao-social-especial>. Acesso em: 13/03/2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Acessar unidade de acolhimento**. Brasília: 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-unidade-de-acolhimento>. Acesso em: 13/03/2025.

BRASIL. Defensoria Pública do Distrito Federal. **Carta de Serviços da Defensoria Pública do Distrito Federal**. Brasília: DPDF, 2024. Disponível em: <<https://www.defensoria.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/CARTA-DE-SERVICOS-DEFENSORIA-PUBLICA-DO-DISTRITO-FEDERAL.pdf>>. Acesso em: 13/05/2025.

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Núcleo de Enfrentamento à Discriminação – NED**. Brasília: MPDFT, 2025. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/nucleos-e-grupos/nucleo-de-enfrentamento-discriminacao-ned>. Acesso em: 13/03/2025.

CAETANO, Catharina Maia. **Aspectos quilombistas na UNILAB**: uma reflexão a partir das escrituras de estudantes africanos/as e afrobrasileiros/as. 2019. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira, Instituto de Humanidades e Letras, São Francisco do Conde: 2019.

CARAVACA-MOREIRA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto - Enfermagem**, n. 27, v. 2, e3770017, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/TYJ397gFMBRfCcdch9JZdtf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12/03/2025.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em 18 ago. 2022.

CERQUEIRA, T. D.; DENEGA, A. M.; PADOVANI, A. S. A importância do nome social para autoaceitação e respeito das pessoas “trans”. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/34894>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CONNELL, Raewyn. Gênero e corporificação na sociedade mundial. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Braga, v. 3, n. 1, p. 281–, 2015. DOI: 10.21814/rlec.96. Disponível em: <<https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/1787>>. Acesso em: 13/03/2025.

CORRÊA, Sonia. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano. 12, vol. 26, p. 101-121, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/MtjZdCQZBzfBYQzPm6NPxhp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13/03/2025.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. Genocídio Trans: A culpa é de quem? **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 3, n. 1, Editorial, 2022. DOI: 10.9771/revdirsex.v3i1.49892. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/49892>. Acesso em: 12/03/2025.

D'ANGELO, Helô. A escrita em primeira pessoa de Octavia Butler. **Revista Cult**, 5 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/octavia-butler-kindred-lacos-de-sangue>> Acesso em 12/03/2025.

DOMINGOS, Cleverson de Oliveira. **Ativismo institucional nas políticas públicas para educação em gênero e sexualidade no Distrito Federal**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 1. Ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

GAUTHIER, Jacques; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. A Sociopoética como abordagem de pesquisa e ensino decolonial, contracolonial e libertadora. **Educazione Aperta**, v. 7, p. 262-285, 2020.

GAY1. Acompanhada de um potente coral, Linn da Quebrada lança clipe de “Oração”. **Gay1**. 2019. Disponível em: <<https://gay1.com.br/2019/11/acompanhada-de-um-potente-coral-linn-da-quebrada-lanca-clipe-de-oracao.html/>>. Acesso em: 13/03/2025.

GOERCH, Alberto Barreto. **Minorias sexuais e de gênero na jurisdição constitucional: Uma abordagem a partir das decisões do Supremo Tribunal Federal brasileiro como forma de concretização de direitos humanos**. 2022. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) - Universidade Freevale, Novo Hamburgo-RS, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. Organização: Flávia Rios & Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAY, Chris H. **Cyborg Citizen: politics in the posthuman age**. New York: Routledge, 2002.

HAMES, Caroline. Sistematização de diretrizes projetuais para uma Unidade de Acolhimento. In: **Anais do SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO**, Uberlândia: PPGAU/FAUeD/UFU, 2019. p. 1407-1418 . DOI <https://doi.org/10.14393/sbqp19126>. Acesso em: 26/07/2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 5, pp. 07-42, 1995.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In. TADEU, Tomaz(Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

HARTEMANN, Gabby. Nem ela nem ele. Por uma arqueologia (trans*) além do binário. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 99-115, 2019. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7129087.pdf>>. Acesso em: 12/03/2025.

HOOKS, bell. **Feminism Is for Everybody**: Passionate Politics. Nova York: South End Press, 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2ª ed. Brasília, 2012a. Disponível em: <<https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 26/07/2022

JESUS, Jaqueline Gomes de. Trans-formações: poder e gênero nos novos tempos. **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama**. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012b.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O movimento na rua: política e identidade nas dimensões de gênero, orientação sexual e raça/etnia. **Anais do Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades**. Brasília: Demodê – Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades, 2012c. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/233854770_O_movimento_na_rua_politica_e_identidade_nas_dimensoes_de_genero_orientacao_sexual_e_racaetnia>. Acesso em: 27 de Julho de 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. A negação do corpo feminino. **Observatório Mídia & Política**, Brasília, n. 2, 2012d. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/233854677_A_negacao_do_corpo_feminino>. Acesso em: 27/07/2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. **Anais do VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH**. Brasília: ABEH. Salvador: UFBA, 2012e. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/30421235/J007_1.pdf>. Acesso em: 13/03/2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, p. 101-123, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio>. Acesso em: 13/03/2025.

KUNZRU, Hari. Genealogia do ciborgue In: TADEU, Tomaz (org.) **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, p. 119-126, 2009.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LAU, Héilton Diego. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”! **Anais do V SIES, Simpósio Internacional de Educação Sexual**, 2017.

Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3112.pdf>>. Acesso em: 12/03/2025.

LEMOS, André. O Discurso dos Cyborgs. **A Página dos Cyborgs**. Salvador, 1997. Disponível em: <<https://facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/cap5.html>>. Acesso em: 13/03/2025.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, v. 32, p. 123-151, 2016.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MORANDO, Luiz. **Enverga, mas não quebra**: Cintura Fina em Belo Horizonte. Uberlândia: O sexo da palavra, 2020.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

NANTES, Flávio A.; NASCIMENTO, Letícia Carolina. Diálogos TRANSversais: a Travesti quer um beijo. Entrevista com Letícia Carolina Nascimento. **Rascunhos Culturais**, v. 12, n. 24, 1 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/rascunhosculturais/article/view/17818/12228>. Acesso em: 15/07/2025.

NEPOMUCENO, Gustavo. A experiência do Adolescentro no Distrito Federal. In: BARBOSA, Dulce. (Org.). **Boas práticas e desafios na atenção à saúde com grupos vivendo em situação de vulnerabilidade**. Brasília, DF: Editora ABen, p. 37-43, 2023.

NOGUEIRA, Thayná Pinto Lopes. **O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (CSFV) do Distrito Federal** - Experiência da Casa de Ismael - Lar da Criança e do CRAS Sobradinho-DF. 2015. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13921/1/2015_ThaynaPintoLopesNogueira.pdf>. Acesso em: 13/03/2025.

OLIVEIRA, Edilene Pereira. **A importância da implementação do Plano Juventude Viva nos Centros de Convivência**. 2014. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça) - Universidade de Brasília, Brasília: 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13089/1/2014_EdilenePereiradeOliveira.pdf>. Acesso em: 13/03/2025.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação. Rio Grande: Editora da FURG, p. 69-88, 2018a.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Porque você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, n. 28, p. 167-179, 2018b. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf>> Acesso em: 13/03/2025.

ONUBR (Nações Unidas no Brasil). **Páginas Trans**: Guia de acesso a direitos e serviços para pessoas Trans. Brasília: ONU Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Paginas-trans%3Dguia-de-acesso-a-direitos.pdf>. Acesso em: 13/03/2025.

OYEWUMI, Oyeronke. **A Invenção das Mulheres**: Construindo um Sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia**: Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral Contribuições do Legado Africano para a Implementação da Lei n. 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha; TAVARES, Silvania Beline. **Gênero, sexualidade e direito I** [Recurso eletrônico on-line]. Florianópolis: CONPEDI, 2017. Disponível em: <<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/j87661vw/bPPZhtQAM2uKq1QA.pdf>>. Acesso em: 12/03/2025.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP**, n. 9, v.2, p. 257-266, 2014.

PIRES, Thula. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. In: BRANDÃO, Clarissa; BELLO, Enzo (orgs.). **Direitos humanos e cidadania no constitucionalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, p. 235–256, 2016.

PIRES, Thula. Direitos humanos traduzidos em pretuguês. **13th Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11**, 1–12. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499473935_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG_ThulaPires.pdf>. Acesso em 22/07/2022.

PIRES, Thula. Racializando o debate sobre direitos humanos: Limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 15 v. 28, p. 65–75, 2018a.

PIRES, Thula. Direitos humanos e Améfrica Ladina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. **Forum: The Quarterly Newsletter of the Latin American Studies Association**, v. 50, n. 3, p. 69-74, 2019. Disponível em: <<https://forum.lasaweb.org/files/vol50-issue3/dossier-lelia-gonzalez-7.pdf>>. Acesso em: 12/03/2025.

PIRES, Thula; FREITAS, Felipe (orgs.). **Vozes do Cárcere**: ecos da resistência política. Rio de Janeiro: Kitabu Editora, 2018b. Disponível em: https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2019/02/Vozes_do_carece.pdf. Acesso em: 12/03/2025.

PODESTÀ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 11, p. 363–380, 2019. DOI: 10.9771/peri.v1i11.27873. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873>. Acesso em: 12/03/2025.

REGO, Yordanna Lara Pereira. Reflexões sobre afronecrotransfobia: políticas de extermínio na periferia. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 16, p. 167-181, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1838>. Acesso em: 12/03/2025.

REGO, Isa Sara; PIMENTEL, Ludmila. Atualizações Contemporâneas do Corpociborgue. **Cena**, n. 14, 2013. DOI: 10.22456/2236-3254.43675. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cena/article/view/43675>. Acesso em: 12/03/2015.

REINHARZ, S. **Feminist Methods in Social Research**. New York: Oxford University Press, 1992.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045>. Acesso em: 12/03/2025.

RÍOS, Marcela Lagarde y de los. **El feminismo en mi vida**: Hitos, claves y topías. Ciudad de México: Instituto de las Mujeres del Distrito Federal, 2012.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex. In: REITER, Rayna R. (org.). **Toward an anthropology of women**. Nova Iorque: Monthly Review Press, p. 157-210, 1975.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. Em: ABELOVE, Henri. et al. (eds.). **The Lesbian and Gay Studies Reader**. Nova York: Routledge, 1993.

SERAFIM, Isabela. ‘Precisamos levar a discussão de gênero para a rua’, diz Linn da Quebrada. **Estadão**, notícia, 07/04/2017, Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/moda-e-beleza/precisamos-levar-a-discussao-de-genero-para-a-rua-diz-linn-da-quebrada/>. Acesso em: 13/03/2024.

SEGALLA, Vinícius. Brasil tem 4 milhões de pessoas trans e não binárias, revela estudo da Unesp, inédito no país. **Brasil de Fato**, Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/22/brasil-tem-4-milhoes-de-pessoas-trans-e-nao-binarias-revela-estudo-da-unesp-inedito-no-pais/>. Acesso em: 13/03/2025.

SEGATO, Rita. **Estructuras elementales de la violencia**. Ensayos sobre genero entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SILVA, André Luiz Avelino da; VITORINO, Elizete Vieira; PISSANGO, Luciana Pimentel da Silva. Casas de acolhimento no Brasil e a população LGBTI+: reflexões, contextos e vulnerabilidades. **ECCOM - Educação, Cultura e Comunicação**, Lorena-SP, v. 13, n. 26, p. 289-304, 2022. Disponível em: <<https://scholar.archive.org/work/5u4ygr6yevduhmeqv5uwocgfm/access/wayback/http://fatea.br/seer3/index.php/ECCOM/article/download/1879/1745/5801>>. Acesso em: 13/03/2025.

SILVÉRIO, Ana Carolina da Silva. **As adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa de internação no Distrito Federal: onde fica o “gênero”?** (2006-2008). 2008. 127 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/665/4/2008_AnaCarolinaSilverio.pdf>. Acesso em: 12/03/2025.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves; MEDEIROS, Márcio Felipe Salles. Somos todos ciborgues: aspectos sociopolíticos do desenvolvimento tecnocientífico. **Configurações**, n. 8, p. 11-32, 2011. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/882/>>. Acesso em: 12/03/2025.

SOARES, João Paulo Fernandes; MOURÃO, Ludmila; MONTEIRO, Igor Chagas. Corpos dissidentes: gênero e feminilidades no levantamento de peso. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 39, n. 3, p. 254-260, 2017. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328916301718>>. Acesso em: 13/03/2025.

SOUZA, Fabrício Toledo de. Os refugiados decidem viver: a geografia da desigualdade e a fuga como resistência. In: Jubilut, Liliana Lyra; Frinhani, Fernanda de Magalhães Dias; Lopes, Rachel de Oliveira (orgs.). **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. Boa Vista: Editora da UFRR, p. 175-195, 2018.

SUDRÉ, Lu. Transexualidade deixa de ser considerada doença, mas ainda é patologizada. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/03/transexualidade-deixa-de-ser-considerada-doenca-mas-ainda-e-patologizada/>> Acesso em: 12/03/2025.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>>. Acesso em: 26/10/2023.

VIEIRA, Branca. Em bom pretuguês: Lélia Gonzalez, uma quilombola amefricana. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 214–218, 2015. DOI: 10.23925/ls.v19i34.25768. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25768>. Acesso em: 12/03/2025.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESSOAS NÃO BINÁRIAS

A pessoa TRANS não binária ciborgue GABRIEL SANTOS PEREIRA, foi entrevistada de modo não-diretivo considerando sua narrativa biográfica, garantido seu lugar de fala e sua história de vida, dialogando com a pretagogia e sociopoética de Sandra Petit.

Para tanto, gostaria de introduzir ainda, como aspecto metodológico para análise das suas falas – que os dados apresentados são a essência da sua história de vida, subjetiva e única. A proposta adotada aqui é que “PESSOA TRANS NÃO BINÁRIA CIBORGUE” não será objeto de pesquisa da presente dissertação, mas sujeito/a/e participante visto que será considerado seu lugar de fala na perspectiva da mudança de paradigmas na produção científica.

Sendo assim, o Roteiro de Entrevistas foi pensado a partir de sete (7) perguntas motivadoras sobre sua história de vida, para a presente dissertação:

- 1.) Breve Apresentação;
- 2.) Como é a vivência de uma pessoa trans não binária no DF?;
- 3.) Você em algum momento da sua vida já refletiu sobre ser trans não binária ciborgue, se sim porquê?;
- 4.) Aqui no Distrito Federal, você foi bem acolhida e teve sua identidade de gênero – TRANS não binária ciborgue respeitada nos serviços públicos que acessou? Serviços tais como: CRAS, CREAS, Psiquiatria Ambulatório de Gênero do HMIB, Ambulatório TRANS
- 5.) Tem algum serviço no DF que você sente que acolhe as pessoas Trans não binárias ciborgues?
- 6.) Caso não tenha, como poderíamos construir espaços nas Políticas Públicas que respeitem as identidades de gênero Trans não binárias ciborgues?

7.) Dentro dessa possibilidade de sua existência enquanto pessoa Trans não binárias ciborgue qual o seu maior sonho?

APÊNDICE 2. ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESSOAS NÃO BINÁRIAS

A pessoa TRANS não binária ciborgue JEFF CARDOLLI, foi entrevistada de modo não-diretivo considerando sua narrativa biográfica, garantido seu lugar de fala e sua história de vida, dialogando com a pretagogia e sociopoética de Sandra Petit.

Para tanto, gostaria de introduzir ainda, como aspecto metodológico para análise das suas falas – que os dados apresentados são a essência da sua história de vida, subjetiva e única. A proposta adotada aqui é que “PESSOA TRANS NÃO BINÁRIA CIBORGUE” não será objeto de pesquisa da presente dissertação, mas sujeito/a/e participante visto que será considerado seu lugar de fala na perspectiva da mudança de paradigmas na produção científica.

Sendo assim, o Roteiro de Entrevistas foi pensado a partir de sete (7) perguntas motivadoras sobre sua história de vida, para a presente dissertação:

- 1.) Breve Apresentação;
- 2.) Como é a vivência de uma pessoa trans não binária no DF?;
- 3.) Você em algum momento da sua vida já refletiu sobre ser trans não binária ciborgue, se sim porquê?;
- 4.) Aqui no Distrito Federal, você foi bem acolhida e teve sua identidade de gênero – TRANS não binária ciborgue respeitada nos serviços públicos que acessou? Serviços tais como: CRAS, CREAS, Psiquiatria Ambulatório de Gênero do HMIB, Ambulatório TRANS...
- 5.) Tem algum serviço no DF que você sente que acolhe as pessoas Trans não binárias ciborgues?
- 6.) Caso não tenha, como poderíamos construir espaços nas Políticas Públicas que respeitem as identidades de gênero Trans não binárias ciborgues?

7.) Dentro dessa possibilidade de sua existência enquanto pessoa Trans não binárias ciborgue qual o seu maior sonho?

APÊNDICE 3. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Olá, me chamo Kayodê da Silva Silvério, sou uma pessoa trans não binária gênero fluido ciborgue, profissional do SUAS e atualmente cursando um mestrado na Universidade de Brasília no Programa de Pós-Graduação de Direitos Humanos, venho pedir sua contribuição para esta Pesquisa, respondendo este questionário virtual, que segue anexo ao TCLE.

A pesquisa **ESTUDOS TRANS AFROREFERENCIADOS: “ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS TRANS NÃO BINÁRIAS E CIBORGUES, SOB A PERSPECTIVA DO RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES E INTERSECCIONALIDADES, NOS DIREITOS HUMANOS”**, tem como finalidade trazer a perspectiva de pessoas trans não binárias ciborgues, contribuindo para o reconhecimento do lugar de fala.

Esse é um convite e uma busca para visibilidade da existência e vivência das pessoas trans não binárias ciborgues, para nomear questões que merecem atenção e para reconhecimento das necessidades e especificidades em garantir o reconhecimento das identidades e interseccionalidades nos direitos humanos no acesso as Políticas Públicas no DF.

Será garantido anonimato, *haverá a guarda dos registros por parte de pesquisadores/as pelo período de cinco anos, ao término do qual, serão destruídos.*

Por gentileza, responda da maneira que achar melhor e que você se sinta respeitada/e/o.

Terá duração média de 45 minutos.

Agradeço muito a sua participação.

Telefone (61) 996024749 (61) 99667-6413 E-mail: kayodesilverio@gmail.com

Endereço: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA –Av. L3 Norte Campus Universitário Darcy Ribeiro/Brasília-DF

Nome da/do/de Participante da entrevista

Assinatura da/do/de Participante da entrevista CPF

Nome de entrevistador

APÊNDICE 4. TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.

[Transcrição de Entrevista – Kayodê Silvério]

Entrevista realizada por meio de videochamada às 15h57 do dia 11 de Março de 2022

Entrevistador/e: Kayodê Silvério - ele/dele

Entrevistado/a/e: Gabriel Oliveira - ela/dela

Legendas: P – Pesquisador/e / E – Entrevistada/e

P: Está gravando?

E: Está gravando? Apareceu aí?

P: A reunião está sendo gravada, sim. Uma boa tarde, é um prazer enorme recebê-la Gabriel para essa entrevista, referente à minha pesquisa de dissertação de mestrado no programa de direitos humanos da universidade de Brasília, o tema da minha dissertação de mestrado é ... como que se dá o acesso às políticas públicas? Né? É, na verdade, é estudos afroreferenciados, acesso às políticas públicas para as pessoas trans, não binárias

e ciborgues, sob a perspectiva do reconhecimento das identidades, interseccionalidade dos direitos humanos. É, eu queria ver contigo se você recebeu direitinho um termo de consentimento livre esclarecido.

E: Sim, recebi.

P: Recebeu, aí é o final da entrevista que eu gostaria, por gentileza que você assinasse o termo, respondesse e me enviasse digitalizado com a sua assinatura para conquistar nos, nos anexos da dissertação certinho? Tá bom, querida? E você é assim, uma grande admiração, tenho uma profunda admiração por você, pela sua história, pelo seu ativismo, então para mim vai ser mais do que uma honra, estou super emocionado aqui de te entrevistar...

E: Foi nada, que a honra maior com certeza é minha, poder participar desse momento na sua vida, desse momento histórico neh, com essa pesquisa maravilhosa! Eu estou muito orgulhosa de poder estar contribuindo.

P: ... ai, maravilha, e a perspectiva é essa mesmo assim, não é? A gente não trabalha naquela perspectiva interessada ocidental, é uma perspectiva metodológica decolonial, que bebe em várias, em vários métodos, né? Os multi métodos afro feministas, e a perspectiva é que você está sendo entrevistada, vai ser entrevistada, mas você entra como co-pesquisadora, então é uma pesquisa que vai ser de forma conjunta neh, então tudo que eu escrever depois eu vou passar para você, você pode obviamente, escrever no texto, falar se é por aí mesmo, porque não faz sentido nós continuarmos sendo colocado como ... colocados, colocadas e colocades, como objetos, né? Meros objetos de pesquisa na verdade, nós somos protagonistas das nossas histórias, das nossas vivências, e ocupar esse espaço acadêmico ... ainda mais para nós, pessoas trans pretas, que nem 00000 0,0001% da população que consegue acessar, né, principalmente academia, imagina a pós graduação, então é para trazer todas essas perspectivas mesmo, de ser algo que queria logo com a nossa realidade, que a gente saiba que é algo real assim, que corta nas nossas vidas, que nos atravessa, e que cria aí novas possibilidades da gente construir o que a gente chama da verdadeira cidadania trans, não é? Mas é isso, vou começar então a ler aqui o roteiro de entrevista, então, vamos lá.

É, a pessoa trans não binária ciborgue Gabriel Santos Pereira, vai ser entrevistada de modo não diretivo, considerando a sua narrativa biográfica, garantindo o seu lugar de fala, sua história de vida e nós vamos dialogar com a pretagogia e a sócio poética da Sandra Petit. Para tanto, eu gostaria de introduzir ainda, como aspecto metodológico para análise dessas ... das nossas, que os dados apresentados são a essência da história de vida, subjetiva e única da Gabriel, a proposta adotada aqui é que a pessoa trans não binária, ciborgue, não será objeto dessa de pesquisa da presente dissertação, como eu havia falado anteriormente, mas sujeito participante da pesquisa, visto que será considerado o seu lugar de fala na perspectiva da mudança de paradigmas para a produção científica, do ponto de vista da vida de nós pessoas trans, o roteiro ele foi pensado a partir de 7 perguntas motivadoras sobre a sua história de vida, para a presente dissertação, eu já tinha apresentado previamente, não é, Gabriel? Para você, querida, e aí a gente construiu, né juntas, né? Juntos e juntas o roteiro. Então a Gabriel já está pá, não é? Das perguntas, que é pra não ter nenhuma pergunta que fosse neh, invasiva ou que não coubesse, não é? E aí eu queria começar com a primeira pergunta, que é você fazer uma breve apresentação, dessa vida linda e maravilhosa que você tem.

E: É meu nome é Gabriel, Gabriel Santos Pereira, sou uma pessoa preta retinta, não binária, pansexual, e o interessante é que a minha não binariedade foi me dada, assim como, como eu fui designada ao nascer, homem, pessoas me designaram e quanto pessoa não binária, me leram assim, e só depois de algum tempo que eu fui saber da existência dessas outras possibilidades, não ser homem e aí foi onde eu me achei, porque eu vinha de um sofrimento onde eu não me encaixava naquilo que me socializava, que era ser uma pessoa homem, então, durante toda a minha trajetória de infância e de adolescência foi muito sofrido, porque eu vi os meninos, via pessoas masculinas, e eu não ... não chegava nem perto daquilo que se esperava de mim, e daquilo que me exigiam, e aí me questionavam que ... se eu não seria mulher, e daí para mim, virar homem, em determinado momento da vida, onde ele estava explorando as possibilidades do meu corpo, da, da minha expressão, pessoas me leram enquanto uma pessoa não binária, e aí eu nem sabia o que era, aí fui pesquisar, daí entendi que: *nossa realmente há outras possibilidades de ser*, eu acho que essa possibilidade é a que encaixa, que mais eu me encaixo e foi daí que eu me tornei a primeira não binaria do CREAS, famosíssima.

Sou estudante de ciência da computação na Universidade de Brasília, to numa saga e há muitos anos para tentar me formar, porque não é fácil para uma pessoa trans, preta, periférica, estar num curso, que é um curso muito branco, cis, normativo masculino, né? E é isso, eu sou do signo de Câncer, tenho 26 aninhos, é isso o que mais eu falo, amigo?

P: Você quer falar alguma coisa sobre os coletivos que você faz parte?

E: Então, é desde cedo, mais ou menos 2016, eu já estava participando do movimento social enquanto participante de ... de ações para jovens periféricos, e aí, quando eu adentrei a universidade, eu pude ter acesso a coletivos e projetos de extensões ligados a gênero, sexualidade, raça, etnia, território, então participei da extensão ... da Corpolítica, participei do coletivo Corpolítica também, participei do coletivo Afrobixas, eu participei é da instituição ULTRA, que é a União libertária de pessoas trans e travestis, tive outras participações pontuais em outros locais, foi membra do comitê gestor contra a LGBTfobias na UnB, junto a diretoria da diversidade – DIV, fiz parte do programa transformação da ONU, da segunda edição foi uma transformada da ONU também, então eu venho já de alguns anos, já de ativismo junto com instituições Governamentais e não governamentais., já participei de campanhas com livres iguais da ONU., já dei entrevista na televisão a afiliada da Globo, do meu jeitinho.

P: Ah legal!

E: O que mais eu posso falar?

P: É bom que já está ... já está dando para a gente pegar um gancho para a pergunta número 2, queria que você falasse um pouco, como é a vivência de uma pessoa trans não binária no DF? Como é que é viver ... vivendo todos os dias, na correria, no dia a dia.

E: É bem complexo, porque tem que separar o ... Brasília, a capital ali, o plano piloto de da periferia onde eu moro, porque lá eu recebo um tratamento, lá para onde eu ando ... na Universidade de Brasília, é ali pelo plano neh, do que eu recebo aqui na minha periferia que é o Recanto das Emas, ou em outras periferias que eu ando também como Riacho Fundo I, Taguatinga ... Taguatinga é periferia? Ceilândia, então enquanto eu estou no plano, na UnB, as pessoas normalizam a minha identidade, enquanto pessoa não binária, porém, há um maior racismo por eu ser uma pessoa preta. Já na periferia da minha

identidade, ela causa. Um pouco de espanto, como se fosse uma coisa muito anormal neh, a minha expressão de gênero, mas se eu estou conforme, próximo de uma coisa que é que é esperado de normalidade, de expressão, eu sou mais bem recebida porque há menos racismo. Então há essa dualidade, onde na parte nobre, há um maior racismo, porém há uma abertura para minha expressão de gênero, e na parte periférica, há um acolhimento maior enquanto pessoa preta, mas há um distanciamento da minha identidade, da minha expressão? Deu para entender?

P: Muito forte o relato, inclusive, Gabriel, você em algum momento da sua vida ... você já refletiu sobre ser uma pessoa trans não binária, ciborgue?

E: Já, já, sim.

P: Porquê? Em que ... em que sentido?

E: Hm, das possibilidades de como eu posso transformar o meu corpo, para adequar esse meu corpo a essa minha realidade, a minha expressão, ao que eu vejo, o que eu quero mostrar para as pessoas, hoje eu ainda não eh, não tenho a expressão que eu desejo, que eu gostaria de ter uma expressão de gênero que fosse totalmente aí andrógina, onde as pessoas olhassem para mim e tivessem dúvida do que, do que elas estão olhando, se é um menino ou se é uma menina, o que que é? E viessem me perguntar, esse é o meu grande objetivo de ... da minha expressão do gênero e aí eu falar para elas, não, não é sobre isso, não sou homem, não sou mulher explicar, entendeu? E eu acho que a partir da das construções que eu posso fazer no meu corpo, e isso cabe dentro de o que é entendido enquanto a pessoa trans não binária ciborgue.

P: Da forma como a gente se reconhece neh? E aí as questões ciborgues, elas vão nos atravessando, a gente vai vendo que os ciborguismo está mais próximo da gente do que a gente imagina, assim, com recursos de próteses, de óculos, por exemplo, e de tantas outras questões. Bom, nós vamos ... estamos indo para a pergunta número 4, não é? Está ótimo, você está gostando? Está se sentindo?

E: Está super tranquilo!

P: Aqui no Distrito Federal, você foi bem acolhida? Teve sua identidade de gênero trans não binária ciborgue respeitada nos serviços públicos que você acessou? Serviços,

tais como CRAS, CREAS, psiquiatria de gênero do HMIB, ambulatório trans e dentre outros, na universidade de Brasília.

E: Então, dentro dos ambientes que eu transito, que eu tenho atendimento, que são o CREAS da diversidade, onde eu tenho ... sou acompanhada lá há anos neh, sempre fui muito bem respeitada, muito bem atendida, recentemente há 8 meses, um ano, mais ou menos, eu comecei a me acompanhamento no ambulatório trans e, desde então, nunca tive nenhum problema, sempre fui bem atendida também, bem recebida, bem respeitada, recentemente eu tive contato, outro contato com o eh ... com .. ai meu Deus, como é que era aquele ... aquela questão de advogados? Agora eu esqueci o nome...

P: Qual?

E: ... que estrou junto das pessoas, requerendo que nos documentos conste que eu sou uma pessoa não binária, a Defensoria Pública também está me auxiliando, está ... e está respeitando meus ... na forma como eu gostaria de ser tratado, está respeitando a minha identidade. Na também UnB, eu nunca tive nenhum problema felizmente, lá eu sempre estou sempre em contato com a diretoria da diversidade, que é a diretoria que me garante todos os meus direitos e luta pela ... pelo meu reconhecimento e reconhecimento de outras pessoas como, a aqui, próximo a minha casa, eu também tenho acesso a clínica da família, que é o nome, é como se fosse um posto, mas a clínica da família que eles chamam e lá também felizmente a médica de família que atende, ela também é sensível enquanto as relações de gênero e ela me trata conforme, conforme a forma que eu prefiro, ela me respeita dentro da, das minhas excepcionalidades, então estou bem servida nos serviços públicos sim, muito, muito satisfeita.

Não estou te ouvindo.

...

P: Está ouvindo agora? Tá vendo como eu sou atrapalhado com tecnologia? O plugzinho do fone, saiu aqui.

Ai que bom, chegada uma calma assim no coração neh, porque nós sabemos que a gente sofre violência intra familiar, sofremos violências dentro das instituições, né? As

violências institucionais, então a gente ter espaço que respeite minimamente uma identidade de gênero já são grandes avanços...

E: Então amigo, eu tenho que pontuar que talvez esse respeito que eu receba também seja por uma questão muito de eu me impor, e de ser uma pessoa que já tem uma caminha, talvez outras pessoas que tenham uma caminhada, que não tenham reconhecimento de ter participado de algumas ações, de ter participado de alguns coletivos, de alguns institui... de alguns trabalhos com alguma instituição, não tenha esse respeito talvez, então eu não posso falar por todas as pessoas, disso o que eu falo é só por mim.

P: Você teve algum outro serviço? Já entrando na pergunta assim, no DF que você sente que não acolhe? Tem algum outro serviço que você sente que não acolhe as pessoas não binárias ciborgues? ...

E: Se não acolhe...

P: Não, não, desculpa, desculpa, deixa eu voltar, tem algum serviço do DF que você sente que acolhe as pessoas trans não binárias ciborgues?

E: ... então, todos esses espaços que eu falei, começando com o CREAS da diversidade o ambulatório trans, o HMIB, a UnB ... especial pela diretoria da diversidade – DIV, a Defensoria pública, Ham, eu nunca, nunca precisei de mais, temos uma delegacia especializada aqui para pessoas LGBTQs, eu já ouvi Já, pessoas foram e foram bem recebidas é isso.

P: Maravilha, você acha assim, que tem espaços que a gente ainda precisa construir? Como que nós poderíamos construir outros espaços que respeitem as identidades de gênero das pessoas trans não binárias?

E: Sim, eu acho que ainda há muitos espaços para ser conquistados...

P: É, o que você sugere assim disso, enfim, o que que pode ser feito? Para a melhorar né?

E: ... assim como, como é os ministérios, os ministérios, a questão de vestimenta para entrar, para entrar naqueles espaços, essa resistência com vestuários, há outras

questões também de escolas, de serviços policiais, né? Que infelizmente, não são todos que são bem preparados para receber esse público, acredito que que sejam esses os principais., felizmente, os contatos que eu tenho com a saúde ... o que me pareceu foram que são pessoas que estão bem atualizadas, e conseguem lidar melhor na questão da saúde.

P: Maravilha, ótimas ponderações. Quando você fala das escolas, o que você está querendo dizer exatamente?

E: Então, eh recentemente eu fui fazer uma pesquisa em uma escola aqui do Recanto das Emas, para uma disciplina e aí nessa pesquisa, eu fui, me apresentei, então, *sou Gabriel, sou uma pessoa trans não binária, eu estou fazendo uma pesquisa que é em relação a pessoas negras a nas escolas, e tal, tal, tal* e aí a coordenadora da escola me pareceu que ela não sabia lidar comigo, ela não sabia o que ... o que eu era, não sabia lidar com isso, e aí ela foi falando sobre outras questões que nem era sobre a minha pesquisa, sobre estudantes da escola que se identificavam quando ... enquanto trans, e aí ela começou a tratar essa, essa estudante no pronome errado, e aí é usou o nome que a estudante não usava, então eu achei que aquilo que ela estava fazendo foi uma transfobia neh, e mesmo que a pessoa não estivesse ali, ela estava usando o nome que que ela não usa, nome morto, que ele chama, e ainda a tratando um pronome errado, entendeu? Mas ela também estava com. uma espécie de preocupação em como essa estudante seria recebida na escola pelos outros estudantes, mas aí ela me disse que os outros estudantes a receberam bem, e que a questão mais problemática foi com o ... com o corpo docente que não sabia como lidar com essa estudante, questões como banheiro e tudo mais, que são coisas simples, na minha visão, e que essas pessoas talvez ... é uma escola de ensino fundamental e médio, talvez para esse modelo de ensino precisaria de mais instruções, mais instrução, uns cursos para essas coordenadoras e professores, e todo o corpo estudantil saber lidar, porque está cada vez mais comum, adolescentes trans, assim, tendo se identificando logo cedo, tendo as suas identidades afloradas e permanecendo nesse espaço, não é?

P: Sim, muito pertinentes, só fala, agora a gente já está chegando no final...

E: Nossa, foi tão rápido.

P: ... mas a intenção é essa, assim é ser mais diretiva, não é? A gente, tentar trazer possibilidades mesmo de refletir essa realidade, mas ... é para isso, como é que está? Como é que tem que se dado esse acesso? O quê que é necessário criar, enfim, e aí última pergunta é uma pergunta, assim, falando mais da nossa existência, e aí eu queria saber, dentro da possibilidade de sua existência enquanto pessoa trans não binária ciborgue, qual o seu maior sonho?

E: Meu maior sonho é envelhecer sabe? É sobreviver para envelhecer, pra ficar bem velhinha mesmo, os cabelos, todos brancos, sabe? Sendo fofinha, é o que eu gostaria, porque eu tenho muito medo de quando eu saio, por conta de situações que já aconteceu comigo, pessoas jogarem coisas em mim, me ameaçarem de morte no ônibus e outras pessoas no ônibus, motorista, cobrador, não fazer absolutamente nada, e por eu ser uma pessoa trans, por eu ser uma pessoa negra, por eu ser uma pessoa LGBT, por eu ser uma pessoa periférica, são várias questões que me atravessam, que ... parece que diminui a minha expectativa de vida, então envelhecer, se torna um sonho para mim, entendeu?

P: Que emocionado aqui, mas é isso, querida, você gostaria de falar mais alguma coisa? Queria já te agradecer pela sua disponibilidade, assim, é já falar... pedir mil perdões por tantas remarcações, mas tenho atravessado aí um quadro complexo de saúde mental, de adoecimento, mas tou vencendo aí, com os cuidados, de saúde, tenho me cuidado, cuidado espiritual também, do social, eu acho que eu queria chamar o atendimento psicossocial e espiritual, não é? Queria saber se gostaria de falar mais alguma coisa? Teria alguma pergunta que você queira incluir, algo ...

E: Então, não tem de pedir desculpa, que pedir perdão, eu super entendo o que você passa, eu também passo por algumas ... a gente compartilha de questões semelhantes, e a gente precisa realmente se cuidar para conseguir cuidar das outras pessoas neh, então você tava se cuidando para conseguir ter esse cuidado comigo aqui, agora nessa entrevista, então eu super entendo, entendeu? Foi na hora que ... na hora certa de acontecer, a gente não atropelou nada, eu estou muito feliz em poder participar disso, poder estar compartilhando um pouquinho do que eu sou, o que eu tenho da minha história com o outro, com você. Dizer que pesquisas como essa e nesse formato, são de extrema

importância, nesse formato é a primeira vez que eu participo, onde eu sou sujeita, sujeita pesquisadora no que tange a pesquisa, e eu achei isso incrível, então eu achei esse formato muito revolucionário, e eu espero que mais pesquisas assim, com essa ... esse formato e com essas questões, feitas por nós, para nós, sejam cada vez mais presentes na academia.

Não te ouço de novo.

P: Sim maravilhosa é isso, a gente ocupando os espaços, não é? É o que você falou, a gente tem que ter o direito a envelhecer, a gente tem que romper com essa lógica do silêncio, com essa lógica, dessas violências e ... fazer o traviarcado mesmo, construir o traviarcado...

E: É sobre isso!

P: ... aí é isso, amiga a gente, vai ficando por aqui mesmo...

E: Então vai ser a gravação?

P: ... com muito material, acho que vai ser incrível. Aí eu quando eu for escrevendo ... como é? como? Pode ser?

E: Pode, pode sim.

P: Finalizamos, obrigado.

ANEXO 7

[Transcrição de Entrevista – Kayodê Silvério]

Entrevista realizada por meio de videochamada às 00h00 do dia 00 de - de 2022

Entrevistador/e: Kayodê Silvério - ele/dele

Entrevistado/a/e: Jeff Oliveira - ela/dela

Legendas: P – Pesquisador/e / E – Entrevistada/e

P: Lá, vamos lá.

E: Não estou te ouvindo.

P: Não está me ouvindo? ... e agora? ... ah maravilha! Tinha, tinha dado certo.

É querida, então é isso assim, desculpa aí os infortúnios da internet neh não é essas coisas todas, mas é, primeiramente, queria te desejar uma boa tarde, dizer que está sendo um prazer enorme você estar fazendo parte da pesquisa, né? Como pesquisadora que eu acho que é importante a gente trazer é essa categoria de análise, que eu não trabalho com objeto de pesquisa nunca, mais sim, com pessoas que fazem parte da pesquisa como um todo neh, então você é uma pesquisadora, assim como eu, e dizer que que vai ser emocionantes, eu acho assim, as nossas insurgências neh a questão de da gente saber balizar o que é realmente esse nosso poder de atuação e de reverberação aí, política.

Aí, é como eu te expliquei anteriormente, eu estou utilizando uma categoria de análise que é da Sandra Petit neh, que é da sócio poética, então assim, é aí depois a gente pode ver se você vai querer, se identificar ou não?

É, se você vai querer criar um nome fictício, enfim, tudo isso a gente vai construir, né? Juntas, juntos e juntas, e aí eu vou ler com você agora, o termo ... na verdade, o roteiro de entrevista neh, e eu ainda não te encaminhei o roteiro, o termo de esclarecimento neh, o termo consentido, mas praticamente vai ser assim, *A pessoa trans não binária ciborgue*, aí, neh seu nome, como você vai querer ser referenciada, foi entrevistada de modo não diretivo, considerando a sua narrativa biográfica, garantindo o seu lugar de fada, fala, sua história de vida dialogando com a Pretagogia e a sócio poética da Sandra Petit, que foi essa que eu estava te explicando.

Para tanto, ainda gostaria de introduzir como aspecto metodológico para análise das suas falas neh, do que você vai trazer, que os dados apresentados são de essência da

sua história de vida, subjetiva e única neh, a proposta adotada aqui é a pessoa trans, não ... não, ciborgue não binária, não binária ciborgue, ela não será objeto de pesquisa da presente dissertação, mas sim sujeita, sujeito, sujeite participante, isso que será considerado seu lugar de fala na perspectiva da mudança de paradigmas na produção científica.

Dialogando com o que a gente chama do conhecimento compartilhado neh, de ... são na verdade, são pessoas que estão sendo entrevistadas, mas que serão parte da pesquisa, são pesquisadoras neh é, então, o roteiro de entrevista ele foi pensado a partir de sete perguntas motivadoras sobre a sua história de vida, aí a primeira delas, eu queria que você fizesse uma breve apresentação. O que, do que é a Jeff, quem é você? O que você gostaria de colocar?

E: Pode começar?

P: Pode ficar à vontade.

E: No fone eu não estou ouvindo.

P: Fica à vontade, pode começar, voltou?! pode começar sua apresentação.

E: Eu me chamo Jeff e tenho 28 anos, sou de aquário, acho importante aquelas, eu sou formada em direito pelo centro universitário Planalto do Distrito Federal, atualmente faço mestrado também em direito na universidade de Brasília e eu pesquiso violência contra pessoas trans, é especificamente homicídios e outros tipos de morte, né? Outro ... outras epistemologias de morte, sim é, eu sou atuante no movimento social, é de pessoas trans, eu participo da ULTRA, que a união libertária de pessoas trans e travestis aqui no Distrito Federal e também já compus coletivos LGBTs que tinham como premissa a liberdade de gênero, de orientação sexual e identidades sexuais, é como a Corpolítica e outras coletivas, neh que eu ajudei a construir a fazer parte, durante a minha trajetória na graduação e agora na pós-graduação, eu ando um pouco afastada dos movimentos por conta, enfim, da vida adulta, neh? Vai chegando os boletos e, enfim, a gente deixa para as novinhas, né? Que estão chegando darem continuidade ao que a gente estava construir é.

Eu sou uma pessoa não binária de gênero, não me identifico quando a pessoa não binária, eu gosto de dizer que gênero é bicha ou viada! É que são as identidades brasileiras, né? Que as pessoas utilizavam como injúria ou como uma tentativa de deslocar o meu corpo, de deslocar a minha ... a minha expressão é de gênero, mais afeminada e também a minha a minha forma de me enxergar e de lidar comigo mesma é, e através dessa injúria que a gente dentro do ... dos movimentos e da vida mesmo, vai tentando ressignificar algumas coisas, eu costumo dizer que a minha primeira identidade de gênero neh dentro da não binaridade, ela foi construída através da bichice da viadice neh, da... da afeminada, do local de afeminada que eu ocupei e ocupo durante uma boa parte dos meus processos, é de experiência mesmo enquanto uma pessoa não binária, ham e eu acredito que isso é ... seja a um diferencial também da própria identidade que compõem, é a não binaridade de gênero, neh de ... da possibilidade do diálogo entre expressões de gênero e também de autodeterminação da pessoa e, enquanto ela também se reconhece como pessoa trans, o quanto ela busca também fazer alterações ou não dentro dos limites corporais, aquelas submetidas no decorrer da trajetória de sua vida ou por opção dela realizar essas mudanças, mas também ..., mas tendo sempre como premissa a importância de reconhecer a também o meu local e o meu papel dentro da sigla, né? É de pessoas transgêneras a de travestis que é ... possuem divergências e diversidades entre si, e que também é preciso se pensar, né? O local que o nosso corpo que o nosso corpo ocupa dentro das reivindicações que a gente tenta realizar, nos processos que a gente vai construindo.

E tendo essa compreensão apesar de me identificar enquanto pessoa trans não binária, em diversos espaços obviamente neh, o meu corpo, assim como é deslocado para me negar alguns direitos, ele também é utilizado para me cercar também da minha ... da minha identidade nos espaços em que eu ocupo neh, independente de quais espaços sejam, não só nos espaços públicos e órgãos públicos, mas também dentro do próprio movimento LGBT e também dentro do movimento trans, que são outros locais de ... de disputa que a gente realiza o tempo inteiro, né? Então, a todo momento a gente que é dissidente de gênero é, de alguma forma também enquanto pessoas trans, estamos o tempo todo nos colocando em um ... em um, não em um local de autodeterminação, porque não é sobre isso, mas de reafirmar que a nossa identidade está para além das aparências do dia-a-dia ou com como a gente se reconhece, o que que a gente quer abdicar ou não, e do quanto esses processos podem ou não ser violentos para muitas de nós e que as vezes até

mesmo dentro do nosso próprio meio, né? LGBT especificamente movimento trans a gente encontra alguns diálogos difíceis, é para ter com a população *T* e também muito mais com a população cis, obviamente, mas eu queria destacar porque eu vejo muito obstáculo neh, dentro de alguns espaços que eu frequento através de comentários e, enfim, temos pejorativos em relação a minha identidade, que de certa forma também atravessa a minha vida e o que eu sou, né?

Então, dentro da minha questão, e minha relação enquanto pessoa trans não binária, eu também gosto de trazer esse, essa pequena contextualização, porque eu acho que é importante a gente se aprofundar mais sobre ... também essas questões de gênero de uma forma que não fique apenas no “como eu sou, como eu me identifico”, mas também o que eu observo dentro dos limites que a nossa identidade ela corresponde, e também questionar esses limites, não a partir do limite que eu tenho, mas também de quem limita, né? Porque se não, a gente vai recorrer em falsas simetrias para analisar as experiências individuais e individualizantes neh, não é que as pessoas têm sobre a nossa identidade e sobre como a nossa identidade realmente é?

Imprevisível, nunca sabe para onde estão a agir isso.

P: Nossa, fiquei emocionado aqui, está, está saindo? Nossa, fiquei bastante emocionado com a sua apresentação. É, é isso, assim, né? A nossa proposta de vida, ela perpassa por muitas questões assim neh, das violências cotidianas, neh Jeff, e você tem uma fala muito, não sei, assim é real, sabe? Eu consigo me ver.

É, acho que você já entrou um pouquinho, não é? Nessa sua breve apresentação, mas que entrando agora já na pergunta número 2, eu queria saber como é que é a vivência de uma pessoa trans não binária no DF? Você pode falar um pouquinho para a gente? Como é que a sua vivência, como é que é o seu dia a dia? Por gentileza.

E: Pode começar?

P Pode.

E: Tá ok! Eu também estou muito emocionada., faz muito tempo que eu não participo de uma entrevista neh para, para participar de, da construção do projeto de outras pessoas, eu acho isso muito importante, principalmente quando é outra pessoa trans

também pesquisando e colocando a gente também em um locus de pesquisadora como participante da efetivação da entrevista, eu peço até desculpas por conta que o computador aqui é um pouco limitado, e aí eu não estou aparecendo muito porque a minha cadeira é bem baixinha e a tela está um pouco alta por conta da mesa, né? Minha cadeira não tem altura suficiente, mas eu agradeço a oportunidade de estar participando e voltando para a pergunta, hm.

O meu dia a dia, enquanto uma pessoa trans não binária é atravessado por diversas complexidades, neh como eu trouxe no início com a minha fala introdutória sobre as, as dissidências, que o nosso corpo realiza dentro de um ... dentro de uma perspectiva cis hétero normativa neh, que nosso corpo se distancia e ao mesmo tempo em que ele encontra outros obstáculos dentro do próprio movimento LGBT, tanto no reconhecimento da identidade como um todo neh, isso de certa forma nos afeta psicologicamente, então, por exemplo, às vezes por mais que eu me identifique enquanto a pessoa trans, enquanto a pessoa não binária, eu sinto uma dificuldade muito grande, por exemplo, de ocupar alguns espaços, porque sempre me vem à cabeça de, que em algum momento específico, é determinada questão, não é sobre mim, talvez eu não possa contribuir, por exemplo pra falar de determinada coisa, porque eu não vou experienciar o mesmo tipo de questão ou de relação, de determinado debate que travessa a vida de outras pessoas trans, entende? E isso, ao mesmo tempo, eu sei que não é uma. uma verdade que se é um engodo que a gente coloca como uma, uma barreira também para gente também se posicionar em determinados momentos, só que ao mesmo tempo, também faz parte da construção, né? De nós enquanto sujeitos que o tempo todo temos o nosso direito negado dentro de uma narrativa cis hétero normativa patriarcal, como também dentro do próprio movimento do trans, que desloca a nossa identidade para um outro âmbito que não o trans neh, eu já tive muito que debater sobre identidade de gênero com pessoas trans binárias para poder me reafirmar enquanto minha identidade, ela também, ela destoa das cis heteronormatividade, o quanto que ela também destoa do gênero, e o quanto eu também sou pertencente a esse grupo por mais que em alguns momentos elas irão não me reconhecer, a depender de como eu esteja vestida ou de como eu esteja e, por exemplo, não é todo dia que uma pessoa vai ter ânimo de fazer a barba, de se depilar, né? Ainda mais eu que não tenho condição financeira para poder pagar a depilação e a laser igual minhas amigas trans ricas, concursadas ou de classe média alta, eu vou ter que usar a gilete ou a maquininha de barbear, antigamente eu fazia isso, porque quando era mais

jovenzinha, eu fazia isso, mas com o tempo a gente cansa, com o tempo a gente vai tendo outras demandas, a gente vai tendo que fazer mais coisas e com o tempo a gente passa a priorizar o nosso próprio bem-estar e o nosso próprio ... o nosso próprio auto reconhecer do que também através do olhar do outro neh, mas tendo a compreensão que em alguns espaços, eu não poderei ocupar, por conta de haver essa binaridade de gênero, não só dentro do ... da cisnormatividade, como também dentro do próprio movimento Trans e LGBT também.

Porque de alguma forma, a binaridade atravessa todas as expectativas e perspectivas que as pessoas de uma forma geral, estão a olhar para determinado corpo, porque é algo que já é, que é algo ... que é construído socialmente, é enraizado dentro de uma cultura social muito ocidental, diga-se de passagem, que esse é um olhar ocidental sobre a corporeidade das pessoas é através do cenário de gênero, e isso com certeza direciona o olhar e a atenção das pessoas justamente para detalhes como barba, como pelo ou como você também não tem pelo, por você também não tem pelo, porque também não são todas as pessoas trans não binárias que vão ser peludas, vão ter pessoas trans não binárias que vão querer ter pelo, e não vão ter, a não ser que elas façam hormonização, e passar por procedimentos de hormonização também pode ser violento neh, ao mesmo tempo que pode ser violento cobrar, a exigência de você colocar para uma pessoa trans que ela precisa ser hormonizar para ela poder se afirmar e dizer quem ela é não deixa também de ser um processo violento neh, e que envolve outros custos para além, por exemplo, eu falei do meu caso de usar máquina de barbear ou ter que fazer depilação laser, enfim, a gilete, e que acaba, em alguns casos, ficando muito caro em outros neh, pessoas trans binárias que querem ter uma aparência voltada para o dammy boy, por exemplo, vão precisar se reafirmar de outras formas ou vão precisar de alguma forma, para serem lidas enquanto um gênero em dissidência abdicar de um conforto que elas têm de se auto reconhecerem está tudo bem, é tendo a complexidade que são os corpos e corpos delas, ao mesmo tempo em que também isso é importante para elas construírem os acessos delas em alguns passos, não é? Então, são diálogos intermitentes e eu acredito que o meu dia a dia, né? A minha vida enquanto uma pessoa não binária no Distrito Federal é muito atravessada, por isso, por eu ter de me afirmar, por eu ter de explicar, por eu ter que o tempo todo estar falando e explicando e isso cansa.

Aí eu já cheguei num momento da minha vida em que eu não quero mais conhecer pessoas novas, eu não quero mais ter que ter contato com o com pessoas diferentes, porque justamente é muito cansativo ter que explicar tudo, então, já eu fechei ali a minha bolha, o meu ciclo de pessoas próximas, assim, que vão saber, porque é muito cansativo ter que ficar o tempo todo explicando o tempo todo, dizendo, eu vou ter andar com cartão de identidade de gênero, e entregar para as pessoas para que elas eh, evitem de me ficar fazendo perguntas, ou algo a todo tempo tipo, *a mas e a linguagem neutra, o que que você acha sobre isso?* é um pouco chato, às vezes a gente ter que toda hora ficar se reafirmando, ficar te alugando., às vezes a gente só quer paz e no momento né? Os meus diálogos estão em torno disso, mas eu quero aqui afirmar que eu também me sinto muito cansada por toda hora, a todo momento neh, quando eu quero ocupar algum espaço, quando eu preciso de algum espaço, ter que me reivindicar e não só reivindicar, eu também tenho que explicar o porquê de me reivindicar o porquê estou me reivindicando, como estou me reivindicando, da forma que estou indo reivindicar, e não simplesmente, enfim, a pessoa ficar calada e dizer, *ok está bom*, que é o que geralmente as pessoas fazem neh, essas binárias de gênero, hm ... eu acho que isso também é atravessa a vida de muitas pessoas não binárias, não só a mim, no dia a dia, e são complexidades que não são carregadas exclusivamente por mim, eu acredito que seja compartilhado, acredito que muitas pessoas ... eu conheço pessoas, por exemplo, que se hormonizam e que acham um saco, mas é preciso para serem lidas em determinada categoria que elas se identificam, outras que acabam precisando é ... ou outras também que estão cagando, estão andando como elas querem também, né? Que passando muito mais a minha vibe hoje em dia, porque, como eu falei no início, eu já não aguento mais e é isso, eu não sei se eu consegui responder, às vezes eu falei de outra coisa.

P: Super, respondeu Jeff, e maravilhosa como sempre, de que você trouxe reflexões incríveis, não é? A respeito mesmo da ... da construção da não binaridade, eu acho que é uma vivência muito sua, muito própria, é muito da sua vida, e você quer falar mais alguma coisa? Está se sentindo contemplada? A gente pode ir para a próxima.

Aí, a próxima é uma pergunta um pouco mais intimista, ela fala assim: Se você em algum momento da sua vida já refletiu sobre ser uma pessoa trans não binária, ciborgue? Já querendo trazer a questão do Cyborguismo, que é o tema da minha dissertação, né? Se você algum em algum momento chegou a ter acesso aos textos da

Donna Haraway ou a questão do Cyborguismo na sua vida, no cotidiano, se sim, por quê? Você se sentiu uma pessoa trans não binária ciborgue?

E: Que sim, é ultimamente, agora parando para pensar e refletir sobre esses Cyborg, neh da eu acredito que o ciborgue dentro da proposta, é de mudar, é de romper com os parâmetros do dito normal, não é? Do que é composto, dentro da racionalização ocidental, como algo estático, acho que o ciborgue tem a ver com a mutabilidade, com a possibilidade de coexistência de diferentes corporificações em um único ser, até porque a origem da palavra Cyborg, ela vem dessa mistura entre humano e máquina, e esse agente ... eu refletir, no caso, não é sobre a minha identidade, e a gente refletir sobre as identidades Cyborgs é, eu acredito que eu posso sim, me considerar ... que em momentos eu já estive ciborgue, e em outros momentos não, mas acho que há fluidez, às vezes eu penso a aqui o ciborgue também, ele não está só na construção, na expressão de gênero, mas sim, também é da ... de todo um conjunto, né? Que a pessoa realiza em si mesmo, às vezes, uma pessoa que tem uma leitura de gênero de si mesmo, enquanto pessoa cis expressa uma identidade ciborgue não binária, mesmo que elas não se dediquem enquanto trans. Isso é importante, pontuar, a gente vê muita modificação corporal hoje em dia, principalmente dentro das pessoas atreladas ao metal, ao gore, ao gótico neh? É onde as pessoas se instalam chifres, pintam o olho de preto, fazem modificações abruptas em diversas localidades de seus corpos, como língua, boca, nariz e que mesmo que se identifique enquanto cis, elas não serão lidas dentro de um plano de fundo como humano, elas irão perpassar um filtro de ... de anormalidade em que a sociedade não irá constituir ela dentro de determinado padrão, até mesmo dentro da binaridade de como ela se expressar possivelmente mesmo, muito embora existam, é eu costumo dizer que é muito engraçado, como as pessoas, elas são, em alguns momentos, elas negam a sua identidade para te impedir de se autodeterminar daquilo que você quer ser, mas ao mesmo tempo, elas irão reconhecer a sua identidade ou uma outra identidade sua para lhe negar direitos, para você não acessar aquilo que você pretende buscar, então, vou dar um exemplo da ... da minha identidade enquanto bicha, enquanto viada, transviada, como eu diria Linn da Quebrada, transviada, eu ... em diversos momentos da minha vida as pessoas me negam o local de masculinidade por eu ser afeminada demais, por eu me vestir diferente demais, por eu me expressar diferentes demais, aí elas me negam esse local do sujeito cis, do homem, elas me empregam a violência, né? ... Alô?

P: Oi, congelou ... voltou!

E: Voltou? eu parei aonde?

P: Na parte que te negam, negam a sua identidade, quando você fala da questão do ... é transviada, que aí negam sua identidade ... parou aí.

E: Dentro da minha experiência de pessoa transviada, de bicha as pessoas me negam o local, elas me negam um espaço de masculinidade, de homem do cis gênero, elas me negam a acessar essa identidade, elas me colocam em uma outra narrativa, uma narrativa deslocada do que eles acreditam ser o ideal para expressar aquele tipo de hegemonia, ao mesmo tempo em que, quando eu vou reivindicar o direito para ser quem eu sou, para acessar alguns serviços públicos ou para reivindicar a minha identidade, que o ... para ir reivindicar uma outra identidade, já que eles o tempo todo eles me negam a primeira, eles vão voltar a me reconhecer dentro da identidade para me negar esses direitos, então funciona muito como um jogo neh, isso funciona muito como um jogo, não só para pessoas não binária, para toda. pessoa trans que existe, vão negar a mulheridade de mulheres trans, vão negar a masculinidade de homens trans, vão realocá-los para uma outra padronização de gênero, né? Que eles foram designados ao nascer, mesmo que destroem completamente da sua corporeidade, por já haverem transacionado e até mesmo aquelas que já conseguiram determinada passabilidade também podem passar por esse processo de ... de negação da, da identidade quando tentam acessar determinados direitos, mesmo que seja em um sentido, não o expressa, às vezes, mas uma violência também se constrói nos pequenos detalhes, nos pequenos comentários, das nuances da construção de *hã, você não é homem de verdade ou uma mulher de verde*.

Ao menos ali dentro da não binaridade, há um local para onde você e ... a não binaridade na realidade, ela desloca muito a reflexão e a compreensão do sujeito cisgênero, e até mesmo das pessoas trans binária, se eu digo binárias é de uma forma geral, também é por justamente serem identidades que vão fugir do espectro, e isso com certeza vai atravessar como a narrativa delas, vai ser reconhecido ou pode ser reconhecida como ciborgue ou não? E eu dei essa volta justamente para poder dizer que muitas das vezes, a identidade ciborgue, ela também, como a própria questão da não binaridade ela quer que a gente olhe com uma atenção, e com umas lupas um pouco mais é embaçadas, a gente não pode aguçar muito a vista, porque se não, a gente perde muitas outras

expressões é que não podem ser lidas com a mesma lente da binariedade, vão, vão precisar ser óculos 3D, assim, para você conseguir observar os múltiplos universos e as diferentes possibilidades de uma pessoa poder se determinar, e de se reconhecer desde questão religiosa, porque a gente, sabe que é não binariedade, ela também pode ser uma identidade que surge em determinados contextos religiosos, como a gente tem exemplos na Índia, em próprios povos indígenas do norte, enfim, e bem e parando para pensar em África também, a questão do homem mulher é uma visão colonial e a questão do ciborgue neh, ela também precisa ser isso, ser observada por essa perspectiva de descolonizar ou de tirar da mente que apenas uma modificação corporal vai satisfazer a uma pessoa poder ser considerado ou não, ciborgue, eu acho que existem inúmeros conjuntos, inúmeros fatores que vão construir a identidade de uma pessoa durante a trajetória dela na vida e a forma como ela materializa essa identidade, vai ser diferente de outras pessoas não binárias, ninguém vai ter a mesma experiência de gênero, nem mesmo tem a mesma experiência de gênero, quando a pessoa é cis ou quando a pessoa é trans não binária, quem dirá não binário, né? Então, esse ciborguismo que pode alcançar também pessoas cis, portanto pra mim a expressão de gênero e da minha afirmação, enquanto também um corpo ciborgue de que a todo momento eu estou em modificação, eu estou em reestruturação da minha própria, da minha própria identidade de gênero, eu acredito é que eu desloque, que eu mova na verdade, minha expressão muito, também, a depender do meu humor, de como eu estou com forças para poder, por exemplo é ... e também do estado que a pandemia nos deixou, eu tenho me visto, por exemplo, até estava conversando isso, houve uma situação que, enfim, não irei mencionar nomes, mas eu cheguei em um local específico e as pessoas começaram a me questionar, *a mas você para usando uma blusinha, uma calça assim, normal*, começaram a questionar porque era um roupas, são roupas que eu realmente não usava quando eu ia mais para UnB, para Corpolítica, que em são, enfim, a coletiva que eu fazia parte dessas pessoas me conheceram dessa época, eu falei, gente, eu engordei, eu engordei um pouquinho durante a pandemia, as minhas roupas não servem mais em mim, e essa pergunta me lembrou bastante isso ... esse momento que eu passei recentemente das pessoas virem me questionar, e das minhas roupas ciborgues e doidonas não estarem servindo mais em mim, né? Ham, então, também isso vai muito do reflexo de como avida das pessoas que estão a se mover, e de como elas passam também a se observarem, a se enxergarem pra alcançar determinadas coisas e, enfim, eu acho que é isso, espero ter respondido, eu falei muito, eu. falo muito meu Deus, Socorro.

P: Está ótimo, querida, ficar à vontade mesmo para falar tanto que você precisar, isso tudo é, é material para a gente pesquisar, para refletir, então, sinta-se à vontade, para mim, está sendo um prazer te ouvir.

É a gente está indo agora para a pergunta 4 neh, são 7 perguntas, aí eu queria saber, assim, se aqui no Distrito Federal você foi bem acolhida, e teve essa sua, a sua identidade de gênero trans não binária, ciborgue, respeitado nos serviços que você procurou, nos lugares que você acessou, como é que foi isso assim? Seja num CRAS, no CREAS, no ambulatório de psiquiatria do HMIB, no ambulatório trans, na Universidade de Brasília, enfim, na vida, como é que foi para você ter essa identidade de gênero Cyborg neh, não binária, uma pergunta forte neh, mas necessária.

E: Agora pode mudar a identidade, escolher o nome e optar por não aparecer, o que eles determinam como sexo não é de dentro da identidade, então hoje em dia é possível você também requerer que seja retirada essa parte da identidade neh, nessa perspectiva, mas eu nunca solicitei um serviço público específico para mim, eu quase não vou em hospital, eu deveria ir neh, mas eu quase não frequento, eu já...

P: Nem na universidade? Nem na universidade de Brasília, na UnB, agora no mestrado.

E: Questão que eu gostaria de comentar, né? A identidade de gênero ela não, ela é uma pauta, uma agenda, ela é institucionalizada, porém, ela tem inúmeras falhas, a questão que para pessoas que não tem alteração de nome, gênero no registro civil, que é meu caso, o nome de registro, ele vai ficar no registro da matrícula, e esse é um problema que eu enfrentei durante esse processo de pandemia e tal, porque eu poderia solicitar o nome social e tudo mais, porém, para acessar as aulas, para acessar algumas coisas, né? Dentro da instituição em si, eu teria que ir solicitando o professor por professor para mudar a lista de chamada, ou em alguns casos, se eu não conseguir alterar o meu nome que foi cadastrado no ... pela plataforma que eles estavam usando como oficial, que era o Google Meet., aliás, com Google Teams ... Google Teams não, plataforma de Teams da Microsoft, e lá constava o meu nome de registro vinculado à minha matrícula, então toda aula aparecia lá meu nome de registro, e não tinha como solicitar pra aparecer só o social, porque eles de diretamente vinculava ao meu nome, eles, tipo, poderiam muito bem, sanar essa dúvida perguntando para os alunos, né? Cada departamento lidar com isso de uma

forma mais específica, mas qual e-mail ou qual nome você escolheria, ou optaria para aparecer., não existe essa possibilidade, eles já cadastram direto e vai ser aquilo para o resto da sua vida na universidade.

Esse é um problema que eu enfrentei assim, de acessar o meu nome Jeff, mas não foi um problema muito grande, porque as aulas que eu tive no direito, os professores eram tranquilos, então todos me chamavam por Jeff e eu sempre fazia questão de frisar nos inícios das aulas que era Jeff e não, nunca houve uma ocorrência assim, de eu ter de todo momento. pedir para o professor, *não é fulano de tal é fulana.*, não houve isso, mas dentro da matrícula, dentro da mecânica computacional, computadorizada, não sei como eu chamar isso é. bem limitado ainda, né? Poderia melhorar.

P: A Maravilha, sei como é essa questão do nome social, né? A universidade é, infelizmente, ainda tem muitas restrições, você está conseguindo me ouvir? Para mim, está paralisada, ah ótimo.

Eu vou pra, para a quinta pergunta é, eu queria saber de você, querida, se tem algum serviço no DF que você sente que acolhe as pessoas trans, não binárias ciborgues? Existe algum ... cê falou que também acesso a pouco os serviços, não é? Mas dentre essas possibilidades que você colocou, qual que você acha que acolhe, digamos assim?

E: Olha, boa pergunta, eu sei, é que o ambulatório trans para questão hormonal, para a questão de apoio psicológico, tem o CREAS da diversidade, tem números, tem o CRAS, mas eu não sei se o CRAS tem serviços específicos para pessoas trans, mas eu sei que há o CREAS, também sei que existem apoios do GDF para fomento voltado para a população LGBT, porém, nenhum deles específica, até onde eu saiba, em uma portaria, o que direcione, ponha o serviço público voltado exclusivo para pessoas não binárias, a gente vai encontrar para pessoas trans de uma forma genérica. Agora, para não binárias, talvez a gente encontre algo relacionado a essa questão da identidade que eu te falei, né? Que poderia, se a gente forçar muito a barra poderia ser um serviço assim essencial para pessoas não binárias que não se identificam nem como masculino e nem feminino, retirarem isso das suas identidades, mas não é um serviço exclusivo para pessoas não binárias, é um serviço que pode facilitar a vida de pessoas não binárias, mas não é direcionado para essa população, é direcionado população, trans de forma geral neh, mas exclusivamente eu desconheço, e também nunca usei neh.

P: Sim, é bem isso mesmo neh, a gente está querendo procurar as lacunas e aonde a gente vai poder potencializar, o espeito às especificidades, deixa eu ir pra próxima.

É, você acha que tem como a gente pensar como que a gente poderia construir espaços nessas políticas públicas? Que respeite as nossas identidades de gênero trans não binária ciborgues, você acha que existe ... como é que ... como é que a gente poderia fazer isso?

E: Poderia repetir? Só para eu conseguir distinguir essa pergunta da outra anterior.

P: Sim, é como que nós poderíamos, tá ouvindo? Está ouvindo agora? É como que nós poderíamos construir espaços dentro dessas políticas públicas já existentes que você citou neh, algumas delas, que respeitem essas identidades, as nossas identidades de gênero trans, não binárias, cyborgs. Como que nós construiríamos esses espaços? É difícil essa pergunta, não é? Mas era necessário.

E: Eu ainda não consegui ... porque ela parece tanto com a pergunta anterior.

P: É como que a gente pode construir...ouviu? tá ouvindo? Como que a gente pode construir esses espaços dentro das políticas públicas, que respeite as nossas identidades trans, não binárias? Como que a gente constrói? O que que é possível construir?

E: Eu vou tentar responder ... é meio pensar a partir da ausência? Seria pensar a partir da ausência de uma política pública, não é? Entendi, olha, e também não deixa de ser uma pergunta difícil, não é? Porque não é., eu não sou da área de gestão de política pública, então eu tenho ... precisa ter um olhar muito atento, né? Pra pensar política, é mais uma política pública voltada para a população não binária, que daria para construir, talvez eu acho que o fortalecimento das políticas públicas para pessoas trans de uma forma geral, seria uma estratégia, né? Se a gente for levar em consideração estratégia em razão de governo, de conservadorismo, talvez apostar em uma política pública que englobe uma demanda mais genérica neh, como uma estratégia de conseguir realmente uma política pública, como, por exemplo, essa questão da retirada do nome ou do sexo da identidade e também outras políticas, nesse mesmo sentido de tornar a binaridade de gênero menos expressiva nos órgãos públicos, né? Como não, não vou pegar como exemplo banheiro não é porque o banheiro chega a ser ridículo a gente tem que discutir o uso do banheiro, mas poderia ser um algo similar a isso de pensar como tornar o binário

de gênero menos expressiva dentro das, das instituições dentro das funcionalidades do dia a dia, sendo que na maioria das vezes, não há motivo algum de termos esse diferenciar, essa diferenciação que às vezes soa até mesmo um pouco, um pouco grosseira por forçar estereótipos, né? E comportamentos de determinado grupo, mas é algo nesse sentido de pensar, de pensar, como retirar o gênero do foco, né? O binário de gênero do foco e estrategicamente, fomentar políticas voltadas para pessoas trans não é de uma forma geral a harmonização, pessoas trans não binárias num geral também se harmonizam, mas também é haver pesquisas que ... pesquisem outras pessoas trans não binárias, realizadas por essas próprias instituições, para que elas consigam perceber as demandas específicas, porque é que eu estou trazendo o que eu acho, as demandas a partir do que eu penso, são demandas e às vezes, as minhas demandas, não irão dialogar com a de outras pessoas trans não binárias, e empregabilidade, talvez seja um dos maiores desafios para uma política pública efetiva, para pessoas que decidem de gênero e aqui eu estou colocando, englobando pessoas não binárias, dentro de uma travestilidade, não é? Se a gente considerar a travestilidade como uma identidade que flui, em que está para além de ser homem, ser mulher, então ela também será lida como uma identidade não binária, mesmo que não seja, é reconhecido pelo movimento trans não como a identidade não binária e sim uma identidade própria, mas dentro da leitura, né? Social de gênero ela não vai ser lida nem como homem, nem como mulher, a identidade travesti, é pensar também a partir dessa identidade, eu acho que também. agregaria e de homens trans, também, em vista de que os processos são muito similares, né? Os processos de modificação corporal e de alteração de expressão de gênero.

Abrigos LGBTs, alguns abrigos talvez voltados para a população trânsito pudesse potencializar, porque muitas pessoas trans não binárias, também saem de casa, e se a gente considerar a população travesti como não binária, a gente vai encontrar um público muito grande, de pessoas em muita vulnerabilidade social, porque também existe isso, de que pessoas não binárias são pessoas de classe média alta, são pessoas que se descobriram na universidade, não é? Isso não é verdade, existem pessoas não binárias indígenas, pessoas não binárias é ... que tem diversas origens socioeconômicas. Então, obviamente uma pesquisa das instituições para esse público poderia sanar dúvidas mais específicas para essa população, mas talvez ... eu vejo como estratégia fomentar o que já existe, até porque o que já existe já é pouco e é suficiente para muitas pessoas, então acredito que um fomento, aos poucos a gente consiga fazer uma estratégia de ... inserir as pessoas não

binárias dentro de algumas políticas, mesmo que não seja perfeito, mesmo que não seja o ideal, mas é as armas que a gente tem para o atual governo, isso vai depender muito da estratégia, do momento político que a gente estiver também neh, a construção dessas políticas.

P: Perfeita, como diz, *perfeita sem defeitos*, é bem essa linha mesmo assim, de pensar estratégias de fortalecimento.

Vamos lá, fiquei emocionado aqui, aí agora a gente ... tá ouvindo? Agora a gente está indo para a última pergunta, não é? Cê está conseguindo me ouvir bem? É a última pergunta, não menos importante, também uma pergunta que eu pensei assim, que para a gente nos resta tão pouco, não é, Jeff? Você falou muito bem, enfim, neh, dessa construção desses espaços, dentro dessa possibilidade da sua existência, você, Jeff neh, essa pessoa maravilhosa! Enquanto pessoa trans não binária ciborgue, qual o seu maior sonho? Qual o sonho que você tem assim para sua vida? O que que você pensa assim que pode, néh? Enfim, sonho, sonho.

E: Um dos meus maiores sonhos é me tornar juíza! Porém, é um sonho muito difícil, né? Aí eu tenho que abdicar de inúmeras coisas, inclusive a minha identidade, possivelmente, terei que abdicar dela, aí já uma consciência sem que eu tenho, até porque o judiciário é bastante conservador, eles mal aprovam pessoas negras, né? Quem dirá pessoas trans, né? Se eles já conseguem barrar pessoas negras, eles vão fazer o possível para barrar pessoas trans e ainda mais trans não binária, então é uma coisa, é uma conversa que eu tenho muito com alguns amigos meus do direito, que também são pessoas trans e a gente sempre tenta bolar estratégias, né? Para, para aqueles que já transacionaram buscarem carreiras mais abertas, para aquelas ainda que não tem uma fixação, que ainda estão em processo de modificação, como já há lugar em determinados momentos para conseguir conquistar algumas coisas, porque por mais que seja um concurso público, não é ... existe ali a prova oral, a entrevista, existe ali a prova de psicotécnico, né? Então ainda assim, é possível você ser reprovada, né? Na prova oral? ou insatisfação da resposta, tipo a resposta não foi satisfatória, mesmo estando correta, entende? E esse é um desafio, assim que eu vejo para concretizar esse meu sonho, a já pensei em outras carreiras mais abertas, mas dentro do direito é muito difícil você encontrar uma carreira aberta, porque todas as provas elas irão ter entrevistas, elas irão ter uma banca ultra conservadora e que a todo momento irão fazer o possível para extrair, né, de você o que eles querem de uma

pessoa lá dentro, então, conversando isso com algumas outras pessoas trans, né? Que também são do direito eu meio que já percebi que vou ter que abdicar da minha identidade, não é? Em alguns momentos dessa trajetória, se eu realmente for seguir essa carreira para conquistar estabilidade, esse sonho de poder também transformar vidas neh, porque eu não penso o cargo da magistratura apenas como um trampolim econômico e social, mas também o cargo que eu sempre quis desde criança, como também algo transformador para minha vida e de outras pessoas tendo origem é na comunidade negra e pobre neh, eu também, sou atravessado por outras identidades que não só de gênero, a de gênero às vezes se torna menor das minhas identidades, porque outras violências eu sofro muito maior do que a violência de gênero.

Isso vai depender do espaço que eu quero ocupar e como é ... e como não tem como esconder a cor da pele, como não tem como esconder a origem social e econômica da gente, acaba que essas violências são mais acentuadas nas minhas trajetórias, embora de gênero também atravessasse e eu tenha? Tidos experiências horríveis e até de quase morte por ser quem eu sou ...mas é isso, esse é o meu maior sonho no momento.

P: Vai se realizar, tenho certeza absoluta, e que eu estarei lá na sua posse da magistratura, exatamente, que maravilhosa, e então é isso, assim eu sei que também você já está com compromissos agora e 17h neh, mas a gente finaliza por aqui, eu vou te mandar o termo de consentimento livre, pra você assinar e antes de eu entregar para a banca, obviamente eu vou mandar para vocês duas entrevistadas, né?

Para vocês verem se é por aí mesmo, que para além de entrevistadas, vocês estão entrando como pesquisadoras neh, então, se você tiver qualquer ponderação, tipo *o quero rever essa parte aqui não gostei*, tipo, *eu quero incluir isso.*, *eu quero sugerir tal bibliografia ...* e dizer que eu fiquei bastante emocionado aqui durante a sua entrevista, muito mesmo, de verdade.

Nossa, você arrasou, arrasou, arrasou, você trouxe contribuições incríveis mesmo, tô te falando que eu fiquei várias vezes aqui, com os olhos marejados, pensando nas nossas trajetórias mesmo, não é? É o que acaba que a gente está pesquisando, algo que a gente, é o nosso corpo político aí no mundo, então não tem como a gente não se emocionar, né Jeff? Eu acho que é isso, assim brigadão mesmo, se você quiser falar mais alguma coisa, o celular está aberto aqui to gravando neh, se você quiser se despedir, quiser

deixar mais alguma última mensagem, e desculpa estar te incomodando, mas acho que é necessário de nós mesmos falarmos por nós mesmas, mesmos e mesmas, trazer os nossos corpos e jogar ele no mundo e quero ouvir aí a seu ... a sua última fala, e desculpe qualquer coisa, esse meu jeito atrapalhado aqui com as tecnologias, mas no final deu tudo certo, né amiga?

E: Como deu, eu me sinto lisonjeada pelo convite de participar, e só tenho a me desculpar também por não ter conseguido realizar naquele dia que seria mais é preciso para você, né? Até pra adiantar seu processo de escrita, de elaboração do texto que eu sei como também sou pesquisadora da minha própria dissertação, o quanto é difícil escrever o quanto a gente se desdobra em 3, 4, 5 mil para poder produzir 10 páginas e essas 10 páginas terem que ser refeitas, então, é correria, é cansativo, eu super te entendo a sua angústia, né? E eu fico feliz pelo convite, eu fico feliz por estar aqui pelo nosso reencontro virtual neh, faz muito tempo que a gente não se vê, desde a última disciplina do professor Evandro, é muito importante, pontuar isso que você trouxe de a gente precisa pesquisar sobre a gente, porque as pessoas cis elas não ... por mais que elas possam fazer boas pesquisas, elas não irão captar e não irão conseguir transpor, né? Todas as urgências que as nossas vidas demanda, e não irão capturar todas as essências, até porque eu não me sinto muito mais confortável conversando com você do que com uma pessoa cis, entende? Então isso faz um diferencial gigantesco para alguém que pesquisa é, eu também parto dessa premissa, do não do local de fala, de ser uma pessoa trans, pesquisando outras, mas do local é de insurgência, de escrita mesmo, sabe? Porque o que a gente pesquisa também é algo que vai destoar do que a academia se propõe a fazer, o que a academia, por mais que ela se coloque como crítica, ela não critica, ela não muda se de alguma forma não existem atores de uma mudança estrutural dentro dela, e eu vejo que a inserção de pessoas trans na academia de pessoas negras, na academia, tem transformado esse ambiente positivamente e de forma gradativa, né? Que só vem aumentando, a gente já tem hoje em dia algumas professoras trans, em breve teremos mais ... é professoras e professores, mas é isso agradeço o convite, eu deixo aqui as minhas estimas de boa escrita, os meus votos de que tudo dê certo, eu quero estar na sua defesa, irei aguardar, né? O termo de consentimento, e me coloco à disposição, caso seja para complementar com alguma outra pergunta que, o que o seu orientador possa solicitar, estarei aqui também à disposição, caso ele acha interessante, refazer uma pergunta por perceber que em determinado momento eu fui influenciada por alguma ... enfim, é porque pode ocorrer aí. Aí eu só

queria já deixar essa disposição que eu me coloco e também a leitura que você é, me disse que iria me enviar, né? Um roteiro com as respostas para confirmação e obrigada mais uma vez pelo convite, é muito bom, é receber e ... é isso! Eu, só tenho a agradecer, muito obrigada mesmo.

P: Ai, querida, eu só tenho a agradecer também, assim você é maravilhosa, suas reflexões me trouxeram para um outro cenário assim, sabe, de verdade, porque eu acho que a outra entrevistada, ela era uma entrevistada que fazia muito parte da ... do pertencimento, das políticas neh, é uma pessoa que era atendida pelos serviços e tal, e você me trouxe uma sacudida, sabe quando você sacode? *Oh, ainda tem isso, tem aquilo, tem aquilo outro. Que precisa ser revisto*, e eu também sou aquariano e você é aquariana, então a gente, a gente tem um jeito diferente mesmo, de pensar o mundo, não é? A gente está sempre olhando para frente, o para trás a gente até se baseia tal, mas a gente está na frente assim, querendo fazer coisas boas neh trazer, boas lembranças, boas memórias e realmente foi emocionante. É uma pena que a gente não conseguiu gravar, não é? As imagens, mas eu o com áudio aqui, finalizando, eu já vou te mandar o áudio e vou te mandar o termo de consentimento e as perguntas neh, para você assinar direitinho e assim que eu terminar a seção 3, você e a outra entrevistada, que são pesquisadoras, vão ser as primeiras a receberem antes de eu mandar para o meu orientador? Acho que é isso.

E: Mas sabe que ele poderia ser meu coorientador? Ele falou que sim, tal, só que eu nunca tive tempo de ... não tempo neh, o meu projeto demandou outras coisas e eu acabei não dando continuidade a esse processo de formalizar uma coorientação de ... de coisas e tudo mais? Até porque na época ele também estava muito ocupado, porque eu acho que ele estava cheio de orientando uma outra orientanda dele me falou isso neh, que tipo que ele é muito ocupado, que ele estava com inúmeros projetos na época também néh?

Com o site dele e também com todas os outros babados que ele constrói dentro da filosofia e também dentro do CEAM, e aí eu peguei refletir, não, não, tipo, é uma outra oportunidade, né? Eu posso pedir a orientação dele e aí não abandonei a ideia, mas eu deixei é pra pensar num futuro, e talvez em um doutorado com toda a certeza irei refazer o convite e nossa, mande minhas lembranças para ele, eu não sei se ele vai se lembrar de mim, mas eu já cheguei em algumas aulas com ele, eu sou bem chat dele, ele é muito incrível, tenho o professor Uã assim como um dos maiores diferenciais na minha vida

acadêmica, porque antes, foi uma aula dele assim que mudou toda a minha narrativa, assim do meu projeto de mestrado, que me instigou a reformular o meu projeto de mestrado, né? Obviamente, tiveram outras pessoas e outros fatores, mas ele foi uma dessas pessoas que me trouxeram uma perspectiva de pensar a minha categoria dentro da minha pesquisa de uma forma diferente de fazer um outro debate e de pensar mais epistemologia ao invés de focar só o direitão assim, mas é isso Kayodê, muito obrigada, eu vou me banhar aqui.

P: Nossa, é maravilhosa, mas vai dar tudo certo, viu, aí lindeza, assim que eu terminar aí eu vou te mandar, vou mandar conjuntamente tá? Com o mesmo e-mail da outra entrevistada, e aí você pensa, reflete se você quer se identificar ... opa, desculpa, agora está ... está indo? Aí você pensa, se você quer se identificar, qual o nome que você quer também neh, porque aí quando eu encaminhar, aí a gente já reflete, nós dois juntos, juntas, e eu vou mandar com cópia também para outra entrevistada, então são vocês duas, e duas pessoas negras, porque é transafroreferenciado, então não fazia sentido falar com a galera branca, um beijo, brigado, agora eu vou ahh ... exato, tchau, tchau linda, obrigado por tudo. Te amo.